

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**CONCEPÇÃO DE SMALL CLAUSES NOMINAIS AMALGAMADAS
NAS ESTRUTURAS PREDICATIVAS COMPLEXAS
DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Vera Elen Noschang Pereira

ORIENTADOR: Prof. Dr. Mathias Schaf Filho

Porto Alegre, 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**CONCEPÇÃO DE SMALL CLAUSES NOMINAIS AMALGAMADAS
NAS ESTRUTURAS PREDICATIVAS COMPLEXAS
DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Vera Elen Noschang Pereira

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestre em Letras, na área de
concentração de Teoria e Análise Lingüística.

Orientador:

Prof. Dr. Mathias Schaf Filho (UFRGS)

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sérgio de Moura Menuzzi (PUCRS)

Prof.^a Dra. Sabrina Pereira de Abreu (UFRGS)

Prof.^a Dra. Maria Cristina da Silva Martins (UFRGS)

Porto Alegre, 2005

DEDICATÓRIA

Aos meus amores, Pereira, Rafael e Raquel, pelo incentivo e pela compreensão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu força para superar as dificuldades e coragem para prosseguir.

Ao Professor Dr. Mathias Schaf Filho, que cresceu no seu saber e se dispôs ensinar a descobrir o caminho, pois ninguém cresce sozinho, sempre é preciso um olhar de apoio, uma palavra de incentivo e um gesto de compreensão.

Ao Professor Dr. Sérgio de Moura Menuzzi (PUCRS), pela gentileza e pela disponibilidade em atender a minha solicitação bibliográfica.

À Professora Dra. Maria José Foltran (UFSC), pelo envio de material bibliográfico.

A todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização desta dissertação.

“Mestre não é quem sempre ensina,
mas quem de repente aprende”.

Guimarães Rosa

RESUMO

Esta dissertação faz uma análise prévia da predicação complexa no modelo da Gramática Tradicional; aponta, em seguida, o enfoque das estruturas predicativas complexas à luz da Gramática Gerativa modelo de Princípios & Parâmetros (Chomsky, 1981, 1986). Ressalta que as estruturas sintáticas são projetadas a partir do léxico e correspondem a várias construções de predicação complexa. Mostra que os predicados complexos formados por APs e DPs predicativos apresentam características sintáticas e semânticas diferentes. Focaliza que essas construções superficialmente semelhantes são, em essência, diferentes, porque cada uma delas possui um processo próprio de estruturação interna, do qual decorre um sentido específico. Aponta, essencialmente, dois tipos de estruturas complexas: predicados secundários e miniorações complementos. Os predicados secundários se dividem, ainda, em predicados secundários orientados para o sujeito de [DP IP], predicados secundários orientados para o objeto de [DP VP] e predicados resultativos de [DP VP]. Os predicados secundários de [DP IP] e de [DP VP] e os predicados resultativos de [DP VP] constituem as Small Clauses adjuntas de predicados secundários. Apresenta que é possível encontrar evidências que as estruturas predicativas complexas do PB estão amalgamadas na concepção de Small Clauses nominais. Postula que as estruturas predicativas complexas do PB e as estruturas de Small Clauses nominais são em essência semelhantes. Tais estruturas possuem um mesmo processo de estruturação interna, que são analisadas conforme as configurações das representações sintáticas de cada sentença.

ABSTRACT

This thesis analyses how the complex predicates are approached in the Traditional Grammar model, then it focuses on such structures under the light of the Principles and Parameters framework of the Generative Grammar (Chomsky 1981, 1986). It has demonstrated that the syntactic structures are built based on the lexicon and correspond to several constructions of complex predication. The syntactic and semantic characteristics of the complex predicates composed of adjectival phrases and determiner phrases are shown to be different. Each of them has its own internal structural process, from which different and specific meanings arise. Two types of complex structures were identified: secondary predicates and complement small clauses. Yet, secondary predicates are classified into secondary predicates oriented towards the subject of [DP IP], secondary predicates oriented towards the object of [DP VP], and resulting predicates of [DP VP]. These secondary predicates compose the adjunct small clauses of secondary predicates. The present study shows that it is possible to find evidence that complex predicative structures of Brazilian Portuguese are mixed in the concept of nominal small clauses, and that they are, essentially, very similar. Their internal structure follows the same formation process, and they can be analyzed according to their own specific syntactic configuration.

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ACC:	accusative, acusativo
Agr S:	agreement with subject, concordância com o sujeito
Agr O:	agreement with object, concordância com o objeto
A-Agr:	argumental – agr, argumental agr
AP:	adjective phrase, sintagma adjetival
C-Agr;	categorical agr, categorial agr
CAT:	categórica, categórica
DP:	determiner phrase, sintagma determinante
DS:	deep structure, estrutura profunda
ECM:	exceptional case marking, marcação excepcional de Caso
ec:	empty category, categoria vazia
EPP:	extended projection principle, princípio da projeção estendido
FP:	functional projection, projeção funcional
GT:	gramática tradicional
Infl ou I:	inflection, flexão
IP:	inflectional phrase, sintagma flexional
IL:	individual level, plano individual
i, j, k:	índices utilizados para indicar relação de co-referência
LF:	logical form, forma lógica
LCXP:	locality condition on XP theta role assignment, condição de localização sobre atribuição de papel teta a XP

Nom:	nominative, nominativo
PF:	phonetic form, forma fonética
PB:	português brasileiro
pro _{expl} :	pro expletivo
PRO:	prozão
SA:	sintagma adjetivo
SC:	small clause, oração pequena
SL:	stage level, plano de estágio
SN:	sintagma nominal
Spec:	specifier, especificador
SS:	superficial structure, estrutura superficial
t:	trace, vestígio
Top P:	topic phrase, sintagma tópico
VP:	verbal phrase, sintagma verbal
V':	projeção intermediária do sintagma verbal
XP:	diferentes formas que o argumento interno pode assumir
*:	indicador de agramaticalidade
?:	indicador de dúvida sobre a boa formação de uma forma ou construção
θ:	theta, temático

SUMÁRIO

RESUMO	06
ABSTRACT	07
LISTA DE ABREVIATURAS	08
INTRODUÇÃO	12
1. PREDICADOS COMPLEXOS NA GRAMÁTICA TRADICIONAL	15
1.1 Conceção de predicado complexo na Gramática Tradicional	15
1.2 Predicado complexo com predicativo do objeto direto	18
1.2.1 Características do predicativo do objeto direto.....	18
1.2.2 Constituição do predicativo do objeto direto.....	19
1.2.3 O predicativo do objeto indireto.....	21
1.2.4 Testes para identificar o predicativo do objeto direto	23
1.3 Visão diacrônica de predicados complexos.....	28
2. PREDICADOS COMPLEXOS NA GRAMÁTICA GERATIVA	39
2.1 Conceção de predicado complexo na Gramática Gerativa	39
2.2 Predicados secundários de [DP IP] e de [DP VP]	40
2.2.1 Predicados secundários resultativos de [DP VP]	43
2.2.2 Propriedades distribucionais dos predicados secundários	48
2.3 Considerações gerais sobre Small Clauses	56

2.3.1 Chomsky (1980-1981-1986).....	56
2.3.2 Stowell (1980-1981-1983-1987-1989-1995).....	60
2.4 Small Clauses adjuntas de predicados secundários	65
2.5 Small Clauses complementos	68
2.6 Uma diferença na predicação das SCs adjuntas e das SCs complementos	76
2.7 Small Clauses e construções copulares.....	80
2.8 Outras construções de alçamento envolvendo Small Clauses.....	93
3. UMA ANÁLISE DAS SMALL CLAUSES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	98
3.1 Estruturas predicativas com predicados secundários de [DP IP] e de [DP VP].....	99
3.2 Propriedades distribucionais das estruturas predicativas complexas de [DP IP] e de [DP VP]	104
3.3 Estruturas predicativas com complementos proposicionais	105
3.4 Estruturas com predicados nominais de DP cópula AP e DP ₁ cópula DP ₂	107
3.5 Small Clauses adjuntas de predicados secundários de [DP IP] e de [DP VP].....	111
3.6 Small Clauses complementos	120
3.7 Uma diferença na predicação das Small Clauses	122
3.8 Small Clauses e construções copulares.....	127
CONCLUSÕES GERAIS	140
BIBLIOGRAFIA	145

INTRODUÇÃO

A partir de um ponto de vista teórico, esta dissertação objetiva investigar as SCs nominais, supostamente contidas nas estruturas predicativas complexas do português brasileiro (PB). As bases empíricas desta análise são as construções predicativas complexas que a Gramática Tradicional denomina de predicado verbo-nominal e que na Gramática Gerativa constituem as SCs adjuntas e as SCs complementos. Analisamos, também, as construções copulares de alçamento que constituem SCs nominais na sua posição de base. Nosso objetivo principal é a busca de evidências lingüísticas que justifiquem a concepção de SCs nominais contidas nas estruturas predicativas do PB.

No capítulo I, fazemos uma rápida discussão de conceitos e análises encontradas nas gramáticas normativas vigentes observando, inclusive, alguns gramáticos do início do século XX. Nosso objetivo principal é analisar a estrutura sintática do predicado composto ou complexo do português brasileiro e alguns de seus aspectos sintáticos e semânticos. Dentro da diversidade de conceitos, destacamos semelhanças entre gramáticos do início do século XX e gramáticos tradicionais contemporâneos. Primeiramente, apresentamos a concepção de predicado complexo e a análise dos elementos que o compõe. A seguir, procedemos a um breve histórico da função desse tipo de predicado atribuída por gramáticos mais antigos, como Eduardo Carlos Pereira (1934), Júlio Ribeiro (1914), Said Ali (1964), Carlos Góis (1957) e Ernesto Carneiro Ribeiro (1890). Por fim, vemos como diferentes gramáticos tradicionais contemporâneos, como Cunha e Cintra (1985), Luft (2002), Rocha Lima (1979), Bechara (2003), encaminham a questão do predicado complexo.

No capítulo II, fazemos um estudo das estruturas complexas à luz da Gramática Gerativa, modelo de Princípios & Parâmetros. Abordamos a complexidade das construções que envolvem a estrutura [V DP AP], as quais se caracterizam pela junção de duas predicções em uma só, mostrando aspectos significativos que passam muitas vezes despercebidos. Investigamos o fenômeno da predicção complexa em seus diferentes níveis, considerando abordagens de diferentes lingüistas que propõem princípios comuns e parâmetros distintos na construção da sentença. Na seção 2.1, fazemos algumas considerações sobre os predicados complexos e sua estrutura: predicados secundários e miniorações complementos. Em 2.2, apresentamos as características dos predicados secundários de [DP IP] e de [DP VP] e suas propriedades distribucionais. Em 2.3, abordamos algumas considerações sobre Small Clauses (SCs) estabelecidas por Chomsky (1980-1986) e Stowell (1981-1995). Em 2.4, mostramos que os predicados secundários de [DP IP] e de [DP VP] e os predicados resultativos de [DP VP] constituem as SCs adjuntas. Em 2.5, explicitamos que alguns verbos selecionam uma proposição à qual eles atribuem um papel temático interno, sendo que tal proposição constitui as SCs complementos. Em 2.6, apontamos as diferenças na predicção das SCs adjuntas e das SCs complementos estabelecidas por Raposo e Uriagereka (1995). Em 2.7, assinalamos que as SCs estão diretamente relacionadas com as construções copulares. Expomos algumas construções copulares canônicas e inversas, observando o movimento de constituintes na oração e a extração de DPs. Por último, em 2.8, apontamos outras estruturas de alçamento envolvendo o movimento de DPs em satisfação ao Critério- θ e à Teoria do Caso.

No capítulo III, buscamos apoio no modelo de Princípios & Parâmetros para analisarmos as construções predicativas do português brasileiro. Mostramos que as construções com [V DP AP] podem se referir ao sujeito ou ao objeto direto. Os APs que se referem ao sujeito ou ao objeto caracterizam o tipo de predicado e são chamados de predicativos. O predicativo pode ser tanto um complemento (essencial/integrante) como um adjunto (acessório). As construções com predicados adjuntos, que se referem ao objeto direto, podem ser ambíguas, pois o AP pode assumir, por vezes, a função de adjunto do DP. Observamos que as SCs adjuntas e as SCs complementos estão diretamente relacionadas com as construções copulares, os APs que expressam uma propriedade [+ inerente] são usados com a

cópula *ser* e constituem as SCs complementos, enquanto os APs que expressam uma propriedade [- inerente] são usados com a cópula *estar* e constituem as SCs adjuntas. Podemos dizer que as SCs complementos e as SCs adjuntas são marcadas com Casos distintos. Apontamos que as construções copulares selecionam sentenças equativas e predicativas ; nas SCs equativas o alçamento de DPs ou partes de DPs depende da estrutura interna da sentença e não constitui SCs. Pretendemos analisar as diferentes configurações sintáticas das estruturas predicativas complexas da Gramática Gerativa, procurando encontrar evidências, que sustentem a concepção de SCs nominais supostamente contidas nas estruturas predicativas do PB.

1. PREDICADOS COMPLEXOS NA GRAMÁTICA TRADICIONAL

1.1. Concepção de predicado complexo na Gramática Tradicional

Predicado complexo ou misto é o predicado que engloba uma estrutura que difere do predicado simples quanto a seus aspectos sintáticos e semânticos. Em razão de sua extensão, precisamos recorrer à noção de argumento ou complemento, que auxilia na delimitação do verbo.

A tradição gramatical do início do século XX considera predicado complexo aquele constituído de verbo + complemento, sem, no entanto, fazer considerações mais detalhadas nem especificar a complexidade desses termos da oração. Para a tradição gramatical contemporânea, esse tipo de predicado se caracteriza por conter duas frases: uma verbal, em cujo verbo reside toda a significação predicativa, e uma nominal, desprovida de predicação. Portanto, esse tipo de construção constitui uma terceira espécie de frase implícita que simultaneamente participa da natureza da frase verbal e da frase nominal. Tal construção denomina-se predicado verbo-nominal e trata-se de uma estrutura sintática que abarca ou funde duas orações, isto é, existe um termo associado a duas proposições diferentes. Podemos observar isso nas sentenças em (1).

- (1) a. Partiu *doente*.
b. Chegou *cansado*.
c. A Bahia elegeu Rui Barbosa *senador*.

Ao observar as sentenças, vimos que (1a) resulta do pensamento “*partiu e estava doente quando partiu*”; (1b) resulta do pensamento “*chegou e estava cansado quando chegou*”; e (1c) resulta do pensamento “*a Bahia elegeu Rui Barbosa e Rui Barbosa se tornou senador*”.

Vejamos como um gramático tradicional define a noção de predicado complexo:

Nada mais claro nem mais conciso do que esses dizeres em que dois vocábulos valem, associados, por duas proposições distintas. À análise do gramático ou lingüista não compete, é claro, volver a essa operação psicológica nem decompor em muitas palavras o que a linguagem se limita a expressar em dois vocábulos. (Said Ali, 1943: 174, nota)

O predicado denominado verbo-nominal ou misto pela Gramática Tradicional (GT) contemporânea é constituído por um verbo transitivo – cuja predicção é incompleta e precisa de complemento – ou por um verbo intransitivo – cuja significação é completa e não precisa de complemento –, ambos acompanhados de um elemento chamado predicativo. Esse tipo de construção encerra em si mesmo uma união de predicados, uma vez que em um mesmo segmento o verbo e o nome são núcleos do predicado e expressam uma dupla informação: ação e estado. O entrelaçamento sintático das orações ocorre de tal forma que os elementos constituintes facilmente recobráveis são apagados por serem dispensáveis à comunicação, prevalecendo os cernes ou elementos nucleares. Assim, o predicado verbo-nominal é constituído por um verbo significativo (núcleo do predicado verbal) e um predicativo (núcleo do predicado nominal). Tal constituição nos permite concluir que o predicado complexo, segundo a tradição gramatical contemporânea, é um predicado composto.

O predicado verbo-nominal apresenta três estruturas básicas:

(2) Verbo intransitivo (VI) + predicativo do sujeito (PS).

Automóveis [passavam] [rápidos].
VI PS

(3) Verbo transitivo (VT) + objeto direto (OD) + predicativo do sujeito (PS).

Os outros dois [olharam]-[no] [surpreendidos]
VT OD PS

(4) Verbo transitivo (VT) + objeto + predicativo do objeto.

a. Nenhuma doença [pegava] [Dona Rosemira] [desprevenida]

VT OD PO

b. [Achei] [o bombardeio aéreo] [uma droga].

VT OD PO

O termo *predicativo* é representado por um nome, que pode se referir ao sujeito (predicativo do sujeito) ou ao complemento verbal (predicativo do objeto), como podemos observar nos exemplos (2), (3) e (4) acima. O predicativo do sujeito pode ocorrer com verbo intransitivo ou transitivo, não fazendo parte da regência deles, como vemos a seguir (5).

(5) a. O trem chegou *atrasado*.

b. O menino abriu a porta *ansioso*.

Em (5a), o verbo intransitivo vem acompanhado de um complemento predicativo que se refere ao sujeito; já em (5b), o verbo transitivo direto vem acompanhado de um complemento e de um termo atributivo que se refere ao sujeito. Em ambos os casos, esses termos que se referem ao sujeito são chamados de predicativos do sujeito.

Como nos exemplos citados anteriormente, as sentenças (6a), (6b) e (6c) são constituídas, cada uma delas, por um verbo transitivo, acompanhado por um complemento, e um termo atributivo, chamado predicativo.

(6) a. O juiz declarou o réu *inocente*.

b. Nós elegemos Marta *diretora*.

c. Nós julgamos o fato *milagroso*.

Os termos atributivos *inocente*, *diretora* e *milagroso* referem-se ao complemento dos verbos *declarar*, *eleger* e *julgar*, ou seja, *o réu*, *Marta*, *o fato*, por isso são chamados de predicativos do objeto direto.

A seguir, apresentamos as características dos predicativos que se referem ao objeto, e alguns possíveis testes para identificá-los.

1.2. O predicado complexo com predicativo do objeto direto

O predicado complexo que exige um complemento direto, isto é, um objeto direto, muitas vezes vem acompanhado de um nome que se encontra em função atributiva com o complemento do verbo. O elemento que concorda em gênero e número com esse objeto chama-se predicativo do objeto direto. O predicativo do objeto direto pode vir imediatamente junto ao verbo, forma preferida pelos clássicos, como em (7a), ou posposto ao complemento direto, como em (7b).

- (7) a. Julgo *orgulhosa* a Maria.
 b. Julgo a Maria *orgulhosa*.

Acreditamos que a ordem canônica, em (7b), é a forma mais usada.

1.2.1. Características do predicativo do objeto direto

O termo que se acha em função atributiva com o complemento do verbo apresenta características como (A), (B), (C) e (D).

A. Completa a predicação do verbo

- (8) a. Julgo Pedro o quê? *Orgulhoso*.
 b. Considero sua atitude o quê? *Honesta*.
 c. O juiz declarou o réu o quê? *Inocente*.

Os nomes predicativos *orgulhoso*, *honesta* e *inocente* denotam a consequência da ação verbal dos verbos transitivos diretos *julgar*, *considerar* e *declarar*.

B. Está em função atributiva ao objeto direto

- (9) a. O mestre encontrou o aluno *abatido*.

- b. A mãe viu o filho *desanimado*.
- c. O aluno redigiu o texto *incompleto*.

Os nomes predicativos *abatido*, *desanimado* e *incompleto* salientam o estado ou a condição do “ser” objeto dos verbos transitivos diretos durante a ação verbal, ou seja, dos complementos objetivos *o aluno*, *o filho* e *o texto*.

C. Concorda com o objeto direto em gênero e número

- (10) a. A enchente deixou a população *apavorada*.
- b. A mãe viu o filho *desanimado*.
 - c. A prosperidade deixou o rapaz *orgulhoso*.

Os nomes predicativos *apavorada*, *desanimada* e *orgulhoso* concordam com o complemento objetivo a que se referem em gênero e número.

D. Pode ser colocado, indiferentemente, antes ou depois do objeto direto

- (11) a. A enchente deixou a população *apavorada*.
- b. Achei a decisão do juiz *justa*.
 - c. Julgo *inoportuna* essa viagem.
 - d. Encontrei *desarrumada* a sala.

Os nomes predicativos *apavorada* e *justa*, estão colocados depois dos complementos diretos, e os nomes predicativos *inoportuna* e *desarrumada* estão colocados antes dos complementos diretos, uma vez que podem ser colocados, indiferentemente, antes ou depois do objeto direto.

1.2.2. O predicativo do objeto direto pode ser constituído das seguintes maneiras:

A. Por um adjetivo

- (12) a. Acho Maria *graciosa*.
- b. Julgo Pedro *incapaz*.
 - c. Achei-a *bonita*.

O predicativo do objeto direto é constituído pelos adjetivos *graciosa*, *incapaz* e *bonita*, que estão em função atributiva com este complemento direto.

B. Por um substantivo não regido por preposição

- (13) a. O povo elegeu-o *deputado*.
b. A nação declarou-o *presidente*.
c. A nação proclamou-o *rei*.

Os substantivos *deputado*, *presidente* e *rei*, além de completar a predicação dos verbos transitivos *eleger*, *declarar* e *proclamar*, se acham em função atributiva com os objetos diretos desses verbos.

C. Por um substantivo regido por preposição ou pela palavra “*como*”

- 14) a. Tenho-o *por homem*.
b. Admiti-o *como doutor*.
c. Ele adotou-o *por filho*.

Os substantivos *homem*, *doutor* e *filho*, que estão em função atributiva com o objeto direto, podem ligar-se a ele por meio de preposição ou da palavra “*como*”.

D. Por um particípio passivo

- (15) a. Encontrei-o *morto*.
b. Vi-o *pasmado*.
c. Encontrei a sala *desarrumada*.

Os particípios *morto*, *pasmado* e *desarrumada* estão empregados com o valor de adjetivo e salientam a condição do objeto direto durante a ação verbal.

E. Por um adjetivo junto a verbos pronominais reflexivos

- (16) a. Pedro intitula-se *médico*.
 b. João inculca-se *advogado*.

Segundo Góis (1957:108), esses casos podem ser considerados predicativos do sujeito, visto que o objeto reflexivo já se refere ao sujeito. Aqui, os predicativos *médico* e *advogado* são atributos do objeto *se*, e este está ligado aos sujeitos *Pedro* e *João* respectivamente. Tais exemplos seriam predicativos do objeto, mas pelo fato de o verbo ser reflexivo podem ser considerados predicativos do sujeito.

F. Por um adjetivo em função atributiva ao objeto direto oracional

- (17) a. Devemos tornar *público* que João morreu.
 a'. Devemos tornar [que João morreu] *público*.
 b. Devemos tornar *patente* que não estamos satisfeitos.
 b'. Devemos tornar [que não estamos satisfeitos] *patente*.

Os adjetivos *público* e *patente* são atributos dos objetos diretos oracionais *que João morreu* e *que não estamos satisfeitos*.

O predicativo também pode ser representado por uma oração. Nesse caso, a oração será subordinada substantiva predicativa, como vemos em (18).

- (18) a. Meu desejo é *que sejas feliz*.
 a'. /Meu desejo é *a tua felicidade*./

A oração subordinada substantiva serve de predicativo em relação à oração principal.

1.2.3. O predicativo do objeto indireto

O predicativo do objeto indireto é o termo que, além de completar a predicação do verbo, está em função atributiva ao objeto indireto, com quem

concorda. As características são as mesmas do predicativo do objeto direto: pode ser constituído por um adjetivo, por um substantivo ou por uma locução, como em (19).

- (19) a. Chamam-lhe *toló*.
b. Chamei-lhe *doutor*.
c. Chamei-lhe *de incompetente*.

As sentenças acima revelam que, para alguns gramáticos como Cegalla, Celso Cunha, Ernani Terra e Douglas Tufano, somente com o verbo *chamar* pode ocorrer o predicativo do objeto indireto. Com os demais verbos este termo é sempre um simples modificador do objeto direto.

Segundo Haug (1987), o predicativo do objeto indireto pode ocorrer com outros verbos, como vemos em (20).

- (20) a. Penso [*em ti*] [*risonha e tranqüila*] ao meu lado.
 OI POI
- a'. Tu deves estar risonha e tranqüila ao meu lado.
- b. Creio [*num Deus*] [*sempre presente*].
 OI POI
- b'. Este Deus deve estar sempre presente.
- c. Preciso [*do ladrão*] [*vivo*].
 OI POI
- c'. O ladrão deve estar vivo.

Nesses exemplos há predicativo do objeto indireto com os verbos *crer*, *precisar* e *pensar*.

Luft (1989:150) afirma que existe predicativo do objeto indireto em sentenças como as exemplificadas em (21).

(21) a. Gosto da sopa *bem quente*.

a'. Gosto dela *bem quente*. Gosto da sopa desde que esteja ou quando ela está *bem quente*.

1.2.4. Testes para identificar o predicativo do objeto direto

Como o predicativo do objeto direto costuma ser um adjetivo ou palavra com valor de adjetivo, é comum confundi-lo com o adjunto adnominal. Segundo Mira Mateus (1983), Rodolfo Ilari (1997) e Macambira (1982), podem ser feitos alguns testes para identificar o predicativo do objeto direto.

O objeto direto e seu predicativo podem ser recuperados sob a forma de uma categoria sem realização lexical, como vemos em (22a) e (22b). Em construções com verbos transitivos como (22c), o objeto direto e o predicativo podem ser substituídos pelo clítico demonstrativo invariável “o”.

(22) a. O João considera [a Maria simpática]?

– Sim, considera [-]. ([-] = *a Maria simpática*)

b. A teimosia do João torna [qualquer discussão impossível]?

– Sim, torna [-]. ([-] = *qualquer discussão impossível*)

c. O João considera [a Maria simpática]?

– Sim, considera – [o]. ([o] = *a Maria simpática*)

Em verbos como *considerar* e *achar*, o predicativo do objeto direto é indispensável para a predicação. Ele é representado por um adjetivo que caracteriza uma propriedade inerente do ser e pode ser parafraseado com a cópula *ser*, como em (23).

(23) a. João considera a Maria inteligente.

a'. João considera [*que a Maria é inteligente*].

b. O rapaz acha a Joana bonita.

b'. O rapaz acha [*que a Joana é bonita*].

Podemos testar, também, se o predicativo do objeto direto pode ocorrer em posição de contraste numa construção clivada, como em (24a) e (24b), contrariamente a adjetivos em posição atributiva interna ao constituinte com relação gramatical de objeto direto, como mostra (24c) e (24d).

- (24) a. É [*simpática*] que o João considera a Maria.
 b. É [*impossível*] que o João torna qualquer discussão com ele.
 c. *Foi [*simpática*] que ele conheceu uma rapariga.
 d. *Foi [*impossível*] que ele ouviu uma discussão.

Como podemos ver em (24a) e (24b), os adjetivos *simpática* e *impossível* completam o sentido da predicação, sendo termos indispensáveis para o complemento direto; enquanto que em (24c) e (24d) os adjetivos *simpática* e *impossível* fazem parte de um termo da oração, sendo adjuntos adnominais e não podendo, portanto, ser clivados.

Em uma oração em que a relação substantivo/adjetivo parece problemática, ou seja, quando não sabemos se o adjetivo é um adjunto ou um predicativo, aplica-se o teste da paráfrase. Se for possível construir para essa oração uma paráfrase em que a relação substantivo/adjetivo é expressa pelo verbo *ser*, teremos um adjunto; se, ao contrário, a relação for estabelecida pelo verbo *estar*, teremos um predicativo. Aparentemente o teste dá conta de sentenças como as exemplificadas em (25).

- (25) a. A firma contratou o rapaz *inglês*.
 a'. A firma contratou o rapaz que é/ *está *inglês*.
 b. Os guardas encontraram o vizinho *amordaçado*.
 b'. Os guardas encontraram o vizinho que *era/ estava *amordaçado*.

Em (25a), *inglês* é adjunto adnominal, e, em (25b), *amordaçado* é predicativo.

Ilari (1997) observa que há outros casos em que o verbo da paráfrase não faz diferença, uma vez que o adjetivo admite as duas análises sintáticas, ainda que a paráfrase se faça obrigatoriamente com o verbo *ser* ou com o verbo *estar*.

(26) a. A escola contratou o professor *diplomado*.

a'. A escola contratou o professor que ~~era/~~ estava *diplomado*.

(27) a. A polícia deteve o motorista *embriagado*.

a'. A polícia deteve o motorista que ~~estava/~~ era *embriagado*.

Os adjetivos *diplomado*, em (26), e *embriagado*, em (27), podem ser analisados, indistintamente, como adjuntos ou como predicativos. A confirmação de que as duas análises são possíveis pode ser observada nas paráfrases mostradas em (28).

(28) a. O motorista, a polícia deteve-o *embriagado*.

b. O motorista *embriagado*, a polícia deteve-o.

Outra maneira de identificarmos o predicativo do objeto direto é observarmos se a frase admite uma paráfrase com nexos temporais explícitos, o que denota a existência de um predicativo. Se a frase só admitir paráfrase por meio de oração relativa, então o adjetivo é exclusivamente adjunto adnominal, como vemos em (29) e (30).

(29) a. A escola contratou o professor *diplomado*.

a'. Quando a escola o contratou, o professor era *diplomado*.

(30) a. A polícia deteve o motorista *embriagado*.

a'. Quando a polícia o deteve, o motorista estava *embriagado*.

b. A polícia deteve o motorista que estava *embriagado*.

Os adjetivos *diplomado* e *embriagado*, em (29) e (30), respectivamente, são predicativos.

Como os exemplos (31) e (32) mostram, a aplicação do teste anterior só funciona para adjetivos que são adjuntos adnominais, visto que com eles a paráfrase que corresponde ao nexo temporal não é possível.

(31) a. O chefe mandou chamar o funcionário *alemão*.

- a'. *Quando o chefe mandou-o chamar, o funcionário era/estava *alemão*.
 b. O chefe mandou chamar o funcionário que era/é *alemão*.

- (32) a. Pedro encontrou uma moça *inteligente*.
 a'. *Quando Pedro a encontrou, a moça era *inteligente*.
 b. Pedro encontrou uma moça que era *inteligente*.

Os adjetivos *alemão* e *inteligente*, em (31) e (32), respectivamente, são adjuntos adnominais.

Embora esse teste com paráfrases por nexos temporais seja melhor do que a oposição *ser/estar*, ele não é a única diferença entre as sentenças (31a') e (31b) e (32a') e (32b). Podemos observar que *o professor*, em (29), e *o motorista*, em (30), poderiam ser suficientes para identificar a pessoa de quem se quer falar. Nessas sentenças, *diplomado* e *embriagado* são interpretados como predicativos.

Pode-se aplicar outro teste que consiste em observar se o adjetivo tem o papel de expressar restrição, ou seja, indica que se pretende identificar um subconjunto por um processo de multiplicação de classes. Confirmando-se tal papel do adjetivo, este classifica-se como adjunto adnominal; se, ao contrário, a identificação do indivíduo independe totalmente da propriedade que o adjetivo lhe atribui, temos um predicativo, como podemos observar em (33).

- (33) Os guardas encontraram o vizinho *amordaçado*.

Como podemos ver, o termo *vizinho*, em (33), poderia ser suficiente para identificar a pessoa de quem se quer falar, portanto *amordaçado* é interpretado como predicativo. Nessa circunstância, o adjetivo é uma propriedade transitória, que vale enquanto vale a ação descrita pelo verbo.

Há, também, a possibilidade de se aplicar a prova da substituição do objeto direto pelos pronomes pessoais *o*, *a*, *os*, *as*. Tal permuta determina facilmente o predicativo representado pelo adjetivo, como vemos em (34a').

- (34) a. Ele achou o caso *grave*.
 a'. Ele o achou *grave*.
 b. Comprei um quadro *precioso*.
 b'. Comprei-o. / *Comprei-o *precioso*.

Quando o adjetivo constitui adjunto adnominal, e não predicativo, não é possível a substituição sem incorporar o substantivo, como em (34b').

Outra prova que pode ser aplicada é a da apassivação. Nesse caso, o predicativo do objeto pode converter-se em predicativo do sujeito, como mostra (35).

- (35) a. A polícia deteve o motorista *embriagado*.
 a'. O motorista foi detido *embriagado* pela polícia.
 b. Ana comprou um quadro *precioso*.
 b'. *Um quadro foi comprado *precioso* por Ana.

Quando a conversão não é possível, como em (35b'), o adjetivo é um adjunto adnominal.

Por fim, aplicando-se a prova da transposição, o predicativo pode ser colocado antes ou depois do objeto. Quando colocado antes, a construção é clara e livre de ambigüidade, como em (36a); se colocado depois, pode se prestar a significação ambígua, como (36b), pois não se pode saber se os *amigos* vão ficar *tristes* por serem deixados, ou se são e sempre foram *tristes*.

- (36) a. Deixo *tristes* os amigos.
 b. Deixo os amigos *tristes*.

Quando esse teste falha, o adjetivo é um adjunto adnominal, como em (37); quando, ao contrário, o teste é admissível, o adjetivo é um predicativo, como em (38).

- (37) a. Marta comprou um sapato *lindo*.
 b. *Marta comprou *lindo* um sapato

- (38) a. João só come a sopa *fria*.
 b. João só come *fria* a sopa.

Podemos concluir que os vários testes/provas apresentados, de um modo ou de outro, permitem distinguir adjuntos adnominais de predicativos. Os testes e as provas, com as devidas correções e ajustes, são satisfatórios para se fazer tal distinção. Vale lembrar, porém, que nem todos os predicativos têm comportamento uniforme em relação a esses testes, já que nem todos os elementos identificados como predicativos satisfazem todas as provas e testes.

Na próxima seção, mostramos como diferentes gramáticos tradicionais definem o constituinte predicativo.

1.3. Visão diacrônica de predicados complexos

Não existe unanimidade na maneira como os gramáticos delimitam o predicado complexo. Com relação à nomenclatura utilizada, podemos observar que há diversidade nos termos que compõem esse tipo de predicado. Por exemplo, os gramáticos mais antigos, como Ernesto Carneiro Ribeiro (1890), Júlio Ribeiro (1919), Eduardo Carlos Pereira (1934), Carlos Góis (1957), denominam predicado complexo aquele que possui um complemento.

- (39) a. Comprei *um livro*.
 b. A menina ganhou *um presente*.
 c. Necessito *de saúde*.
 d. O pássaro voa *nas alturas*.
 e. Ele anda *triste*.
 f. Este homem ficou *rico*.

Como podemos observar, tais gramáticos consideram predicado complexo um verbo transitivo acompanhado de um complemento objeto direto, em (39a) e (39b); um verbo transitivo indireto acompanhado de um complemento preposicionado objeto indireto, em (39c). Em (39e) e (39f), os verbos copulativos que não contêm em si uma significação precisa, mas ligam idéias exprimindo o

estado do sujeito, denotam o aspecto segundo o qual se relacionam sujeito e predicado. É importante, ainda, esclarecer que, segundo esses gramáticos, o predicado complexo é constituído por um verbo significativo, isto é, um verbo transitivo acompanhado de um complemento (objeto direto ou indireto); ou por um verbo intransitivo em (39d) que, embora não exija necessariamente um complemento, pode ter o significado ampliado com outras informações. O verbo copulativo, excepcionalmente, é considerado intransitivo porque o estado ou qualidade que atribui ao sujeito não passa além desse sujeito.

Para Carneiro Ribeiro (1890:578), alguns verbos concretos regem dois complementos diretos, sendo um o verdadeiro regime do verbo e o outro ligado a ele, constituindo uma só idéia. Esse segundo elemento é denominado de *complemento direto superposto* ou *atributo do complemento*, como mostra (40).

- (40) a. Ele o chamava *seu mestre*.
 b. Fê-lo *seu mentor*.
 c. Eu me julguei *feliz*.
 d. Ele o reputava *grande escritor*.

Nessas sentenças, o verdadeiro complemento do regime direto do verbo são os pronomes *o* (40a), *lo* (40b), *me* (40c), e *o* (40d), e as expressões *seu mestre*, *seu mentor*, *grande escritor* e o adjetivo *feliz* são complementos superpostos do complemento direto.

Ao contrário da terminologia adotada por Carneiro Ribeiro (1890), Júlio Ribeiro (1919) e Carlos Pereira (1934) denominam esse tipo de complemento de *complemento objetivo complexo*. Já Carlos Góis (1957) introduz para o mesmo termo a noção de *objeto direto ampliado* e considera o complemento de um objeto direto ampliado *predicativo do objeto direto*. Said Ali (1965), em sua “Gramática secundária da língua portuguesa”, introduz a noção de *anexo predicativo* para esse mesmo termo.

“Anexo predicativo é o adjetivo ou substantivo que se acrescenta ao predicado verbal para indicar o estado ou

condição, durante a ação expressa pelo verbo, ou do sujeito ou do objeto”. (Said Ali, 1965: 108)

O *anexo predicativo* pode se referir ao sujeito ou ao objeto, como vemos em (41).

- (41) a. Ele chegou *cansado*.
 b. A criança nasceu *cega*.
 c. Encontrei a porta *arrombada*.
 d. Encontrei o aluno *doente*.

Em (41a) e (41b), os adjetivos *cansado* e *cega* são predicativos que se referem ao sujeito; já em (41c) e (41d), os adjetivos *arrombada* e *doente* são predicativos que se referem ao objeto direto.

Os gramáticos Carneiro Ribeiro (1890), Júlio Ribeiro (1919), Carlos Pereira (1934), Carlos Góis (1957) e Said Ali (1965) reportam-se ao predicado complexo de maneira discreta, não entrando em considerações mais detalhadas. Além das diferentes denominações utilizadas para os termos que compõem o predicado complexo, a caracterização desses termos é pouco clara no que diz respeito às relações fundamentais que eles estabelecem entre si. Talvez por isso sejam atribuídos nomes diferentes para esses elementos da oração, embora os gramáticos não justifiquem suas posições.

Os gramáticos contemporâneos Celso Cunha (1971), Rocha Lima (1979) e Luft (1989) têm uma visão diferente de predicado complexo. Eles comungam a idéia de que o predicado verbo-nominal é o predicado complexo ou misto, que possui dois núcleos significativos: um expresso por um verbo transitivo ou intransitivo e outro indicado por um nome chamado predicativo. Esse predicado misto representa a fusão de um predicado verbal com um predicado nominal, encerrando em si mesmo uma união de predicados. Assim, como mostramos em (42), esse tipo de predicado expressa uma dupla informação: ação e estado ou condição.

- (42) a. O trem partiu *atrasado*.
 b. Vi o menino *perdido*.
 c. O poeta releu o poema *eufórico*.

As sentenças em (42) resultam das estruturas expressas em (43).

- (43) a. O trem estava *atrasado*.
 (i) O trem partiu.
 (ii) O trem estava *atrasado* quando partiu.
- b. O menino estava *perdido*.
 (i) Vi o menino.
 (ii) Vi o menino quando estava *perdido*.
- c. O poeta estava *eufórico*.
 (i) O poeta releu o poema.
 (ii) O poeta releu o poema quando estava *eufórico*.

O termo da oração que funciona como núcleo nominal do predicado e atribui uma característica ao sujeito ou ao objeto é chamado de predicativo. No predicado verbo-nominal, o predicativo refere-se ao sujeito por meio de um verbo intransitivo ou transitivo; ou se refere ao objeto por meio de um verbo transitivo, como podemos ver em (A), (B), (C), (D) e (E).

A. Predicativo do sujeito com verbo intransitivo.

Na sentença (44c), há uma fusão de duas orações sendo que uma das informações do sujeito está no verbo *retornaram* e a outra está no nome *curados*.

- (44) a. Os doentes ficaram *curados*.
 b. Os doentes retornaram.
 c. Os doentes retornaram *curados*.

O resultado é um tipo de oração com predicativo do sujeito, embora o verbo seja intransitivo.

B. Predicativo do sujeito com verbo transitivo direto.

Na sentença (45c), há uma fusão de duas orações, ambas com o mesmo sujeito.

- (45) a. As crianças estavam *famintas*.
 b. As crianças pediam comida.
 c. As crianças pediam comida *famintas*.

O resultado é um predicado verbo-nominal, ou seja, uma das informações sobre o sujeito está no verbo *pediam* e outra está no adjetivo *famintas*. Temos, com isso, um predicativo do sujeito, embora o verbo seja transitivo direto.

C. Predicativo do sujeito com verbo transitivo indireto.

Na sentença (46c), também há uma fusão de duas orações, ambas com o mesmo sujeito.

- (46) a. A platéia assistia ao jogo.
 b. A platéia estava *entusiasmada*.
 c. A platéia assistia ao jogo *entusiasmada*.

Temos, novamente, um predicado verbo-nominal, pois o núcleo informativo é o verbo *assistia*, e outro núcleo é o nome *entusiasmada*.

D. Predicativo do objeto direto.

Só aparece no predicado verbo-nominal e indica uma característica que se atribui ao objeto direto, como em (47).

- (47) a. O cofre estava *arrombado*.
 b. A turma encontrou o cofre.
 c. A turma encontrou o cofre *arrombado*.

Arrombado é um adjetivo que funciona como núcleo informativo, juntamente com o verbo *encontrou*. Como *arrombado* é um estado do *cofre*, e como *o cofre* é objeto direto, então *arrombado* é predicativo do objeto direto.

E. Predicativo do objeto indireto.

Só aparece no predicado verbo-nominal e indica uma característica que se atribui ao objeto indireto, como em (48).

- (48) a. O Boleslau é *deselegante*.
 b. Todos chamam ao Boleslau.
 c. Todos chamam ao Boleslau *deselegante*¹.

O adjetivo *deselegante* é predicativo do objeto indireto porque é núcleo informativo do predicado, referindo-se a *Boleslau*, que é objeto indireto.

Ao contrário do que afirma a tradição contemporânea portuguesa, segundo a qual o predicado pode ser verbal, nominal ou verbo-nominal, Evanildo Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (2003), propõe que não há necessidade de distinguir o predicado verbal do predicado nominal e verbo-nominal, já que toda relação predicativa que se estabelece na oração tem por núcleo um verbo. Segundo o autor, a transitividade se sustenta no conteúdo léxico do verbo, podendo formar um predicado simples ou um predicado complexo cujo núcleo se constrói com verbo de grande extensão semântica, necessitando, portanto, de delimitadores, ou seja, de argumentos ou de complementos verbais. Bechara, sustenta, ainda, que a distinção entre verbos intransitivos e transitivos não é absoluta, pertencendo mais ao léxico do que à gramática. Ele se refere aos verbos copulativos como aqueles que

¹Conforme foi mencionado na seção 1.2.3 anteriormente, o predicativo do objeto indireto pode ocorrer com outros verbos, além do verbo *chamar*.

aparecem matizados semanticamente pelo signo léxico que funciona como predicativo, reforçando, porém, que a distinção não é válida no que se refere à sintaxe, uma vez que o núcleo é sempre o verbo, mesmo que se trate de verbo de significado léxico muito amplo e vago, não sendo relevante a classificação do predicado para o entorno oracional. O mesmo gramático ressalta que pode aparecer, em predicados simples e complexos, um determinante denominado anexo predicativo, que pode se referir ao sujeito, ao complemento direto ou ao complemento indireto, este último quase que restrito ao verbo chamar = dar nome.

Considerando que o signo lingüístico que aparece na função de predicativo costuma ser um nome, seja ele um substantivo ou um adjetivo, a tradição gramatical passou a designar *nominal* esse tipo de predicado complexo, para diferenciá-lo do predicado verbal. Para Bechara (2003), não existe razão para essa diferença, uma vez que funcionam como predicativos outras classes de palavras, inclusive os advérbios, como pode ser observado em (49).

- (49) a. O sol está *quente*.
b. Os vizinhos estão *bem*.
c. Os jovens são *simpáticos*.
d. Nós somos *do norte*.
e. Querer é *poder*.
f. A mesa parece *de madeira*.

O mesmo autor acrescenta ainda outro tipo de argumento verbal conhecido pelo nome de *complemento predicativo* ou somente *predicativo*. Fazem parte desse tipo de predicado os verbos que aparecem matizados semanticamente pelo signo léxico que funciona como predicativo, como vemos em (50).

- (50) a. O trabalho é *proveitoso*.
b. Janete é *minha irmã*.
c. As alegrias eram *passageiras*.
d. Os argumentos permanecem *incompletos*.
e. A situação parecia *resolvida*.
f. O céu está *azulado*.

De qualquer forma, há uma certa semelhança entre o predicativo e o complemento direto. Observa-se isso tanto pela aproximação estabelecida com os argumentos determinantes dos complementos verbais, como também pela equivalência à oração com verbos que exprimem ação e processo, como em (51).

- (51) a. Pedro é cantor. / Pedro canta.
 b. O colega está irritado. / O colega irrita-se.

Tais aproximações levaram alguns gramáticos a considerar em orações como: *Ele é meu irmão*, a expressão *meu irmão* como complemento direto, enquanto outros insistem em juntar as duas funções como variantes funcionais de uma só função. A opinião geral dos gramáticos analisados é a de que adjetivos, substantivos e pronomes, e seus equivalentes, podem exercer a função de predicativo. Luft (2002:53) propõe generalizar que a função de predicativo é exercida por substantivos, pronomes, adjetivos e advérbios como vemos em (52).

- (52) a. O chefe é *Pedro / ele*.
 b. O livro é *bom / este*.
 c. O menino está *bem / mal*.

O mesmo autor ressalta ainda, que qualquer classe de palavra pode funcionar como predicativo, exceto os conetivos (preposição e conjunção) e a interjeição. Além disso, como mostra (53), toda uma oração pode funcionar como predicativo.

- (53) a. A verdade é [*que as aparências enganam*]. (Luft, 1996:31)

Como podemos observar, Luft acredita que a função predicativa é uma função de expressões nominais e, sendo o advérbio uma palavra nominal, este poderia também exercê-la. Por sua vez, Rocha Lima (1980) exclui o advérbio como representante do predicativo, ao afirmar que *ser*, *estar* e outros verbos “deixam de ser de ligação e figuram intransitivamente, acompanhados de um adjunto adverbial de lugar, de modo, de tempo, etc”. Tal afirmação é exemplificada em (54).

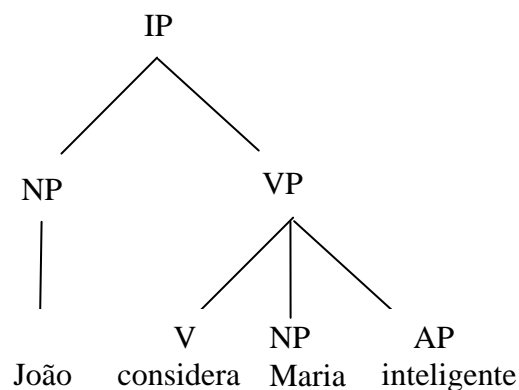
- (54) a. Ele está *aqui*.
 b. Ficarei *em casa*.

Já, a análise de sentenças como a expressa em (55) pode ter diferentes interpretações.

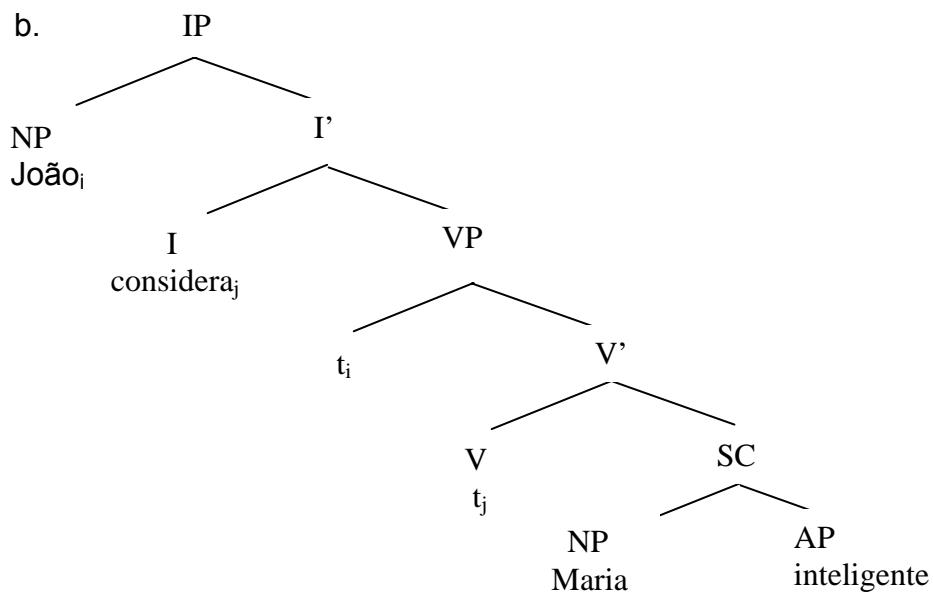
- (55) João considera [*Maria inteligente*].

As expressões em itálico em (55) são consideradas pela gramática tradicional contemporânea como objeto direto e predicativo do objeto direto, respectivamente. No entanto, o que João considera é *Maria inteligente*, e não apenas *Maria*. A Gramática Gerativa propõe analisá-la como um constituinte oracional sem verbo, uma *Small Clause*, em inglês. Conforme Raposo (1992), *Maria inteligente* forma um constituinte oracional contendo um sujeito e um predicado, ao qual chamaremos de oração pequena. Se seguirmos a tradição gramatical, *Maria* é objeto direto de *considerar*, e *inteligente* é predicativo do objeto direto; já seguindo a análise gerativista, *Maria inteligente* é um constituinte oracional, ou seja, uma oração pequena com sujeito (*Maria*) e predicado (*inteligente*). Observamos essa diferença nas seguintes representações arbóreas mostradas em (56).

- (56) a.



Em (56a), *Maria* é o objeto direto do verbo *considerar*, e *inteligente* é predicativo do objeto direto, respectivamente.



Em (56b), *Maria inteligente* é um constituinte proposicional exigido pelo verbo *considerar*, ou seja, uma oração pequena.

Vamos mostrar, no capítulo seguinte, que a abordagem gerativa proporciona uma melhor compreensão das estruturas predicativas complexas, e oferece soluções para muitas questões que carecem de explicação.

CONCLUSÃO

Neste capítulo observamos que a Gramática Tradicional sistematiza a relação sujeito/ predicado como a relação que se cria ao estabelecer um raciocínio ou juízo, ao dizer alguma coisa de algo. A noção de predicação é um dos motivos de maior controvérsia entre os diferentes gramáticos. O tratamento dado pela GT comprova o seu caráter pouco preciso e pouco adequado à realidade da língua. Notamos que há uma imprecisão conceitual e uma diversidade de classificação para os termos que compõem os predicados. As gramáticas normativas referem-se ao predicativo de maneira discreta, não entrando em considerações mais detalhadas. O predicativo é apresentado pela GT como se fosse velho conhecido, mas nunca é definido. Além de não encontrarmos uma definição explícita dele, não é atribuída a essa noção uma posição específica na classificação geral dos termos da oração.

O fato de o predicativo ser mencionado junto a termos essenciais não faz dele um termo necessariamente essencial. Assim, em construções do tipo: “João comeu as batatas cruas”, o adjetivo *cruas* refere-se ao objeto direto, termo integrante da oração, mas o próprio predicativo é acessório, já que pode ser omitido. Destacamos ainda, que é uma frase ambígua no sentido de que o adjetivo pode ser tanto predicativo quanto adjunto adnominal, mas nos dois casos é “termo acessório”.

Verificamos que para a maioria dos gramáticos tradicionais o predicativo parece referir-se exclusivamente ao sujeito e ao objeto direto, pois se limitam a apontar estas possibilidades e não reconhecem a existência de outras estruturas, como por exemplo, predicativo do objeto indireto.

Mostramos que vários testes como a clivagem, a paráfrase, a topicalização, a substituição pelo clítico, a transposição permitem distinguir os predicativos dos adjuntos adnominais, embora nem todos os elementos identificados como predicativos satisfaçam todos os testes, o que sugere tipos diferentes de predicativos, distinção que não é feita pela GT.

Ainda em relação à classificação dos predicativos em essenciais/ integrantes e acessórios, nosso estudo também revelou que as propriedades [+ inerentes] expressas pelos adjetivos são relevantes à posição específica dos predicativos na classificação geral dos termos da oração: predicativo que é “termo acessório” expressa circunstância/ estado, devendo ser expresso por adjetivo com o traço [- inerente]; predicativo que é “termo integrante” pode ser expresso por adjetivo que apresenta o traço [+ inerente].

2. PREDICADOS COMPLEXOS NA GRAMÁTICA GERATIVA

2.1 Conceção de predicado complexo na Gramática Gerativa

Os predicados complexos na Gramática Gerativa integram estruturas diferentes que se caracterizam pela presença de um verbo transitivo, um intransitivo ou um inacusativo, acompanhados de um elemento chamado predicativo.

Definir predicado não é uma questão muito simples, pois o ato de predicar é criar uma associação entre x e y , de modo que y predica de x . O predicado complexo se caracteriza pelo fato de o AP do predicado secundário atribuir um papel temático ao DP sujeito ou ao DP objeto da sentença matriz. A noção de papel temático é incorporada pela Gramática Gerativa, principalmente no modelo de Princípios & Parâmetros (Chomsky 1981, 1986), e se ocupa da estrutura temática das orações e do modo como essa estrutura se articula com a estrutura sintática. Um predicado possui uma estrutura temática que deve ser preenchida pelos argumentos que determinam quais elementos da sentença são obrigatórios. Os papéis temáticos, por sua vez, estão correlacionados com o esquema de subcategorização dos predicados.

Segundo Foltran (1999), Demonte (1985) e Rothstein (1983), os predicados complexos são divididos em predicados secundários e miniorações complementos. A distinção entre predicados secundários e predicados primários pode ser encontrada em Rothstein (1983): a predicação primária ocorre quando o sujeito e o predicado formam um constituinte juntos, e o sujeito não é tematicamente licenciado fora da relação de predicação em que ocorre; já a predicação secundária se caracteriza pelo fato de, aparentemente, o seu sujeito receber um papel temático de outro núcleo lexical. Ao contrário do predicado primário, a relação estabelecida entre o predicado secundário e seu sujeito é mediada pelo predicado primário. O predicado secundário recebe, por sua vez, uma subclassificação: predicados secundários orientados para o sujeito de [DP IP], predicados secundários orientados

para o objeto de [DP VP] e predicados resultativos de [DP VP]. Conforme Stowell (1981, 1983) e Chomsky (1981), os predicados secundários de [DP IP] e de [DP VP] e os predicados resultativos de [DP VP] constituem as Small Clauses (SCs) adjuntas de predicados secundários (1).

(1) a. John left angry.

/João partiu brabo/

b. Bill ate the meat raw.

/Bill comeu a carne crua/

c. Boaz hammered the metal smooth.

/Boaz martelou o metal plano/

d. We consider John clever.

/Nós consideramos João esperto/

A sentença (1a) é uma SC adjunta com predicado secundário de [DP IP], (1b) é uma SC adjunta com predicado secundário de [DP VP], (1c) é uma SC adjunta com predicado resultativo de [DP VP] e (1d) é uma SC complemento.

As SCs classificam-se, então, em SCs adjuntas e SCs complementos.

Na próxima seção, apresentamos as características que nos vão permitir isolar as sentenças com predicados secundários das sentenças com miniorações complementos.

2.2 Predicados secundários de [DP IP] e de [DP VP]

Os predicados secundários orientados para o sujeito de [DP IP] e os predicados secundários orientados para o objeto de [DP VP] serão tratados no mesmo item porque, apesar de o sujeito de um predicado secundário desempenhar funções diferentes na oração matriz, na maioria das vezes, esses predicados apresentam características semelhantes.

Na concepção de Foltran (2000), Rapoport (1988), Rothstein (1983) e Chomsky (1981), os predicados secundários são aqueles cujos elementos dos quais eles são predicados não dependem dos APs para suas funções gramaticais. Transcrevemos em (2) dois exemplos empregados por Rapoport (1988):

(2) a. John left angry.

/João partiu brabo/

b. Bill ate the meat raw.

/Bill comeu a carne crua/

As sentenças (2a) e (2b) são gramaticais, mesmo que os APs *angry* e *raw* sejam eliminados.

Os complementos predicativos APs sempre se relacionam com uma predicação verbal básica ou primária, logo é necessário algum tipo de predicação primária para que seja possível a constituição de um predicado secundário. Rothstein (1983) observa que nos predicados secundários o predicado é atributo de um argumento que é θ -marcado de forma independente, em que o sujeito e o predicado não formam um constituinte. Apresentamos, em (3), dois exemplos empregados pela autora.

(3) a. Mary drank her coffee strong.

/Maria bebeu seu café forte/

b. He ate the apple green.

/Ele comeu a maçã verde/

Em (3a) e (3b), os elementos *her coffee* (seu café) e *the apple* (a maçã) são licenciados por serem argumentos internos dos verbos *drank* (beber) e *ate* (comer), e os adjetivos *strong* (forte) e *green* (verde) são elementos opcionais, não formando um constituinte com eles.

Conforme Halliday (1967:62), os predicados secundários são construções baseadas em orações extensivas. As orações extensivas descrevem uma ação, de modo que o participante que o atributo adjetivo modifica (o hospedeiro) do predicado, conforme Jackendoff (1983), já possui um papel temático, além daquele atribuído pelo adjetivo. Logo, o atributo nunca é obrigatório nas orações extensivas, seguindo-se a hipótese de que todos os sintagmas nominais requerem algum papel temático.

Segundo Rapoport (1988), Chomsky (1981), Stowell (1983) e Rothstein (1983), os predicados secundários não fazem parte da estrutura temática da sentença, não são um argumento do verbo, mas um adjunto. Em (4), citamos três exemplos apresentados por Rapoport.

- (4) a. Ben cut [the bread]_i hot_i.
 /Ben cortou [o pão]_i quente_i/
- b. Joshua broke [the glass]_i new_i.
 /Josué quebrou [o copo]_i novo_i/
- c. Mary cooked [the vegetables]_i fresh_i.
 /Maria cozinhou [os vegetais]_i frescos_i/

Nas sentenças expressas em (4), o segundo DP é o objeto do verbo e recebe um papel temático dele; não precisando do papel- θ atribuído pelo adjetivo. Além disso, estando ou não o adjetivo presente em (4), a ação do verbo ainda será a mesma: Ben cortou o pão, estando este quente ou não, no momento em que o cortou. Assim, o predicado secundário não faz parte da estrutura temática básica da sentença; ele não é um argumento do verbo, mas um adjunto.

Nos predicados secundários, os quais Rapoport denomina de “predicados descritivos”, o adjetivo caracteriza o DP do objeto em relação com a ação (completa) ou com o processo descrito pelo verbo, conforme ilustrado em (5).

(5) a. Roni ate the meat raw.

/Roni comeu a carne crua/

Tal sentença significa dizer que “Roni comeu a carne”, e, na hora em que ele a comeu, ela estava “crua”. O DP *meat* (carne) é caracterizado no momento inicial da ação verbal.

Segundo Chomsky (1981:60), os APs dos predicados secundários referem-se a um sujeito representado por uma categoria vazia denominada PRO, que é uma variável de DP, possui uma identidade referencial com um constituinte da oração matriz e está submetida a uma relação de controle, como nas sentenças (6a) e (6b).

(6) a. John left [PRO [AP angry]].

/João partiu [PRO [AP brabo]]/

b. Bill ate the meat [PRO [AP raw]].

/Bill comeu a carne [PRO [AP crua]]/

Como pode ser observado, PRO não tem referência própria, por isso precisa de antecedente que o controle. Em (6a) e (6b), por exemplo, o PRO é controlado pelos DPs sujeitos *John* e *Bill* das orações matrizes. Desse modo, PRO estabelece uma relação de predicação com o AP adjetivo. Como afirma Stowell (1983), a predicação é uma relação estritamente local, às vezes mediada por categorias vazias. Tais considerações permitem depreender que os predicados adjetivos, juntamente com PRO, formam as SCs adjuntas, ou seja, um constituinte oracional [PRO AP].

2.2.1 Predicados secundários resultativos de [DP VP]

Os predicados resultativos são um tipo especial de predicado secundário que só podem se aplicar ao objeto direto. Rothstein (1983) e Rapoport (1986) argumentam que o predicado resultativo é um complemento do verbo. De alguma forma, então, o predicativo nos resultativos faz parte da estrutura do argumento do verbo. Nesse tipo de predicado, o adjetivo final caracteriza o estado do DP objeto, um estado que resulta da ação ou do processo descrito pelo verbo. Os autores

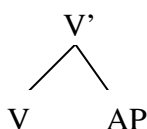
argumentam que o atributo representado pelo AP é crucial para a interpretação da ação, como mostra (7).

(7) a. Boaz hammered the metal smooth.

/Boaz martelou o metal plano / (=aplainou o metal)

Segundo a sentença, “Boaz causou o metal tornar-se plano, martelando-o”. Nesse caso, o adjetivo descreve o estado final do DP.

Rothstein (1983) argumenta que os predicados resultativos ocorrem como filhos de V'. Esses predicados descrevem o resultado da ação denotada pelo verbo sobre o referente do objeto do verbo.



A autora apresenta os seguintes exemplos mostrados em (8).

(8) a. John painted the house red.

/João pintou a casa de vermelho/

b. Mary hammered the metal flat.

/Maria martelou o metal plano/

c. Bill washed the clothes white.

/Bill lavou as roupas branco/

Segundo Halliday (1967), Levin (1981) e Simpson (1982), Rothstein argumenta que os APs em (8) são selecionados pelos verbos *pintou*, *martelou*, *lavou* e, assim, são irmãos do verbo. Somente quando um verbo denota uma mudança de estado é que ocorrem os predicados resultativos. A mesma autora fornece evidências do islandês sobre essa relação próxima entre verbos e predicados resultativos, os quais são os únicos que se incorporam aos verbos em islandês. No entanto, os predicados secundários orientados para o objeto de [DP VP] e os

predicados secundários de [DP IP] nunca aparecem dessa forma. Rothstein (1983:37) exemplifica (9).

(9) Eg. hvit – prooi fötin.

/Eu branco lavei as roupas/

Eu lavei as roupas até que elas estivessem brancas.

O AP *branco*¹ aparece junto ao verbo e não junto ao DP que ele modifica. Além disso, a autora observa em sua análise que, quando os predicados resultativos e secundários orientados para o objeto ocorrem juntos, os predicados resultativos precedem os predicados secundários orientados para o objeto, uma vez que os resultativos são filhos de V', e os secundários são adjuntos a VP, como em (10).

(10) a. Mary hammered the metal flat hot.

/Maria martelou o metal plano quente/

(plano = resultativo)

b. *Mary hammered the metal hot flat.

/Maria martelou o metal quente plano/

(quente = secundário orientado para o objeto).

A sentença (10b) é agramatical porque o AP secundário não pode preceder o AP resultativo.

A análise de Rothstein (1983) prediz ainda que, quando os predicados secundários orientados para o sujeito ocorrem juntos, os predicados secundários de [DP IP] seguem os predicados secundários orientados para o objeto de [DP VP], explicitados em (11).

(11) a. John hammered the metal flat hot angry.

/João martelou o metal plano quente brabo/

¹Segundo Perini (2000:103), o SA modificador interno precede o SA modificador externo. O SA modificador interno não pode vir separado do SN, enquanto o SA modificador externo pode vir separado do SN.

b. *John hammered the metal flat angry hot.

/João martelou o metal plano brabo quente/

A sentença (11b) é agramatical porque o AP orientado para o sujeito de [DP IP] precede o AP orientado para o objeto de [DP VP].

Chomsky (1986) oferece evidência de que os predicados resultativos ocupam posições de complemento. Ele observa que, com relação ao movimento de constituintes, esses predicados comportam-se como complementos, ou seja, o DP aparece separado do AP. Embora exista controvérsia quanto à natureza do predicado, se complemento ou se adjunto, Chomsky o considera um predicado adjunto, como vemos em (12).

(12) a. How red did John paint the house?

/Quão vermelha João pintou a casa?/

b. How flat did Mary hammer the metal?

/Quão plano Maria martelou o metal?/

c. How white did Bill wash the clothes?

/Quão branco Bill lavou as roupas?/

Vale lembrar, no entanto, que nem os predicados secundários, orientados para o objeto de [DP VP], nem os predicados secundários de [DP IP] comportam-se como complementos.

Nos predicados resultativos, o atributo adjetivo é crucial para a interpretação da ação, como mostra Rapoport (1989), nas sentenças expressas em (13).

(13) a. Marta wiped [the counter]_i dry_i.

/Marta secou [o balcão]_i seco_i/

b. Jair combed [Mauro's hair]_i smooth_i.

/Jair penteou [o cabelo de Mauro]_i liso_i/

- c. Joshua nailed [every window]_i shut_i.
/Josué pregou [cada janela]_i trancada_i/
- d. Ben sponged [his bedroom]_i clean_i.
/Ben esfregou [seu quarto]_i limpo_i/

A sentença (13a), por exemplo, significa que “Marta causou o balcão ficar seco através do ato de secá-lo”. As construções mostradas anteriormente estão baseadas nos verbos transitivos *secar*, *pentear*, *pregar* e *esfregar* que exigem um objeto, sendo o adjetivo resultativo ou não, nas construções em que eles aparecem. Para Rapoport (1983), o AP do predicado resultativo é um modificador do verbo, por isso é projetado na posição de complemento e forma um predicado complexo com o verbo matriz.

As construções com verbos intransitivos *rir*, *andar* e *beber*, normalmente não assumem um objeto. Na sentença (14a), por exemplo, vemos que Lucille ficou doente por rir muito.

- (14) a. Lucille laughed herself sick.
/Lúcia riu-se doente/
- b. Marta walked her feet sore.
/Marta andou seus pés feridos/
- c. Suzanne drank herself silly.
/Suzana bebeu a si mesma tola/

De fato, o “objeto mudo” dos resultativos intransitivos está presente unicamente com o propósito de hospedar o predicado, como argumenta Rapoport (1986). Não há resultativos orientados para o sujeito em inglês, portanto, sem o objeto mudo, a sentença é agramatical (15).

- (15) a. *Lucille laughed sick.
/Lucia riu doente/

- b. *Suzanne drank silly.
/Suzane bebeu tola/

Segundo Stowell (1981), Chomsky (1981) e Rothstein (1983), os predicados resultativos aparecem na posição de complemento. Embora eles estejam semanticamente relacionados aos verbos com os quais ocorrem, são considerados predicados adjuntos, podendo ser retirados da sentença sem causarem agramaticalidade, como mostra (16).

- (16) a. Lucille laughed.
/Lucia riu/
- b. Suzanne drank.
/Suzane bebeu/

A seguir, mostramos as configurações possíveis dos predicados secundários de [DP IP] e de [DP VP] e suas propriedades distribucionais.

2.2.2 Propriedades distribucionais dos predicados secundários

Demonte (1994) analisa as construções que a Gramática Tradicional chamou de adjetivos predicativos, que na Gramática Gerativa pertencem à teoria da predicação (Rothstein, 1983), e que para Stowell (1981-1983) pertencem ao estudo das orações pequenas. O predicado adjetivo AP pode estar ligado ao sujeito da sentença ou relacionado com o objeto direto do verbo principal, como mostram as sentenças (17a) e (17b).

- (17) a. Marta despidió a su hija tristísima.
/Marta despediu-se de sua filha tristíssima/
- b. Mi madre compro la lavadora rota.
/Minha mãe comprou a lavadora estragada/

O predicado secundário, em (17a), é orientado para o sujeito, e em (17b) é orientado para o objeto. Os únicos constituintes a que eles podem estar associados são o sujeito e o predicado. Isso significa que esse tipo de construção está disponível somente dentro de duas projeções máximas não argumentais: IP e VP. O fato de tais predicados não serem θ -marcados e pertencerem às projeções máximas não argumentais revela automaticamente a sua condição de predicados adjuntos (Chomsky, 1986).

Simpson (1983) e Rothstein (1983) argumentam que, sob o ponto de vista semântico, existe uma diferença entre os predicados secundários, denominados descritivos, e os predicados secundários resultativos, exemplificados em (18).

(18) a. Luis come la carne cruda.

/Luís come a carne crua/

b. Juan pinto la casa roja.

/João pintou a casa de vermelho/

O predicado secundário, em (18a), caracteriza uma situação temporária, descrevendo o estado do objeto no momento em que ocorre a ação; enquanto o predicado resultativo, em (18b), se refere a um estado final, pois ocorre quando uma determinada ação está completa. As paráfrases, em (19), ilustram essa diferença.

(19) a. Juan come la carne mientras está cruda.

/João come a carne enquanto ela está crua/

b. Juan pinto la casa y (como consecuencia de ello) la casa está roja.

/João pintou a casa e (como consequência) ela está vermelha/

Demonte (1982) argumenta que as análises dos predicados adjetivos consideram as construções com predicados de [DP IP] e de [DP VP] homogêneas ou equivalentes na sintaxe. Contrariamente a essas análises, a autora afirma que, em espanhol, tal hipótese não se mantém e mostra as propriedades distribucionais das quais as análises parecem divergir. A exigência de *contigüidade*, ou seja, de um sujeito e um predicado aparecerem um após o outro, é a primeira

propriedade que distingue claramente essas construções. Nos predicados secundários orientados para o objeto, essa exigência se mantém de uma forma rigorosa, como vemos em (20).

(20) a. Juan le dio el café caliente a Pedro.

/João (l_{he}) deu o café_i quente_i a Pedro/

b. Juan le dio a Pedro el café caliente.

/João (l_{he}) deu a Pedro o café_i quente_i/

c. Juan le dio el libro roto a Pedro.

/João (l_{he}) deu o livro_i rasgado_i a Pedro/

d. Juan le dio a Pedro el libro roto.

/João (l_{he}) deu a Pedro o livro_i rasgado_i/

As sentenças (20) mostram que as construções com um predicado secundário relacionado com o objeto são sempre gramaticais quando o AP predicado seguir imediatamente o DP objeto. No entanto, o DP objeto pode aparecer separado do AP, como em (21).

(21) a. Juan le dio el café_i a Pedro caliente_i.

/João (l_{he}) deu o café_i a Pedro quente_i/

b. Juan lo_i dio a Pedro caliente_i.

/João o_i deu a Pedro quente_i/

c. Juan le dio el libro_i a Pedro roto_i.

/João (l_{he}) deu o livro_i a Pedro rasgado_i/

d. Juan se lo_i dio a Pedro roto_i.

/João o_i deu a Pedro rasgado_i/

As sentenças em (21) sugerem que ambos os elementos [DP e AP] podem aparecer separadamente, embora com um grau mais baixo de aceitabilidade, quando o

elemento intercalado entre eles pertencer à estrutura argumental do verbo, ou seja, a seu elo temático. Neste caso, o elemento intercalado é um objeto dativo.

Por outro lado, Demonte (1982) assinala que não é possível intercalar elementos que não pertençam à estrutura argumental do verbo (22).

(22) a. *Juan le dio el café_i en bandeja de plata quente_i.

/João (lhe) deu o café_i numa bandeja de prata quente_i/

b. *Juan le dio el libro_i en la terraza roto_i.

/João (lhe) deu o livro_i no terraço rasgado_i/

O contraste marcante da agramaticalidade em (23) indica que constituintes que não pertencem à estrutura argumental do verbo, como, por exemplo, advérbios de lugar, não podem ser intercalados entre um predicado secundário e seu objeto. Porém, quando um advérbio de lugar pertence ao elo temático do verbo, os elementos [DP e AP] podem aparecer separadamente, embora com um grau de aceitabilidade menor, como podemos observar nas sentenças em (23).

(23) a. Juan metió el coche_i en la garage roto_i.

a' Juan lo_i metió en la garage roto_i.

/João colocou o carro_i na garagem estragado_i/

/João colocou-o_i na garagem estragado_i /

b. Juan metió la ropa_i en el armario sucia_i.

b' Juan la_i metió en el armario sucia_i.

/João colocou as roupas_i no armário sujas_i/

/João colocou-as_i no armário sujas_i/

Os adjetivos viáveis para as construções de predicados secundários orientados para o objeto parecem ser, de certo modo, selecionados pelo verbo principal. Neste sentido, tais adjetivos são semelhantes às orações pequenas subcategorizadas pelo verbo, como mostram as sentenças (24) e (25).

(24) a. Mi hija sólo come las verduras guisadas.

a' Mi hija sólo las come guisadas.

/Minha filha só come as verduras cozidas/

/Minha filha só as come cozidas/

b. Mi hija sólo come las verduras caras.

b' *Mi hija solo las come caras.

/Minha filha só come as verduras caras/

/Minha filha só as come caras/

c. Rodrigo pintó el despacho morado.

c' Rodrigo lo pintó morado.

/Rodrigo pintou o escritório de vermelho/

/Rodrigo pintou-o de vermelho/

(25) a. Tu propuesta hizo [_{sc} viable la solución].

/Tua proposta fez [_{sc} a solução viável]/

b. La marea dejó [_{sc} limpia la arena].

/A maré deixou [_{sc} a areia limpa]/

Embora as construções com predicados secundários de [DP VP] em (24), sejam semelhantes às SCs em (25), elas não apresentam a mesma estrutura sintática, uma vez que os APs dessas construções não são subcategorizados pelo verbo da oração matriz.

Outra propriedade importante dessas construções pode ser vista como uma restrição de co-ocorrência. Um predicado orientado para o sujeito e um orientado para o objeto podem co-ocorrer numa única sentença (26).

(26) a. Juan_i sirvió la carne_j pasada_j disgustado_i.

Juan_i la_j servió pasada_j disgustado_i.

/João_i serviu a carne_j pasada_j brabo_i/

/João_i a_j serviu pasada_j brabo_i/

b. El mecánico_i devolvió el coche_j roto_j feliz_i.

El mecánico_i lo_j devolvió roto_j feliz_i.

/O mecânico_i devolveu o carro_j estragado_j feliz_i/
 /O mecânico_i o_j devolveu estragado_j feliz_i/

As sentenças (26a) e (26b) são gramaticais e não existe m-comando mútuo entre os dois APs, já que os APs *passada* e *estragado* são predicados de [DP VP], e os APs *brabo* e *feliz* são predicados de [DP IP]. A Condição de Localização sobre atribuição de papel- θ a XP (LCXP)² permite que um predicado secundário ocorra com qualquer predicado, desde que não haja m-comando mútuo entre eles.

No entanto, a co-ocorrência de dois predicados orientados para o objeto é excluída quando os dois predicados pertencem às mesmas subclasses semântico-sintáticas (por exemplo, dois secundários) e também quando eles são de subclasses diferentes (um secundário e um resultativo), porque nenhum AP pode atribuir papel- θ .

(27) a. *El mecánico encontró el coche_j viejo_j arreglado_j.

/O mecânico achou o carro_j velho_j consertado_j/

b.*Juan_i corto la hierba_j corta_j preciosa_j.

/João_i cortou a grama_j curta_j bonita_j/

Demonte (1982) argumenta que a presença de dois APs secundários que se referem ao DP objeto *o carro* torna agramatical a sentença (27a). O mesmo acontece em (27b), devido à presença de um AP resultativo e um AP secundário. Dois predicados secundários não podem ocorrer juntos porque os APs m-comandam um ao outro e atribuem papel temático para o mesmo DP. Desse modo, os APs não encontram a LCXP e não podem atribuir papel- θ , violando o Critério- θ .

A hipótese de Demonte (1982) é que a co-ocorrência de predicados orientados para o sujeito de [DP IP] também é restringida pelo aparecimento

²Assumindo a semelhança estrutural entre a definição de m-comando de Chomsky (1986:8), e a definição de projeção máxima de May (1985), Mc Nulty (1988) propõe uma condição sobre a atribuição de papel temático a XP (LCXP): “A assigns a theta role to B if A mutually m-comands B and there is no Z such that Z mutually m-comands A, where A, Z = theta-assigning XPs”. /A atribui um papel- θ a B se A m-comanda mutuamente B e não houver Z, tal que Z m-comande mutuamente A, onde A, Z = XPs que atribuem papel- θ /. (Tradução da autora dessa dissertação).

simultâneo de dois adjetivos atributivos que m-comandam um ao outro, sendo que nenhum é capaz de atribuir papel- θ , como mostra (28).

(28) *Juan bostezó cansado malhumorado.

/João bocejou cansado mal-humorado/

Diferente do que afirma Demonte (1994), Rothstein (1983) observa que dois predicados orientados para o objeto de [DP VP] são possíveis em inglês, como vemos em (29).

(29) They ate the meat raw tender.

/Eles comeram a carne crua macia/

O AP *crua* é um modificador interno do DP *a carne*, fazendo parte do DP, não estando numa relação de m-comando mútuo com o AP *macia*.

Rothstein argumenta ainda que é possível a presença de um predicado resultativo seguido de um predicado descritivo; no entanto, um predicado descritivo de [DP VP] seguido de um predicado resultativo de [DP VP] é agramatical, como mostram as sentenças (30), citadas anteriormente em (09).

(30)a. We hammered the metal flat hot.

/Nós martelamos o metal plano quente/

b. *We hammered the metal hot flat.

/Nós martelamos o metal quente plano/

Conforme a mesma autora, o predicado secundário resultativo de [DP VP] deve estar adjacente ao complemento do verbo matriz, pois descreve o resultado da ação denotada pelo verbo sobre esse complemento.

Segundo Green (1972), os predicados resultativos de [DP VP] e os predicados secundários de [DP VP] podem ocorrer juntos porque somente os

predicados secundários de [DP VP] atribuem papel- θ . O predicado resultativo e o verbo formam um verbo complexo³, assim, não interferem na atribuição de papel- θ a XP; ao contrário, esse predicado é parte de um atribuidor- θ de um X° complexo, e a LCXP não faz referências aos atribuidores- θ de X°.

(31) a. Bill wiped the dishes dry broken.

/Bill secou os pratos secos quebrados/

b. *I boiled the lobster red alive.

/Eu fervei a lagosta vermelha viva/

Os predicados resultativos são conseqüências naturais das ações denotadas pelos verbos com os quais ocorrem, por isso constituem predicados complexos no léxico. Em (31a), o AP *secos* faz parte do significado do verbo *secar*, por outro lado, em (31b), o AP *vermelha* não faz parte do significado do verbo *ferver* e não é, portanto, uma conseqüência natural possível da ação denotada pelo verbo, tornando a sentença agramatical. O AP *vermelha* não forma um verbo complexo, pois é um XP que atribui papel- θ ao DP *a lagosta* e m-comanda mutuamente o AP *viva*, violando, assim, a LCXP.

Déchaine (1992), apud Guéron e Hoekstra (1984), argumenta que existe uma diferença entre os predicados relacionados com o sujeito e os relacionados com o objeto. Um AP adjunto relacionado com o sujeito pode ocorrer em posição inicial na sentença, ao contrário do AP adjunto relacionado com o objeto, como em (32).

(32) a. [Angry]_i John_i submitted the work.

/Brabo_i João_i apresentou o trabalho/

b. *[Only half-way finished]_i John submitted the work_j.

/Somente meio acabado_i João apresentou o trabalho_i/

³Segundo Rapoport (1991), os predicados secundários resultativos aparecem adjacentes ao verbo da sentença matriz em estrutura-D, e são interpretados como modificadores da ação verbal. Ocupam a posição de complemento, ou seja, a posição de irmão do verbo e formam um predicado complexo com ele. Tanto o verbo quanto o modificador descrevem a ação e atribuem papel- θ juntos. Somente quando a ação está completa, o verbo complexo atribui papel- θ para o seu argumento.

A diferença é imediatamente identificada, se assumirmos que os APs adjuntos relacionados com o sujeito são ligados à projeção AgrS⁴. Os APs adjuntos relacionados com o sujeito admitem a elipse de constituintes, porém, em APs adjuntos relacionados com o objeto, a elipse não sobrevive, como podemos ver em (33).

(33) a. John_i read the letter outraged_i, and Bill_j did upset_j.

/João_i leu a carta ultrajado_i e Bill_j transtornado_j/

b. *John submitted his text_i finished_i and Bill did unfinished_i.

/João apresentou seu texto_i terminado_i e Bill incompleto_i/

Como o verbo não está presente para apoiar AgrO na sentença (33b), um AP adjunto relacionado com o objeto elíptico não é permitido.

Na próxima seção, apresentamos algumas considerações sobre Small Clauses a partir dos pontos de vista de Chomsky e Stowell.

2.3 Considerações gerais sobre Small Clauses

A análise estrutural de construções como [V DP XP] foi abordada a partir de dois pontos de vista: (i) [DP XP] formam um constituinte ou não; (ii) o verbo matriz e o predicado XP formam um predicado complexo ou não. Apresentamos, a seguir, as abordagens de Chomsky (1980,1981,1986) e Stowell (1980, 1981, 1983, 1987, 1989, 1995).

2.3.1 Chomsky (1980-1981-1986)

Chomsky (1980) propôs uma análise que descarta a existência de constituinte formado pelo [DP XP], ou seja, o DP é um argumento do predicado complexo formado pelo verbo principal e pelo XP. O verbo primeiro combina com o

⁴Segundo Pollock (1989), Infl é dividido em duas projeções X-barra distintas: T e Agr, cada uma encabeçando uma projeção máxima TP e AgrP. AgrP possui dois papéis funcionais: uma projeção de concordância com o sujeito AgrS e uma projeção da concordância com o objeto AgrO.

predicado adjetivo para formar um predicado complexo. Assumindo um objeto direto do DP, o predicado adjetivo [AP] é, então, movido para a direita do objeto através de mova α , como mostra (34).

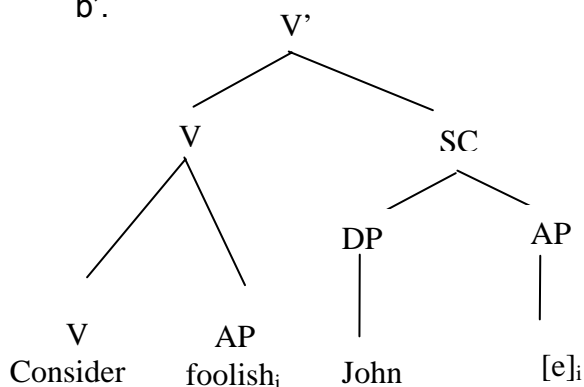
(34) a. Consider John foolish

/Considerar João tolo/

b. Consider foolish_i John e_i.

/Considerar tolo_i João [e]_i/

b'.



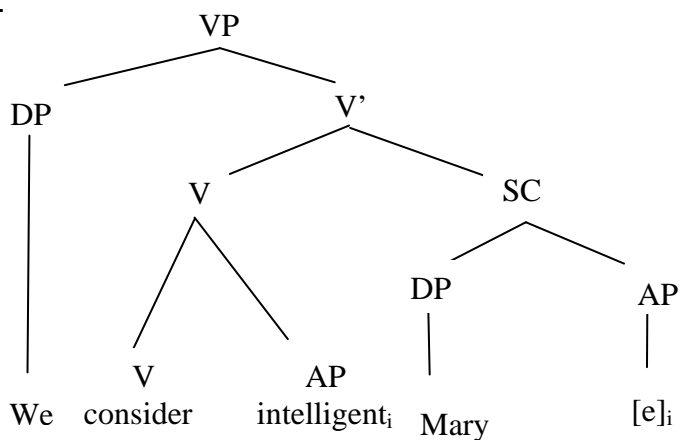
c. We consider Mary intelligent.

/Nós consideramos Maria inteligente/

d. We consider intelligent_i Mary [e]_i.

/Nós consideramos inteligente_i Maria [e]_i/

d'.



Chomsky (1980) defende uma visão alternativa, a da hipótese do predicado complexo para sentenças como em (34), nas quais [considerar...tolo] e

[considerar...inteligente] seriam predicados descontínuos. Em uma seqüência como [V DP XP], o [DP XP] não forma um constituinte autônomo. Assim, na sentença (34b), o DP [João] é argumento do predicado complexo formado pelo verbo principal [considerar] e pelo XP [tolo], constituindo a sentença [considerar tolo [_{DP}João]]. Chomsky (1980), apud Stowell (1995), argumenta que não é no nível de representação SS que se formam estas estruturas, mas em LF. Portanto, não existe a estrutura (34b) em SS, só em LF. O problema dessa visão alternativa é que sabemos que a atribuição do papel- θ se dá num domínio estritamente local: o papel- θ do argumento externo, ou seja, o do sujeito, sempre se dá dentro do domínio da sentença, que é o domínio em que o sujeito se combina sintaticamente com o predicado. O que não é explicado é como a noção semântica de sujeito da predicação é expressa na estrutura sintática. Se a teoria da SC está correta, então a estrutura sintática pode ser vista como um reflexo da estrutura predicado/argumento, possibilitando identificar as duas noções.

Para Chomsky (1981), o DP objeto deve estar adjacente ao verbo para que o papel- θ seja visível ao Critério- θ e seja permitido receber Caso (35).

(35) *John considers seriously [Bill foolish].

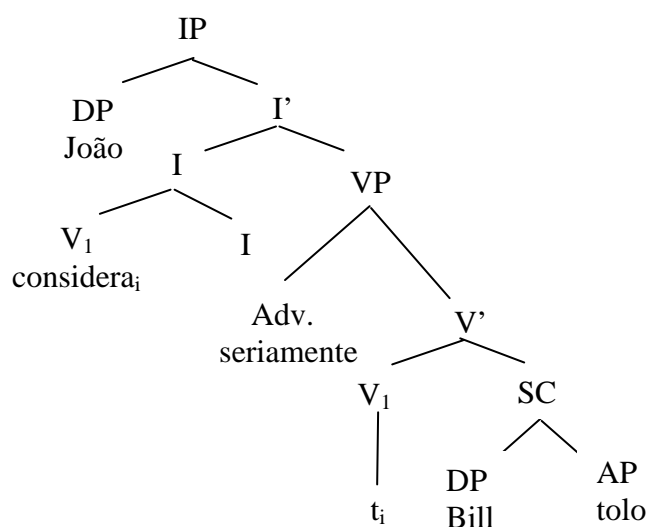
/João considera seriamente [Bill tolo]/

A sentença (35) é agramatical porque o DP sujeito da SC não está adjacente ao verbo matriz para que seja marcado com Caso. Assim, advérbios não podem separar um verbo matriz de um DP L-marcado.

Ao contrário do que sustentam Chomsky (1981) e Stowell (1981), Pollock (1989), apud Raposo (1998:371), defende que nas línguas românicas o verbo é movido na estrutura-S para uma posição de adjunção a Infl, deixando um vestígio na sua posição de origem. O vestígio do verbo atribui Caso à proposição [Bill tolo] sob regência, satisfazendo a condição de adjacência⁵, como podemos observar em (36).

⁵Segundo Stowell (1981), a condição de adjacência obedece ao seguinte princípio: o atribuidor casual deve estar adjacente ao elemento que recebe Caso. (Raposo 1998:371)

(36)



Para Chomsky (1981:60), os APs dos predicados secundários fazem referência a um constituinte da oração, que é representado por uma categoria vazia denominada PRO. Pelo fato de os predicados secundários não serem θ -marcados e pertencerem a projeções máximas não-argumentais, ocorre automaticamente a condição de predicado adjunto. Desse modo, o autor distingue dois tipos de SCs: as SCs complementos, que são transparentes à regência e L-marcadas⁶, e as SC adjuntas, que são opacas à regência externa e não são L-marcadas, como mostram as sentenças (37).

(37) a. I consider [Poirot intelligent].

/Eu considero Poirot inteligente/

b. Poirot arrived [PRO angry].

/Poirot chegou zangado/

Na sentença (37a), a SC complemento é transparente à regência do verbo matriz; na sentença (37b), ao contrário, a SC adjunta é opaca à regência do verbo inacusativo e não é L-marcada.

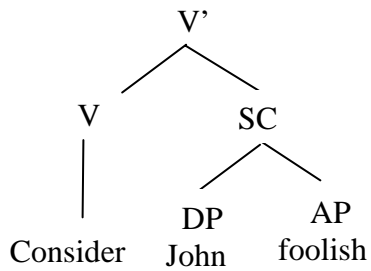
⁶L-marking – “A L marks B if and only if is a lexical category that governs B” / “A L-marca B se e somente se A é uma categoria léxica que rege B”. (Chomsky 1986:15) (tradução da autora dessa dissertação)

Segundo Freidin (1991), Chomsky (1986) defende que a estrutura da SC em (38) é semelhante à estrutura ECM infinitiva em (39).

(38) a. Consider John foolish

/Considerar João tolo/

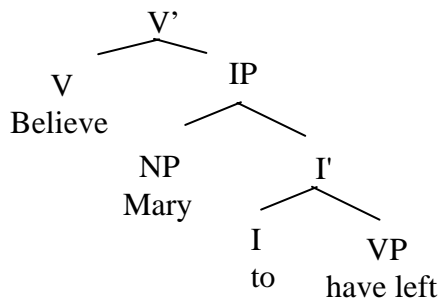
a'.



(39) a. Believe Mary to have left

/Acreditar Maria partir/

a'.



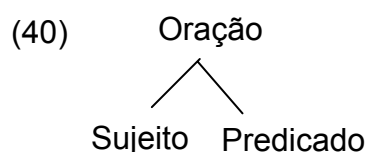
Segundo Chomsky (1986), a relação estrutural entre o sujeito e o predicado de uma SC é idêntica ao sujeito e ao predicado de uma oração infinitiva⁷, o que é analisado como IP sem núcleo em (39), ou seja, o VP não possui flexão. Ele sustenta, ainda, que as SCs devem ser verdadeiros constituintes na estrutura-D como em (38).

2.3.2 Stowell (1980,1981,1983,1987,1989, 1995)

Stowell (1983) defende a idéia de que as SCs têm sido um problema para a teoria sintática, visto que a principal discussão da área gira em torno da polêmica

⁷Para Stowell (1980, 1983), os infinitivos não possuem características morfológicas de tempo. O tempo é, portanto, não realizado.

sobre a sua existência. Para o autor, esse tipo de construção se diferencia das orações plenas porque não possui verbos auxiliares e morfologia de tempo e aspecto, embora o núcleo de uma SC adjetiva concorde com o sujeito em gênero e número. Por outro lado, tais construções, assemelham-se a orações plenas, já que expressam o mesmo tipo de relação de predicação semântica. Essa relação está refletida na estrutura (40):



Conforme o autor, a teoria da SC se baseia na convicção de que a relação semântica entre sujeito e predicado é refletida de forma uniforme na estrutura de constituintes, visto que essa relação sempre vai ser codificada, sintaticamente, como um par de constituintes irmãos, como mostra (40). Segundo Stowell (1995), o grupo de sentenças exemplificadas em (41) é o conjunto de construções que originalmente motivou a análise da SC, mostrada em (42).

(41) a. We consider John clever.

/Nós consideramos João esperto/

b. John seems clever.

/João parece esperto/

c. John left the party angry.

/João deixou a festa brabo/

(42) a. We consider [John clever].

/Nós consideramos [João esperto]/

b. John_i seems [t_i clever].

/João_i parece [t_i esperto]/

c. John_i left the party [PRO_i angry].

/João_i deixou a festa [PRO_i brabo]/

Stowell (1981,1983) postula que as estruturas das SCs adjetivas em (42) são similares às estruturas infinitivas exemplificadas em (43), correlacionando (42a) com (43a), pois ambas são complementos de verbos com marcação excepcional de Caso (ECM), como *considerar*; (42b) com (43b), que são estruturas de alçamento do sujeito do argumento interno de *parecer* e (42c) com (43c), já que ambas contêm PRO, controlado pelo sujeito da sentença matriz.

(43) a. We consider [John to be clever].

/Nós consideramos [João ser esperto]/

b. John_i seems [t_i to be clever].

/João_i parece [t_i ser esperto]/

c. John_i left the party to get back to the office [PRO_i angry].

/João_i deixou a festa para voltar ao escritório [PRO_i brabo]/

Stowell (1995) argumenta ainda que, se nós aceitarmos a teoria da SC, então a outra questão que se levantará é que tipo de categoria sintática é uma SC. Em Stowell (1981-1983), a Small Clause é uma projeção máxima da categoria de seu predicado AP em (43). Nessa visão, muitos tipos diferentes de XPs, incluindo NP, VP, PP, IP, podem servir como orações, ou seja, como domínios de predicação.

Kitagawa (1985), Raposo e Uriagereka (1990), citados por Stowell (1995:274), argumentam que as SCs lembram orações finitas e infinitas, na medida em que parecem possuir algumas projeções funcionais do tipo sentencial, como IP ou AgrP. Nessa versão da teoria das SCs, elas não são apenas um AP, pois têm um AgrP dominando esse AP, que é responsável pela concordância visível em algumas línguas (como *Eu acho a Maria bonita* e não *bonito*). Dessa forma, as SCs são muito parecidas com as orações plenas, diferindo apenas no tipo de elemento que ocupa o núcleo funcional Infl ou AgrP. Por exemplo, nas SCs adjetivas, a concordância é de gênero e número. Já nas línguas românicas, nas orações plenas, a concordância é de número e pessoa.

Para Stowell (1983), a teoria da SC deve ser estendida a todos os predicados que tenham a estrutura sujeito-predicado, mas não possuem nenhum tipo de flexão sintagmática, sustentando, portanto, ser inadequada a teoria do predicado complexo de Chomsky (1980) e de outros lingüistas. De acordo com o autor (1989), enquanto NPs são sempre predicativos, DPs podem ser ou referenciais, como em (44), ou predicativos como (45).

(44) Saw that man (expressão referencial)

/Vi aquele homem /

(45) He became an engineer.

/Ele se tornou um engenheiro/

Segundo Stowell (1989), a diferença entre esses dois tipos de DPs resulta das diferentes funções do núcleo determinante. Em (44), *that* transforma o DP que pertence ao predicado *man /homem/* em uma expressão referencial; enquanto em (45) o determinante *an/um/uma* denota que o DP que pertence ao predicado é membro de uma espécie.

O mesmo autor sustenta que artigos podem funcionar com uma ou outra capacidade, mas demonstrativos só podem encabeçar expressões referenciais, como mostra (46).

(46) a. We saw an old friend.

/Nós vimos um velho amigo/

b. We consider her an old friend.

/Nós a consideramos uma velha amiga/

c. We consider it the worst movie of the year.

/Nós o consideramos o pior filme do ano/

d. We saw that man.

/Nós vimos aquele homem/

e. *We consider him that man.

/Nós o consideramos aquele homem/

Stowell concorda com Rapoport (1987) que a agramaticalidade de (46e) deve-se ao fato de o DP *aquele homem* não ser uma expressão predicativa, mas uma expressão referencial, específica, definida. Os DPs predicativos devem ser indefinidos⁸, não referenciais, não específicos, e interpretados como um modificador⁹ do verbo. Expressões referenciais denotam uma identidade particular no universo do discurso, por isso são agramaticais na posição de predicado da SC.

Stowell (1983) afirma que a relação estrutural sujeito-predicado está baseada nas orações plenas, em que o sujeito é um sintagma nominal (NP), e o predicado é um sintagma verbal (VP). Nos termos de teorias mais recentes de categorias funcionais, o NP é reconstituído como um sintagma determinante (DP), e a sentença (S) é reconstituída como um InflP (IP), um (TP) ou um (AgrP).

As estruturas das SCs complementos de Stowell (1983) contrastam com os predicados secundários de Rothstein (1983). Para Rothstein, o AP de um predicado secundário é atributo de um DP que é θ -marcado independente do AP, ou seja, o DP e o AP predicado não formam um constituinte. Podemos verificar esse contraste nos exemplos (47a), citado por Rothstein, e (47b), citado por Stowell.

(47) a. Mary drunk [her coffee]_{DP} [strong]_{AP}

/Maria tomou [seu café]_{NP} [forte]_{AP}/

b. Mary believes [_{SC} [the government]_{DP} [incompetent]_{AP}].

/A Maria acha [_{SC}[o governo]_{DP} [incompetente]_{AP}]/

Em (47a), *seu café* é licenciado por ser argumento interno do verbo *beber*, e o predicado *forte* é um elemento opcional, predicado de um argumento de outro núcleo lexical, e não forma um constituinte com ele. Em (47b), *o governo* não é licenciado como argumento interno do verbo *achar* porque esse tipo de construção exige um complemento oracional.

⁸A indeterminação em português pode ser feita com o artigo indefinido ou com \emptyset , que é usado com maior frequência com predicados de “plano individual” (individual level).

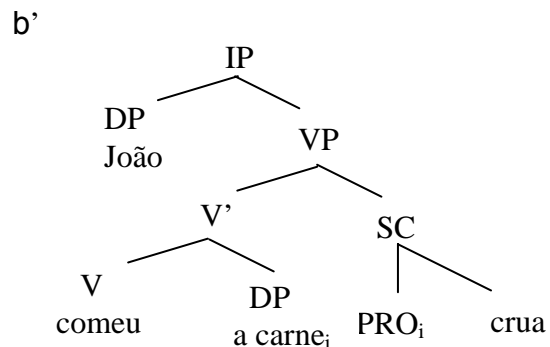
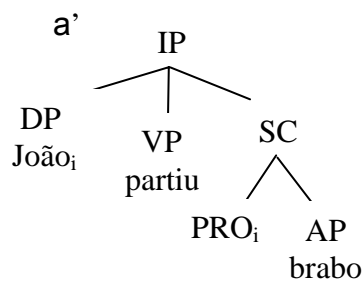
⁹Segundo Rapoport (1991), os modificadores da ação verbal são encontrados na posição do objeto direto não específico, ou seja, na posição de complemento. Os modificadores são projetados como irmãos do verbo em estrutura-D e formam predicados complexos com ele.

A seguir, apresentamos a configuração sintática e algumas características das SCs adjuntas.

2.4 Small Clauses adjuntas de predicados secundários

As SCs adjuntas são construções que apresentam um AP como segundo predicado.

- (48) a. John left angry. b. John ate the meat raw.
 /João partiu brabo/ /João comeu a carne crua/



Em (48a) e (48b) os APs *brabo* e *crua* não são subcategorizados pelo verbo *partir* e *comer*, por isso podem ser eliminados sem causar agramaticalidade da sentença. No entanto, esses APs atribuem uma propriedade a um DP da oração matriz, já que também são predicadores. Então, dizemos que os DPs *João* e *carne* são duplamente tematizados. Em (48a), o DP *João* recebe papel temático de *partir* e de *brabo*; do mesmo modo que em (48b), o DP *a carne* recebe papel temático de *comer* e de *crua*.

As sentenças (48) não concordam com o Critério- θ formulado por Chomsky (1981:36) que requer, essencialmente, que para todo argumento seja atribuído um papel temático. Mas a dupla marcação- θ é superada ao admitirmos que nessas orações existe uma SC adjunta ao VP, cujo sujeito é representado por uma categoria vazia denominada PRO. Essa categoria vazia deve ser co-indexada com um antecedente apropriado para funcionar como receptor de papel- θ .

Para Haegeman (1995) a SC com PRO é uma estrutura de adjunção, o verbo da oração matriz é inacusativo, e o sujeito PRO co-indexado com o sujeito matriz não é marcado com Caso (49).

(49) Poirot_i arrived [PRO_i angry].

/Poirot chegou zangado/

Em (49), a SC com PRO é opaca para a regência externa, ou seja, não é L-marcada. PRO é controlado pelo DP sujeito da oração matriz, sinalizado pelo mesmo índice, determinando seu valor referencial, portanto, não é L-marcado pelo verbo. Para Haegeman (1995), existem SCs com PRO desde que o verbo da oração matriz seja inacusativo, não sendo atribuído Caso ao seu complemento.

Segundo Chomsky (1981:60), PRO é uma categoria não regida, limitada à posição de sujeito de uma oração, e não está munida de Caso atribuído por algum segmento sintático (Infl, verbos, preposições). PRO nunca aparece como sujeito de uma oração com tempo ou como complemento de uma categoria léxica porque essas posições são regidas. Tal categoria nunca tem o seu antecedente na oração simples, que a contém imediatamente, mas sempre na oração imediatamente superior (50).

(50) John [left the room[PRO angry]_{sc}].

/João_i [deixou a sala[PRO_i brabo]_{sc}]/

Como PRO é co-referente a um DP da oração matriz, dizemos que essa categoria repete a rótulo do VP. Nesse caso, o Critério- θ não enfrenta nenhum problema, pois cada posição- θ está ocupada por um argumento diferente; já as relações de ligação no nível da estrutura-S determinam que PRO é referencialmente dependente do constituinte *João* sempre que haja uma interpretação referencial. PRO não está dentro do domínio de vinculação do DP *John* que o controla, mas o DP pode c-comandá-lo fora desse domínio. Podemos dizer que PRO recebe papel- θ em (50), no entanto, como é uma categoria vazia (ec) em posição não regida, não precisa de Caso. Essa categoria é contraditória, pois, embora seja argumental, só

pode ocorrer em posição não regida. Com isso, PRO põe em xeque a Condição de Visibilidade, a qual determina que um argumento, para realizar uma função- θ , tem de ser visível em LF. Isso só é possível “se e somente se o argumento é o suporte de um Caso abstrato” Raposo (1992:496). Assim, o Caso “serve como âncora para uma função semântica” (op.cit. p. 496), em sintonia com o tratamento dado pela gramática latina aos casos morfológicos do latim. Aparentemente, o Critério- θ é violado em (50), porém Chomsky (1986) contorna esse paradoxo estipulando que PRO possui Caso inerente¹⁰, atribuído na estrutura-D junto com o papel temático. Dessa forma, a categoria vazia PRO, que é capaz de receber papel temático, é também capaz de receber Caso inerente. Contorna-se, dessa forma, o impasse entre a Teoria do Caso e o Critério- θ .

As SCs adjuntas ocorrem com adjetivos de *stage level* (plano de estágio), por isso podem ser parafraseadas com a cópula *estar* e o conetivo *quando* (51).

(51) a. Pedro chegou cansado.

a'. Pedro estava cansado quando chegou.

b. João comprou o carro quebrado.

b'. O carro estava quebrado quando João o comprou.

Carlson (1977) classifica os predicados temporários das sentenças em (51) de *estágios do indivíduo*: aplicam-se a um estágio que é uma realização espaço-temporal num momento do indivíduo.

O AP predicado de uma SC adjunta não é subcategorizado pelo verbo matriz, logo pode ser retirado da construção sem prejuízo para a boa formação da sentença (52).

¹⁰Em Chomsky (1986), observa-se a existência de dois tipos de Caso sintático: o estrutural e o inerente. O Caso estrutural é realizado na Estrutura Superficial, separadamente da atribuição de papel temático, que se dá na Estrutura Profunda. Podem atribuir Caso estrutural núcleos lexicais V e P, ou núcleo funcional I; o Caso inerente, por sua vez, é atribuído na Estrutura Profunda juntamente com a atribuição de papel temático e realizado na Estrutura Superficial. Somente núcleos lexicais podem atribuir Caso inerente.

- (52) a. Pedro chegou¹¹ desanimado. Pedro chegou.
 b. Paulo comprou o carro quebrado. Paulo comprou o carro.

O movimento de constituintes na voz passiva, na topicalização ou na clivagem demonstra que o AP não faz parte do DP objeto, como vemos em (53).

- (53) a. O carro foi comprado quebrado por Paulo. → passiva
 b. O carro, Paulo comprou-o quebrado. → topicalização
 c. Foi o carro que Paulo comprou quebrado. → clivagem

O AP *quebrado* em (53) é analisado como predicativo do DP objeto. Esse AP *quebrado* é ambíguo¹², admite, portanto, uma leitura como predicativo e uma leitura como adjunto do DP.

Na próxima seção, apresentamos a configuração sintática e algumas características das SCs complementos. Mostramos que no modelo de Princípios & Parâmetros as SCs complementos são instanciações de predicação primária.

2.5 Small Clauses complementos

Segundo Foltran (1999), Chomsky (1981) e Stowell (1981), as SCs complementos são subcategorizadas pelo verbo matriz e instanciam uma predicação primária, conforme mostrado em (54).

- (54) Eu considero Maria bonita.

O verbo *considerar* seleciona em (54) um complemento oracional, *Maria bonita*, ao qual atribui um papel- θ interno. Por esse motivo, o predicado AP de uma SC complemento não pode ser eliminado; se for, o resultado é agramatical. O fato de o verbo *considerar* atribuir um papel- θ ao constituinte oracional, que é o seu

¹¹O verbo inacusativo *chegar* não tem argumento externo. Ele seleciona na estrutura-D um argumento interno, o DP *Pedro* em (52a). Esse DP não pode receber Caso na posição em que se encontra. Para suprir essa deficiência será necessário um atribuidor de Caso externo ao VP. Então o DP *Pedro* se move para Spec IP para receber Caso nominativo, uma vez que não existe nada bloqueando a subida desse DP. Isso comprova que o AP *desanimado* não faz parte da estrutura argumental do verbo *chegar*.

¹²A ambigüidade dos APs predicativos será explicitada no terceiro capítulo desta dissertação.

complemento, livra o DP *Maria* de uma dupla marcação temática, o que exclui esse tipo de sentença dos predicados secundários.

Em contraste com as *orações extensivas*, Halliday (1967:62) sustenta que encontramos nas construções de SCs complementos as *orações intensivas*, nas quais o único papel do participante é o de carregar o atributo em questão. A interpretação da sentença é impossível sem o atributo final, como notamos em (55).

(55) The children found Puddleglum interesting.

/As crianças acharam Puddleglum interessante/

Em (55), o papel temático é atribuído à proposição *Puddleglum interesting*, e não ao DP *Puddleglum*.

Esse tipo de construção pode ser parafraseada por uma oração encaixada com tempo finito, como mostra (56a). Já a agramaticalidade de (56b) comprova que a paráfrase por uma oração encaixada com tempo finito é impossível com SCs adjuntas.

(56) a. Eu considero *que Maria é inteligente*.

b. *João chegou *que é cansado*.

Foltran (1999), Rapoport (1987) e Stowell (1991) argumentam que nas SCs complementos aparecem DPs como predicados, exemplificados em (57).

(57) a. Eu considero *Maria* [minha melhor amiga].

b. Nós consideramos *Paulo* [nosso pior amigo].

Em (57), os DPs *minha melhor amiga* e *nosso pior amigo* fazem parte do complemento oracional exigido pelo verbo matriz.

Outro aspecto relevante é que só as SCs complementos permitem construções com a cópula, como pode ser visto em (58).

(58) a. Maria considera (ser) *o livro interessante*.

b. Bill acha (ser) *sua namorada elegante*.

c. *O menino chegou (ser) *cansado*.

Os exemplos (58a) e (58b) comprovam que as SCs complementos podem ser parafraseadas com a cópula *ser*, já (58c) é um predicado secundário, visto que não admite paráfrase com a cópula *ser*.

Diferentemente dos predicados secundários, o adjetivo que aparece na SC complemento atribui uma propriedade do tipo individual (*individual level*).

(59) a. *Maria considera *o livro rasgado*.¹³

b. Maria considera *o livro difícil*.

c. Eu considero *Maria minha melhor amiga*.

Como mostra a sentença (59c), a possibilidade de haver um DP nessa posição comprova que DPs são predicados de indivíduos. Já a sentença (59a) é agramatical, porque o AP *rasgado* refere-se a um estágio do DP *o livro*.

Kayne (1984) sustenta que as SCs complementos não permitem extração do sujeito (60).

(60) a. *Who_i do you consider the sister of t_i very smart?

/A irmã_i de quem você considera t_i muito esperta?/

b. *Who_i John consider the brother of t_i intelligent?

/O irmão_i de quem João considera t_i inteligente?/

Kayne (1984) afirma que o sujeito de uma SC complemento comporta-se como um sujeito normal no que diz respeito aos efeitos de condição de sujeito no sentido proposto por Chomsky (1973). Essa condição dita que nada pode ser

¹³No PB, é possível dizer: “Eu considero a Maria derrotada”, o verbo *considerar* permite construção com um AP de *stage level*, embora seja compatível com maior frequência com um AP de *individual level*.

extraído de um constituinte que não seja canonicamente regido. Nesse caso, o sujeito extraído não é regido por um antecedente, por isso é agramatical.

Rothstein (1983,1984) postula a ausência de vínculo da SC complemento com sentenças que assumem, sem ambigüidade, um objeto direto, como vemos em (61).

(61) a. I consider the problem.

/Eu considero o problema/

A mesma autora admite que, conforme a leitura que for atribuída à sentença (61), ela é semanticamente aceita. Os DPs que seguem o verbo *considerar* não podem ser usados isolados do adjetivo, como podemos verificar nos exemplos da mesma autora em (62).

(62) a. *I considered the problem and the solution wrong.

/Eu considerei o problema e a solução errada/

b. *I believed the story and the rumor inaccurate.

/Eu achei a estória e o rumor incorreto/

Os APs *wrong* em (62a) e *inaccurate* em (62b) não podem ser predicados isolados apenas do segundo DP. O fato de os DPs não poderem ser isolados do adjetivo comprova que esses DPs não são objetos diretos. A *solução errada* pode ser uma oração pequena, se a conjunção estiver ligando constituintes diferentes, e o verbo *considerar* sendo usado com duas entradas lexicais diferentes simultaneamente, como em (63).

(63) a. I considered the problem and considered the solution wrong.

/Eu considerei o problema e considerei a solução errada/

Se não for SC complemento, o verbo principal pode assumir dois objetos diretos de natureza diferente, não havendo nada que impeça de estar adjacente ao

segundo objeto um predicado secundário. Os exemplos de Rothstein (1983), em (64), mostram que com predicados adjuntos isso é possível.

(64) a. Bill drinks coffee and tea iced.

/Bill bebe café e chá gelado/

b. Bill drinks coffee and drinks tea iced.

/Bill bebe café e bebe chá gelado/

Os verbos ECM, tais como *considerar* e *achar*, selecionam SCs complementos (65).

(65) a. I consider_{SC}[John angry].

/Eu considero_{SC}[João brabo]/

b. He considered_{SC}[the meat raw].

/Ele considerou_{SC}[a carne crua]/

Em (65), o verbo *considerar* atribui um papel- θ à proposição, ou seja, o objeto de *considero* em (65a) e (65b) é a oração que o segue. Como o Critério- θ requer que para todo argumento seja atribuído um papel- θ , os APs *brabo* e *crua* estão atribuindo papéis- θ aos DPs *João* e *carne*. Para ocuparem a posição de sujeito os DPs *João* e *carne* precisam de Caso. Como papel- θ não é atribuído pelo verbo matriz, podemos dizer que o verbo ECM *considerar* atribui Caso acusativo ao DP sujeito da SC.

Chomsky (1981) e Stowell (1987) argumentam que o núcleo de uma SC complemento, como proposto pela teoria X-barra, é um X⁰.

(66) a. I consider_[AP] John stupid].

/Eu considero_[AP] João estúpido]/

b. I consider_[AP] the students intelligent].

/Eu considero_[AP] os alunos inteligentes]/

Stowell (1981,1983) propõe que as seqüências entre colchetes em (66) formam um constituinte oracional contendo um sujeito e um predicado, o qual chamamos de SC. A proposta de Stowell é que as SCs são projeções do seu predicado. Isso confirma que as orações pequenas de (66a) e (66b) são APs. Essas construções têm comportamento idêntico às construções ECM, o que sugere propriedades estruturais semelhantes. Em tais sentenças, os DPs *João* e *os alunos* são sujeitos, e o que vem logo após é o predicado. Os DPs precisam de Caso, e essa necessidade não pode ser suprida dentro da SC; logo a marcação de Caso só pode vir de fora da oração. Em (66a) e (66b), o verbo ECM *considero* atribui Caso acusativo ao sujeito da SC, e isso é possível porque não há nada interferindo entre o verbo atribuidor e o DP sujeito da SC que recebe Caso.

Chomsky (1981) propõe a estrutura mostrada em (67) para a SC complemento.

(67) I consider [_{AP}' John [_{AP} stupid]].

/Eu considero [_{AP}' João [_{AP} estúpido]]/

A posição do DP *John* em (67) é marcada com Caso por *considero*. Chomsky sustenta que *considero* aciona a redução da barra [bar reduction] de AP', tornando-o uma projeção intermediária. Desse modo, *considero* rege o DP *João* e assim é capaz de atribuir Caso a esse DP.

Para o autor (1986), o AP *estúpido* em (67), faz parte do complemento L-marcado do verbo matriz que lhe atribui Caso acusativo; não pode ser, portanto, uma barreira porque esta é uma projeção máxima não L-marcada. Dentro da estrutura das barreiras, AP' não é uma barreira, porque não é uma projeção máxima, muito pelo contrário, AP' é um segmento dessa projeção. Concluimos que AP', em (67), não é uma barreira porque é um complemento de *considero*. Nessa análise, PRO não pode ocorrer na posição do DP *João* porque seria regido por *considero*.

Segundo May (1985), o DP *João* não é dominado por AP, visto que apenas o segmento superior do AP s-domina o DP. O AP *estúpido* não é uma barreira à regência do DP *João* pelo verbo *considerar*. Uma barreira tem que dominar a

categoria potencialmente regida para bloquear a relação de regência. Em (67), o AP *estúpido* não satisfaz esse requisito relativamente ao DP, então, não é uma barreira para a sua regência pelo verbo.

Para Chomsky (1986), SCs complementos são geradas na base como estruturas de adjunção. Vistos dessa forma, tanto o predicado quanto a SC têm o mesmo estatuto categórico de XP (=Xⁿ). No entanto, essa análise implica que de (68) poder-se-ia gerar (69), que é agramatical.

(68) I consider [_{AP} John[_{AP} highly intelligent]].

/Considero João altamente inteligente/

(69) *I consider [_{AP} highly intelligent].

/Eu considero altamente inteligente/

A sentença (69) deveria ser gramatical, já que atende às propriedades do verbo *consider* como selecionador do AP; no entanto, (69) é agramatical. Além disso, partindo do princípio de que o AP pode funcionar como atributo modificador de N' (projeção intermediária de N), poder-se-ia de (70a) gerar (70 b). Mas (70b) também é agramatical.

(70) a. [_{AP} highly intelligent] [student of physics].

/...altamente inteligente estudante de física/

b. *[_{AP} John highly intelligent] [student of physics].

/João altamente inteligente estudante de física/

Em (70b), não é possível o AP *John highly intelligent* exercer a função de atributo de *student of physics*, ao contrário do que acontece em (70a).

Assim, concluímos que a proposta de que as SCs são projeções máximas de seu predicado, geradas por adjunção, não é de todo satisfatória, porque cria uma contradição dentro da teoria. A teoria da SC estipula que o sujeito é filho de XP; na análise de Chomsky (1986), o sujeito é ao mesmo tempo filho e irmão de XP.

Para Haegeman (1995), SCs são projeções de um núcleo funcional Agr, uma vez que existe concordância de número e, eventualmente, de gênero entre o DP sujeito e o AP predicado. A autora apresenta evidências que as SCs são projeções de núcleos funcionais, sentenças em inglês e francês, como (71a) e (71b), em que *as* e *comme* são pronunciados livremente junto aos núcleos das SCs.

(71) a. I consider him as my best friend.

/Considero-o (como) meu melhor amigo/

b. Je considère Louisa comme ma meilleure amie.

/Considero Luísa (como) minha melhor amiga/

No entanto, em tais sentenças, o núcleo funcional é fraco e não atribui Caso, por esse motivo, a SC é considerada por Haegeman dependente da oração matriz cujo verbo ECM atribui Caso ao DP sujeito.

Existem tipos diferentes de SCs, como podemos observar em (72).

(72) a. I consider [Betty very intelligent].

/Eu considero Betty muito inteligente/

b. Betty considers [the taxi driver an important ally].

/Betty considera o taxista um importante aliado/

c. I consider [your proposal completely out of question].

/Considero sua proposta inteiramente fora de questão/

Em (72a), *Betty* é o DP sujeito do AP predicado *very intelligent*. Em (72 b), *the taxi driver* é o DP sujeito do DP predicado *an important ally*. Em (72c), *your proposal* é o DP sujeito do PP predicado *completely out of question*. Uma das evidências de que as palavras entre colchetes em (72) formam um constituinte oracional é o fato de que não é possível, como prova (73), haver, dentro da SC, material associado ao verbo principal.

(73) *The chief inspector wants [Mary very much in his office].
 /O inspetor-chefe quer [Maria muito mais no escritório]/

A seguir, mostramos que existe uma diferença na predicação dos predicados IL e SL. Essa diferença se manifesta na sintaxe das SCs adjuntas e das SCs complementos.

2.6 Uma diferença na predicação das SCs adjuntas de predicados secundários e das SCs complementos

Para Raposo e Uriagereka (1995), a diferença entre predicados *stage-level* (SL) e *individual-level* (IL) não é léxico-semântica, mas sim expressa por dispositivos sintáticos. Na verdade, o que está em jogo são diferenças de estrutura informal da sentença, que se manifestam na sintaxe através de diferentes mecanismos de marcação morfológica. Não há predicados IL, mas, predicados que em algum sentido pragmático “são sobre” seu sujeito morfológicamente designado; assim como não há predicados SL, mas, simplesmente, em vez de “ser sobre” seu sujeito temático “são sobre” o evento que eles introduzem. Tal distinção corresponde ao que Kuroda (citado pelos autores) chama de juízo *categórico* e juízo *tético*, ou seja, os predicados IL “são sobre” um argumento proeminente (juízo categórico), e os predicados SL “são sobre” o relato de um evento, (juízo tético). Com uma forma de predicação categórica, o sujeito é escolhido no próprio evento, e o predicado atribui uma propriedade a esse sujeito. Nesse caso, o sujeito forma o tópico da oração. Por sua vez, com uma predicação tética, o sujeito não é escolhido, mas sim introduzido como um dos participantes do evento que envolve a introdução de um evento no discurso. Os autores valem-se da explicação sintática para justificar por que a predicação categórica (IL) introduz uma característica constante de uma categoria, enquanto a predicação tética (SL) introduz uma característica não constante de um argumento sujeito padrão.

Segundo os autores, Higginbotham (1983) aponta que a distinção entre predicação SL e IL de Carlson (1977) é respeitada até dentro da mais simples predicação sintática: a Small Clause. Raposo e Uriagereka (1990), especificamente nos termos de Carlson, Chung e MacCloskey (1987), em termos comparáveis,

mostram as diferenças na distribuição de SCs IL e SL: somente SCs SL podem ser pseudoclivadas, como em (74), sofrer alçamento de nóculo direito, como em (75), e sofrer fronteamto de foco, como em (76).

(74) a. Lo que noto es [Maria cansada].

/O que percebo é a Maria cansada/

b. *Lo que considero es [Maria inteligente].

/O que considero é a Maria inteligente/

(75) a. Yo vi y Maria sintió a Juan cansado.

/Eu vi e Maria sentiu a João cansado/

b. *Yo creo y Maria considera a Juan inteligente.

/Eu acredito e Maria considera o João inteligente/

(76) a. Hasta a Juan borracho vi!

/Até a João bêbado (eu) vi!/

b. *Hasta a Juan inteligente considero!

/Até a João inteligente (eu) considero!/

Alguns núcleos, como verbos de percepção, selecionam somente SCs SL; outros, como verbos de opinião, selecionam somente SCs IL. Por sua vez, SC IL deve ser diretamente associada ao núcleo que a seleciona, enquanto SC SL não, por isso esta última pode ser deslocada do domínio de regência de seu núcleo. Na verdade, se as SCs são, como proposto por Stowell (1983), [XP NP [XP Pred]], há pouco espaço para elas expressarem diferenças estruturais.

Muitas abordagens recentes para esse problema se baseiam em Kratzer (1988), apud Raposo e Uriagereka (1995), que, em sua análise, diferencia predicados IL de SL, afirmando que somente predicados de SL introduzem uma posição para o argumento de evento. O que isso significa, então, para SCs?. A primeira dificuldade surge porque não está claro se há predicados IL e SL “puros”. Há línguas que diferenciam dois tipos de predicado com marcas morfológicas. No

português, assim como no irlandês, um adjetivo é compatível tanto com a morfologia SL do verbo *estar*, quanto com a morfologia IL do verbo *ser*.

Também a expressão sintática dessa ambigüidade tem problemas, porque, segundo Kratzer (1988), apud Raposo e Uriagereka (1995), em estrutura-D o sujeito de um predicado de IL está fora da projeção lexical desse predicado. No entanto, se todos os argumentos de um núcleo devem ser gerados dentro da projeção desse núcleo, então o que significa o sujeito estar fora de uma SC em estrutura-D? Significa não ser parte da SC. Assim, na concepção de Raposo e Uriagereka (1995), essa afirmação de Kratzer não pode estar correta.

De fato, sob o ponto de vista empírico, Diesing (1992), citado por Raposo e Uriagereka (1995), também mostra que a abordagem de Kratzer está incorreta. Ele argumenta que em catalão todos os sujeitos são internos a VP, incluindo os sujeitos dos predicados IL. O argumento está baseado nos quantificadores flutuantes que se originam dentro do VP, independentemente da natureza do predicado, como vemos em (77).

(77) The pigs are all stout.

/ Os porcos são/estão todos robustos /

A posição do quantificador flutuante *all* mostra-nos a posição de base do sujeito, que deve ser interna a VP. Raposo e Uriagereka (1995) concluem que o sujeito de predicado IL começa interno a VP e deve ser forçado a sair da projeção de seu predicado no curso de representação. Para esses autores, os sujeitos de predicados IL e SL são marcados com formas diferentes de Caso. Existem distinções bem conhecidas nas línguas asiáticas que apresentam marcadores morfológicos de tópicos, sendo esses tópicos sujeitos de um tipo particular de predicação, semelhantes nesse caso, aos predicados IL. A intenção dos mesmos autores é construir a predicação IL como uma subclasse da classe de estruturas de topicalização que existem nas línguas. Assim, os predicados IL são *categóricos* e apresentam um tipo de *topicalização*, enquanto que predicados SL são *téticos* e não implicam estrutura de topicalização.

Uriagereka (1994), apud Raposo e Uriagereka (1995), argumenta que existe em sentenças plenas uma categoria funcional F, que codifica o ponto de vista ou do falante ou de algum sujeito encaixado, sendo F a posição designada para o sujeito pragmático sobre o qual a sentença versa, independente de outras predicções pressupostas. Ele propõe uma abordagem similar para a SC. O sujeito da SC adjetiva residiria no especificador da projeção F. Se o sujeito da SC AP está localizado no Spec de TopP, então ele está localizado fora da projeção do AP, explicando os efeitos sintáticos observados.

Doherty (1992), apud Raposo e Uriagereka (1995), mostra que diferentes projeções funcionais podem introduzir SCs. Vemos isso na língua irlandesa, como mostra (78).

(78) a. *Is fhear e.*

/é homem ele-Acc/

/'Ele é um homem'/

b. *Ta se ina fhear.*

/está ele – Nom em – seu homem/

/'Ele está um homem (agora)'/

O sujeito de uma SC *tética* em (78b) recebe Caso nominativo, diferente do sujeito SC *categorial* em (78a), que recebe o Caso acusativo (a realização default em irlandês). A projeção Agr, que introduz cada SC, também é diferente: há um elemento de concordância forte, a partícula *ina*, que contém um sujeito clítico em (78b); enquanto na SC *categorial* em (78a), a concordância é abstrata. Igualmente o auxiliar é distinto: o auxiliar categórico é *is* em (78a), e o auxiliar tético é *ta* em (78b). Como podemos ver, o Caso acusativo marca DPs em sentenças em que não existe regente na estrutura sintática capaz de atribuir esse Caso, como em (78a).

Assim, embora SCs sejam idênticas na estrutura, elas são associadas a dois tipos diferentes de Infl. São esses elementos flexionais que são selecionados por diferentes tipos de núcleos. Essa diferença na flexão se correlaciona com duas formas distintas de realização de Caso. O Caso default, associado ao chamado

categorial-agr (C-Agr), marca um tópico em LF, enquanto o Caso regular, associado a um *argumental-agr* (A-Agr), não marca.

O que nos propomos discutir é a estrutura informacional da sentença, que se manifesta na sintaxe através de marcação morfológica, a partir da qual aparecem as diferenças entre predicados IL e predicados SL, e essas diferenças são respeitadas dentro das mais simples predicacões sintáticas: as Small Clauses.

Na próxima seção, analisamos a relevância das construções copulares na concepção de SCs nominais.

2.7 Small Clauses e construções copulares

Uma das abordagens possíveis para a cópula, segundo Rapoport (1987), Moro (1991), Heycock (1991), Carnie (1995), Kroch (1998), Rothstein (1995) e Mito (1995) é considerar que ela seleciona SCs. A construção em (79) é considerada pelo modelo de Princípios & Parâmetros uma SC.

(79) Bill_i [is [t_i silly]]_{sc}.

/Bill_i [é [t_i bobo]]_{sc}/

Cardinaletti e Guasti argumentam que duas questões são importantes em relação às SCs e às sentenças copulares: a análise das sentenças de identidade e o papel da cópula. A controvérsia sobre a existência de sentenças de identidade deriva de Russel (1919), que apresenta duas versões opostas. A diferença sintática e semântica entre declarações de identidade e outras construções copulares levou Russel (1919) e Halliday (1967), apud Rothstein (1983), a sugerirem que existem dois tipos de verbos *ser* e *estar*, um dos quais denota uma relação de identidade de dois lugares, que em termos de G&B é um atribuidor- θ , que marca tanto seu sujeito quanto seu complemento; enquanto o outro é puramente gramatical, sendo um signo de predicacão. Rothstein mostra que essa distinção tem reflexo sintático em complementos de verbos como *considerar*, em (80).

(80) a. I consider the winner (to be) a good runner.
/Eu considero o vencedor (ser) um bom corredor/

b. I consider the winner *(to be) Mary.
/Eu considero o vencedor *(ser) Maria/

A relevância temática da cópula *ser* de identidade em (80a) explica o fato de que ela não pode ser opcional ou ser deletada em (80b). Na sentença de identidade (80b), não se pode dizer que haja predicado; o que há são dois DPs referenciais e nenhum deles pode ser considerado predicado.

Rothstein (1983) argumenta que a cópula *ser* aparece tanto em sentenças de identidade como em sentenças predicacionais, sendo obrigatória em sentenças de identidade em inglês. A autora assume que [DP XP]_{SC} é um constituinte oracional, sendo o DP o sujeito do predicado XP. Para ela, há relação de equivalência de significado entre SCs e sentenças copulares (81).

(81) a. I consider the winner a good runner.
/Eu considero o vencedor um bom corredor/
b. I consider the winner to be a good runner.
/Eu considero o vencedor (ser) um bom corredor/
c. I consider that the winner is a good runner.
/Eu considero que o vencedor é um bom corredor/

Rapoport (1987), Hoekstra (1992) e Rothstein (1993,1994) assumem que o complemento de verbos como *considerar* e *achar* é uma SC (82).

(82) a. I consider that problem (to be) difficult.
/Eu considero aquele problema (ser) difícil/
b. Mary found war and peace (to be) an interesting book.
/Maria achou Guerra e Paz (ser) um livro interessante/
c. Bill believes his girlfriend (to be) a genius.
/Bill acha sua namorada (ser) um gênio/

Um dos fatos que levam à hipótese de que os complementos do verbo matriz em (82) sejam SCs é sua sinonímia próxima do complemento flexionado com a cópula *ser*. Como podemos ver nos exemplos em (82), os complementos de SCs estão diretamente relacionados com as construções copulares. Se a SC fosse uma sentença matriz ou encaixada num CP, o verbo ausente seria uma forma de *ser* ou *estar*.

Bosque (1993), Burzio (1986) e Moro (1991) defendem a posição de que *ser* e *estar* são verbos de alçamento e que o sujeito da estrutura-S tem origem na estrutura-D, onde é sujeito de uma SC nominal. Rothstein (1991) concordando com Moro (1991), estabelece que sentenças predicativas são estruturas de alçamento em que o DP, θ -marcado pelo predicado da SC, é alçado para a posição de sujeito em estrutura-S para ser marcado com Caso. O AP ou o DP predicado não é um argumento, não exigindo, conseqüentemente Caso (83).

(83) a. Mary is a doctor.

/Maria é uma médica/

b. Pedro is happy.

/Pedro está feliz/

Diferentemente de verbos como *considerar*, o verbo *ser* não atribui Caso ao sujeito da SC e também não marca tematicamente a posição de sujeito; disso decorre o alçamento obrigatório, como podemos observar em (84).

(84) Mary_i [is [t_i a doctor]_{SC}]

/Maria_i [é [t_i uma médica]]_{SC}/

Em (84), Mary recebe papel- θ do DP *a doctor* e Caso de Infl. Para Moro (1997) e Burzio (1986), *ser* é um verbo inacusativo, o DP *a doctor* nasce como argumento interno ocupando uma posição temática não casual sendo, portanto, alçado para a posição de Spec IP para receber Caso nominativo e, assim, tornar-se visível em LF, satisfazendo EPP.

Seguindo a proposta de Rothstein (1983), Rapoport (1988), Carnie (1995) e Heacock (1995), entre outros, a cópula seleciona sentenças equativas e predicativas. A estrutura DP cópula AP seleciona sentenças predicativas e a estrutura DP₁ cópula DP₂ seleciona sentenças predicativas e equativas. As estruturas predicativas constituem SCs em estrutura-D.

Segundo a proposta de Moro (1997) para a cópula, em línguas como inglês e italiano, só existem sentenças predicativas. Não há distinção subjacente entre sentenças equativas e sentenças predicativas com a estrutura DP *cópula* DP. Para ele, o que existe é assimetria dos DPs frente à extração (85).

- (85) a. [_{DP} A picture of the wall] was [_{DP} the cause of the riot]. → Canônica
/Uma foto do muro foi a causa da revolta/
- b. [_{DP} The cause of the riot] was [_{DP} a picture of the wall]. → Inversa
/_{DP} A causa da revolta/ foi/ _{DP} uma foto do muro/

Em (85a), que Moro nomeia como sentença canônica (sujeito em posição pré-cópula), é possível a extração de parte do DP na posição pós-verbal, enquanto que em (85b), exemplo de sentença inversa (predicado em posição pré-verbal), isso não é possível. O autor sustenta que na sentença canônica não é possível a extração de dentro da posição de sujeito em face da *subjacência*, ou seja, o movimento de um constituinte não pode atravessar mais do que um nó-fronteira. Os nós- fronteiras são NP, DP, IP.

- (86) *[Which wall]_i was_j [_{DP} a picture of t_i] t_j [_{DP} the cause of the riot]?
/De que muro foi uma foto a causa da revolta?/

No entanto, aplicados os testes de extração de constituintes, Moro sustenta que nas sentenças inversas, a extração não é possível nem da posição sujeito nem da posição predicado, como mostra (87).

- (87) a. *[Which riot]_i was_j [the cause of t_i] t_j [_{DP} a picture of the wall]?
/De que revolta foi a causa uma foto no muro?/

- b. *[Which wall]_i was [the cause of the riot] t_j [_{DP} a picture of t_i]?
/De que parede foi a causa da revolta uma foto?/

Ao observar o comportamento sintático das sentenças em (87), frente à extração, vemos que tanto (87a) quanto (87b) sofrem restrições. Em (87a) a extração não é possível de dentro da posição de sujeito pelo que se denominou na Gramática Gerativa de assimetria sujeito-objeto. No entanto, não é previsível não poder extrair o DP de dentro da posição objeto em (87b), já que não há restrição quanto a esse tipo de extração. Moro (1997) observa que esse é o comportamento das sentenças com a estrutura DP verbo DP, exemplificadas em (88).

- (88) a. [_{DP} A picture of the wall] revealed [_{DP} the cause of the riot].
/Uma foto da parede revelou a causa da revolta/

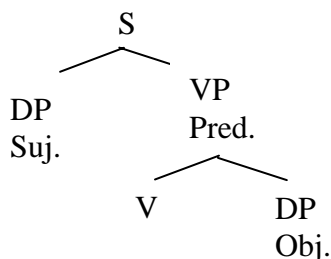
- b. *[Which wall]_i did [_{DP} a picture of t_i] reveal [_{DP} the cause of the riot]?
/De que parede uma foto revelou a causa da revolta?/

- c. [Which riot]_i did [_{DP} a picture of the wall] reveal [_{DP} the cause of t_i]?
/De que revolta uma foto da parede revelou a causa?/

Na sentença canônica DP verbo DP não é permitida a extração do DP de dentro da posição de sujeito como mostra (88b), mas é permitida a extração de parte do DP objeto, em (88c), o mesmo ocorre com as sentenças inversas.

Moro (1997) situa o DP sujeito na posição Spec IP; já nas sentenças inversas o DP predicado ocupa a posição de sujeito (90).

- (89) Assimetria sujeito-objeto.



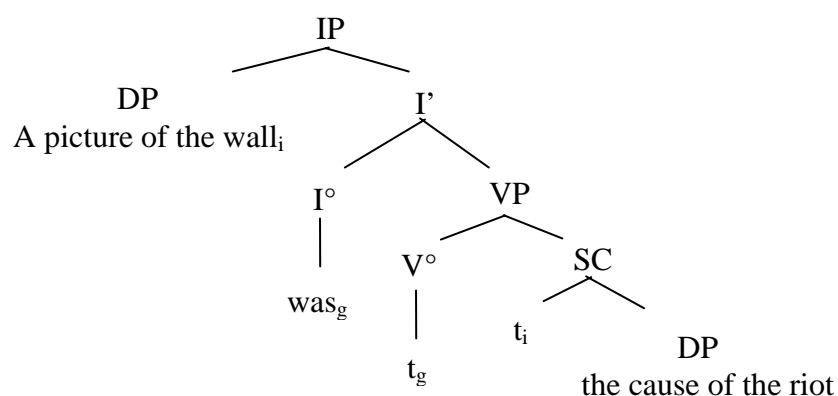
Em (89), o DP pós-verbal, com a estrutura DP verbo DP (assimétrica), ocupa posição privilegiada no que se refere a extrações, sendo o movimento sempre possível se envolve o DP como um todo ou parte dele. Logo é possível a extração do DP objeto em sentenças inversas. O mesmo autor argumenta que não há como explicar o comportamento anômalo das sentenças inversas com a estrutura DP cópula DP, se atribuímos à cópula a estrutura de um verbo lexical que seleciona dois argumentos, como em (89). As sentenças copulares inversas não são uma exceção a essa regra, já que nas sentenças copulares canônicas é possível a extração do DP em posição pós- cópula mantendo-se a assimetria.

Face a tal problema, a solução de Moro é conceber para sentenças copulares estrutura de SC, como em (90).

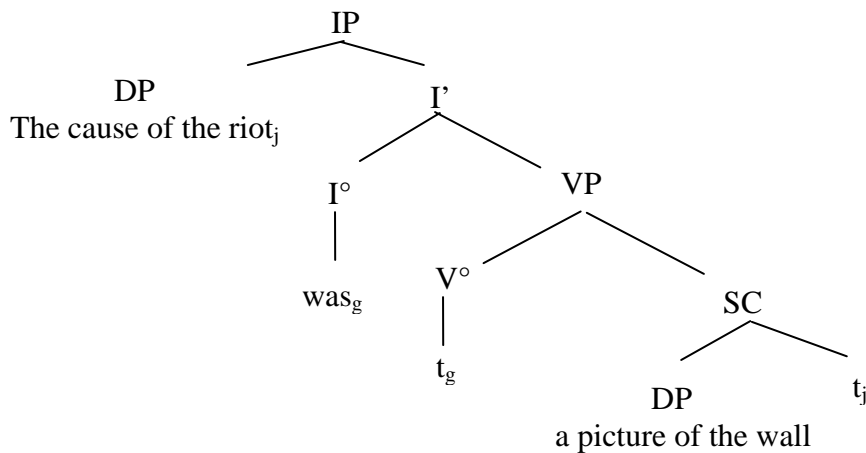
(90) cópula [_{SC}[_{DP1} a picture of the wall]_{DP2} the cause of the riot]].

A estrutura em (90) corresponde à representação arbórea das sentenças canônica e inversa em (91)

(91) a. Estrutura canônica

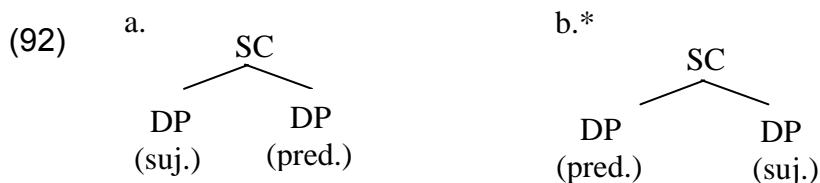


b. Estrutura inversa



Em (91b), ao ser alçado o DP predicado *the cause of the riot* para a posição Spec IP, o DP sujeito da SC *a picture of the wall* permanece *in situ*. Dessa forma, reconstitui-se dentro da SC a mesma estrutura do IP das sentenças com estrutura assimétrica DP verbo DP, em que o sujeito ocupa a posição ramificada à esquerda, da qual nenhum DP ou parte do DP pode ser extraído.

A impossibilidade de extração dos DPs dentro da posição de sujeito e objeto em estruturas inversas justifica a razão pela qual Moro considera as sentenças com a estrutura DP cópula DP como predicativas. Para ele, o que existe em sentenças como (91a) e (91b) é uma relação de predicação entre sujeito e predicado, não de equatividade. Embora o papel do sujeito e do predicado possa ser desempenhado pela mesma categoria, a direção básica da predicação se baseia no inglês, ou seja, o sujeito deve preceder o predicado.



Assim, são comparadas as sentenças de alçamento com a estrutura DP verbo DP com a estrutura das SCs.

Segundo Moro (1997), as duas sentenças (91a) e (91b) ocupam a mesma posição em estrutura-D, porém apresentam estruturas diferentes após o alçamento

do DP sujeito da SC para a posição de sujeito em estrutura-S. Em (91a), o sujeito da SC é alçado para Spec IP em busca de Caso, garantindo assim a visibilidade para a interpretação- θ . Em (91b), o termo que se move para Spec IP é o predicado da SC, que recebe Caso nominativo das categoria V+INFL. O DP sujeito, que permanece *in situ*, copia o nominativo atribuído ao predicado a fim de suprir sua carência de Caso e adquirir visibilidade em LF.

Moro justifica sua posição com exemplos em línguas de morfologia rica como o latim, em que há concordância de Caso entre DPs em relação predicativa. Transcrevemos em (93) exemplos do latim empregados por Moro (1987, p.41-42).

(93) a. Caesar dux / *ducem est

(Caesar-nom leader-nom / *-acc is)

‘César é o líder’

b. Senatores dicunt Caesarem ducem / *dux esse

(senators-nom say Caesar-acc leader acc / *nom to-be)

‘Os senadores dizem que César é o líder’

c. Caesar dicitur dux / *ducem esse

(Caesar-nom is- said leader-nom / *-acc to-be)

‘César é dito ser o líder’

As sentenças em (93) confirmam a hipótese de Moro sobre a atribuição de Caso nominativo ao DP sujeito que permanece *in situ*, pois revelam que os DPs em relação predicativa apresentam o mesmo Caso: nominativo, quando a oração é finita, como em (93a,c); e acusativo, quando a oração é infinitiva, como (93b).

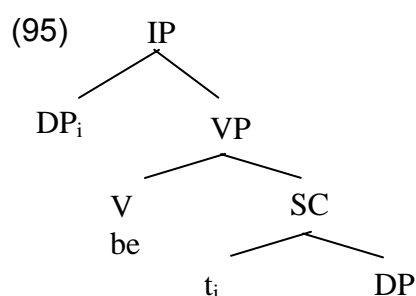
De acordo com Chomsky (1986), em estruturas inacusativas, a satisfação de EPP, que exige que todas as sentenças de uma língua nominativa tenham sujeito, depende do preenchimento da posição de Spec IP por um argumento ou por um expletivo. No primeiro caso, assume-se que o DP gerado como irmão do verbo inacusativo se move para Spec IP, já no segundo caso, assume-se a inserção de um expletivo em Spec IP. Quando não há movimento, a saída é inserir um expletivo em

Spec IP. Esse expletivo pode ser pronunciado, como *there* em inglês, ou nulo, como *pro_{expl}* do PB. Podemos observar o uso de expletivo *pro* nas sentenças equativas com a estrutura COP (DP₁, DP₂), em (94),

- (94) a. O culpado sou eu.
 b. *pro_{expl}* sou eu o culpado.

A categoria vazia *pro* e o DP pós-verbal em (94b) formam uma cadeia A, excepcional, de tal modo que esta categoria vazia em Spec IP transmite o Caso nominativo para o DP. Para Chomsky (1986), a categoria vazia satisfaz EPP e é responsável pela transmissão de Caso ao DP, que aparece depois do verbo copulativo. Seguindo a análise proposta para o inglês, podemos assumir que a categoria vazia *pro* recebe nominativo da flexão de *ser*, e o Caso é transmitido ao DP *eu*, via cadeia. Essa proposta considera que a posição em que a categoria vazia foi inserida é a única à qual o Caso pode ser atribuído. Assim, o Caso do DP associado à categoria vazia pode ser atribuído sem que haja necessidade de se postular o movimento do DP.

Em termos formais, a sentença com a cópula deve ter a seguinte representação:

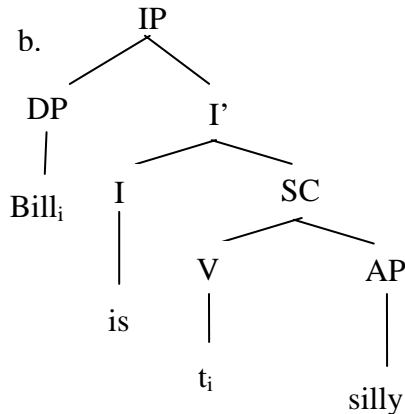


O sujeito é gerado na SC em estrutura-D, onde recebe o papel- θ mas não recebe Caso. Então, esse sujeito é alçado para Spec-IP para receber Caso nominativo e ser visível em LF. Rothstein (1995), concordando com Moro, estabelece que sentenças predicativas são estruturas de alçamento em que o DP, θ -marcado pelo predicado da SC, é alçado para a posição sujeito em estrutura-S para receber Caso como vimos em (95). Diferentemente dos verbos tipo *consider*, *be*

não atribui Caso ao sujeito da SC e também não θ -marca a posição sujeito, resultando disso o alçamento obrigatório, como mostra (96).

(96) a. $Bill_i$ [is [t_i silly] $_{SC}$].

/ $Bill_i$ [\acute{e}] t_i bobo] $_{SC}$ /



O DP *Bill* nasce dentro do VP como sujeito da SC em estrutura-D, onde recebe papel- θ do adjetivo *bobo*, mas não recebe Caso. Como o Filtro de Caso garante que todo DP pronunciado deve pertencer a uma cadeia com Caso para ser visível em LF, o DP *Bill* é alçado para Spec IP para receber Caso nominativo.

Como podemos conferir, as opiniões divergem em relação às construções equativas. Moro (1997) argumenta que as construções equativas não existem, propondo que em construções equativas um DP foi alçado à posição de sujeito, resultando numa construção copular inversa.

(97) [[John [is Mr. Smith] $_{DP}$] $_{VP}$] $_{IP}$

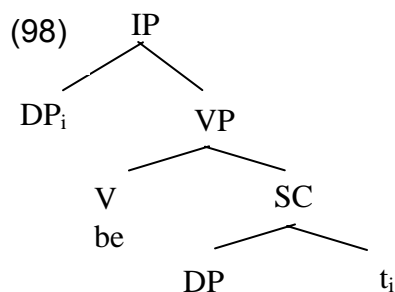
/[[João \acute{e} [o Sr. Smith] $_{DP}$] $_{VP}$] $_{IP}$ /

Em (97), a cópula *ser* seleciona um DP, e não ocorre alçamento do verbo porque construções equativas com dois DPs referenciais não podem envolver uma SC.

Como observam Doron (1983), Pollock (1983), Rothstein (1983) e Rapoport (1987), DPs na posição de predicados devem ser indefinidos, não podem ser específicos nem referenciais. DPs referenciais denotam uma entidade particular no universo do discurso, por esse motivo são proibidos na posição de predicado da SC.

Assim, as construções equativas não são aceitas como SCs devido à referencialidade do DP predicado. *Ser* é um verbo de alçamento muito parecido com o verbo *considerar* no sentido de que ele seleciona um DP ou uma SC. Quando ele seleciona uma SC, o alçamento do sujeito θ -marcado na estrutura-D é obrigatório para satisfazer EPP, já que *ser* não atribui Caso.

Os mesmos elementos lexicais, em (98), estão arranjados diferentemente pelo alçamento do DP predicado para uma posição superior, enquanto o sujeito permanece *in situ*.

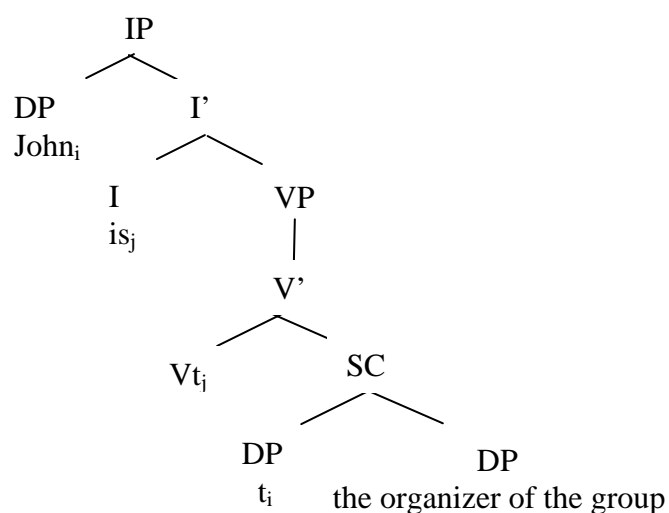


Essa estrutura, que Moro chama de sentença *copular inversa*, permite-nos explicar as irregularidades na ausência de sujeito-objeto de uma maneira natural. Para o autor, o sujeito deve preceder o predicado, ou seja, o DP sujeito é dominado por Infl e o DP objeto é dominado por VP. Assim, todas as diferenças entre um DP pré-verbal e um DP pós-verbal são chamadas de assimetrias sujeito-objeto, como mostra (99).

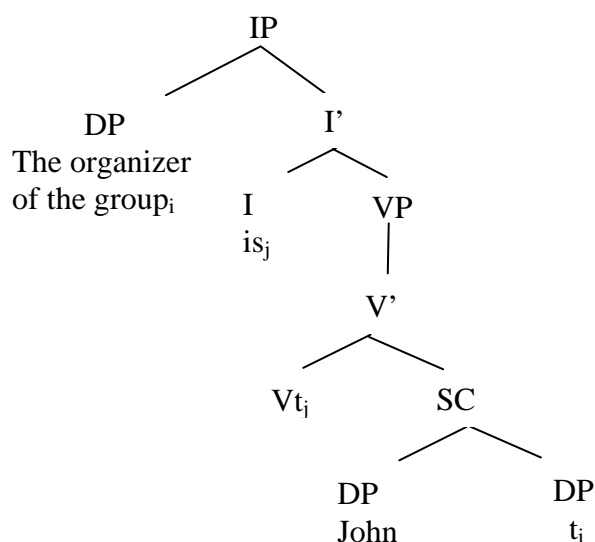
(99) a. John is the organizer of the group.

a'. [_{IP_{ec}} é [_{SC}[o João_{DP} o organizador do grupo]]]]

b. sentença canônica



c. sentença inversa

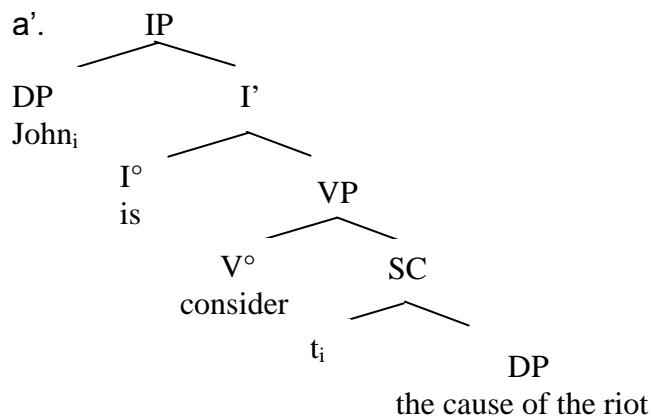


Para Moro (1997) a sentença copular é semelhante à forma passiva¹⁴ de uma sentença que envolve o verbo *considerar*, e é geralmente analisada como envolvendo alçamento do DP a partir da posição do sujeito mais baixo, dentro da SC, como podemos observar em (100).

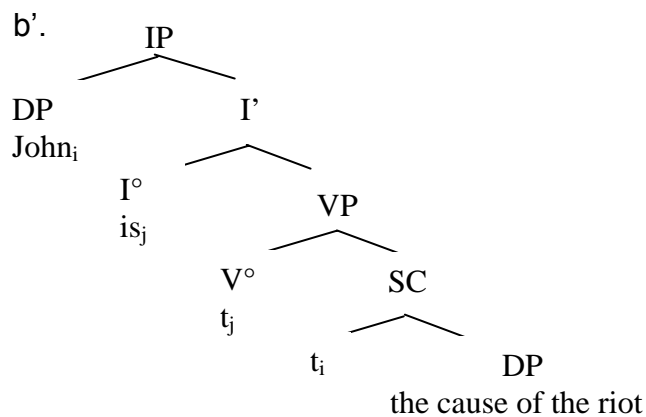
(100) a. John is considered the cause of the riot.

/João é considerado a causa da revolta/

¹⁴Burzio (1986) propõe que os verbos inacusativos possuem as mesmas propriedades das construções passivas: não atribuem papel- θ externo ao [DP IP] e não atribuem Caso acusativo ao [DP VP].



b. John is (considered) the cause of the riot.
 / João é (considerado) a causa da revolta/



As sentenças copulares em (99a) e (99b) são semelhantes às estruturas com a forma passiva em (100a) e (100b) que consistem de um núcleo predicativo (SC), que é o complemento de um núcleo verbal (a cópula). Essas estruturas, embora pareçam mais complexas do que a estrutura DP cópula DP, a complexidade é somente aparente, visto que apresentam a mesma assimetria. O DP sujeito da predicação em estrutura-S é gerado na base, na posição de sujeito da SC e, então, alçado para Spec IP por razões diferentes. A primeira razão é a atribuição de Caso: a cópula, segundo à Generalização de Burzio, é incapaz de atribuir Caso acusativo, e a única forma de o sujeito da SC adquirir Caso é mover-se para Spec IP, para receber Caso nominativo numa relação Spec-núcleo, satisfazendo o EPP. A segunda razão reside num princípio geral da estrutura da oração, segundo a qual todo DP foneticamente realizado deve receber Caso para ser visível em LF.

2.8 Outras construções de alçamento envolvendo SCs

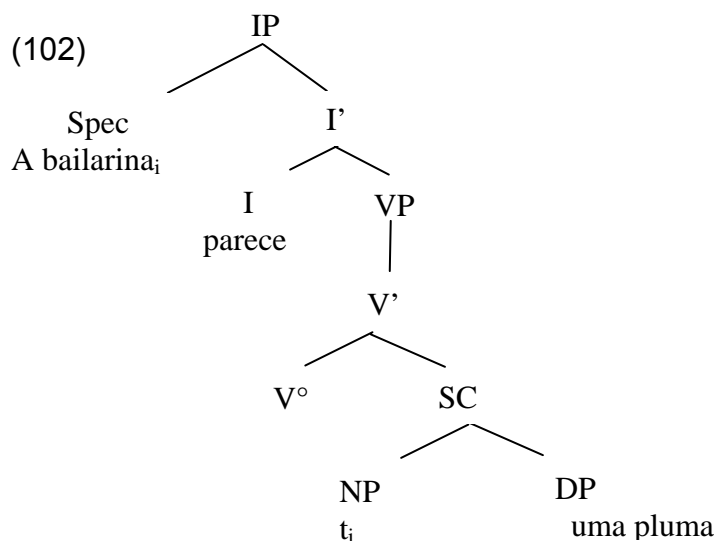
Mioto et alli (2004:157) considera o verbo *parecer* um modelo de verbo inacusativo, uma vez que não pode atribuir Caso acusativo. Esse verbo não possui argumento externo e não pode atribuir Caso acusativo, mas seleciona em estrutura-D uma SC, como podemos ver nas sentenças (101a) e (101b) exemplificadas em Mioto (2000:138).

(101) a. A bailarina_i parece [_{SC} t_i uma pluma].

b. A bailarina_i parece [_{SC} t_i genial].

Como o Critério- θ se aplica na estrutura-D, o DP *a bailarina* não pode ser argumento externo do verbo *parecer* em (101). Para computar a SS, o DP *a bailarina* é alçado da posição de argumento externo da SC para Spec-IP da oração matriz a fim de receber Caso nominativo.

Segundo Raposo (1992), em virtude do Critério- θ , o antecedente do vestígio (t) na oração construída com o verbo *parecer* ocupa uma posição não temática [- θ]. O vestígio (t) e o DP antecedente *a bailarina* formam uma cadeia-A (DP_i, t_i) contendo um único argumento e uma única posição temática. Assim, em (101a) e (101b), o par (*a bailarina*_i t_i) formam uma cadeia cujo DP é o núcleo da cadeia, e “t” o seu vestígio. O verbo *parecer* não s-seleciona um argumento externo, mas tem um Caso para descarregar em SS, e este deve ser buscado no constituinte que domina *parecer*, que é o IP, como mostra (102).

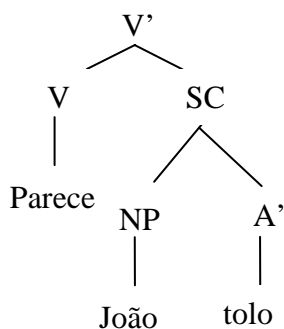


Para Stowell (1980, 1983), o verbo *parecer* envolve alçamento do sujeito de uma SC em estrutura-S, uma vez que, sendo verbo inacusativo, não pode atribuir Caso em sua posição de base. O DP sujeito em estrutura-S nasce como sujeito de uma SC em estrutura-D, como mostra (103).

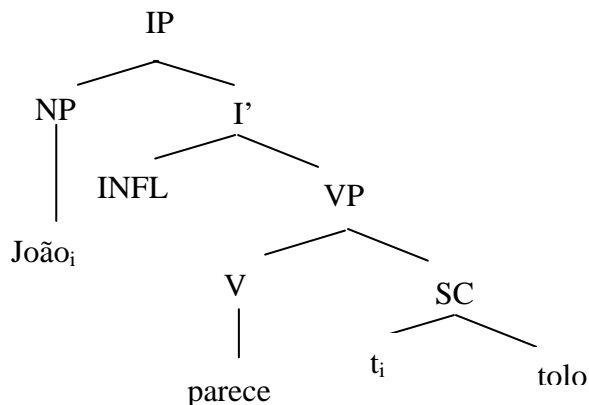
(103) a. João_i parece [_{SC} t_i tolo].

O mesmo autor argumenta que, se a estrutura- θ for exatamente uma representação da estrutura-D, conforme defende Chomsky (1981), então as SCs são verdadeiros constituintes na estrutura-D. As representações arbóreas abaixo retratam a representação universal da estrutura-D da SC, em (104a), e a sua representação universal em SS, em (104b).

(104) a.



b.



A análise de construção de alçamento mostra-nos que a estrutura-D de uma oração é o reflexo fiel das propriedades temáticas e de subcategorização do seu predicado, ou seja, todos os argumentos têm de ocupar a posição temática determinada pela grade lexical, e, universalmente, nenhuma posição temática pode existir sem um argumento. Chomsky (1981) postula que a característica essencial para que ocorra o alçamento do DP da posição de complemento em estrutura-D para a posição sujeito em Spec IP é a incapacidade de o verbo inacusativo atribuir Caso acusativo ao seu complemento. Essa incapacidade permite que o DP sujeito seja uma categoria vazia e seja marcado com Caso pelo verbo matriz em estrutura-S, bem como exclui que o DP seja PRO (105).

- (105) a. João_{VP}[parece [ec] tolo].
 b. *João_{VP}[parece[PRO tolo]].

Na sentença (105b), PRO não é selecionado pelo verbo matriz e não pode ser controlado pelo DP *João*, porque o verbo matriz *parece* não seleciona argumento externo. O verbo *parecer* seleciona na estrutura-D um argumento interno, mas, como ele é um verbo inacusativo, não pode atribuir Caso ao DP sujeito da SC. Para suprir essa deficiência, é necessário um atribuidor de Caso externo ao VP. Nesse caso, o atribuidor é o IP. Logo, o DP *João* é alçado da posição de sujeito da SC em estrutura-D para receber Caso nominativo em Spec IP, ser visível em LF, satisfazendo, assim, o EPP. O DP *João* é movido de uma posição temática em estrutura-D para uma posição não temática em estrutura-S

O Critério- θ impõe que cada argumento só pode ser associado a uma única função temática na estrutura-D e só pode ser movido para uma posição não temática, como podemos verificar em (106).

- (106) a. [+ θ] → [- θ]
 b. *+[θ] → [+ θ]
 c. *[- θ] → [+ θ]

O movimento não é permitido em (106b) porque esse argumento seria associado a duas posições temáticas diferentes, violando (106a). Se o ponto de partida do movimento é a estrutura-D, (106b) e (106c) não satisfazem o Critério- θ . A única possibilidade de satisfazer o Critério- θ ocorre em (106a), em que o argumento é movido de uma posição temática em estrutura-D para uma posição não temática em estrutura-S.

A partir da apresentação que fizemos, é fácil perceber que o estudo da predicação complexa e a concepção de Small Clauses nominais não é uma questão trivial. As especulações desta dissertação tem a intenção de mostrar que esse é um assunto que comporta investigação.

Vamos mostrar, no capítulo seguinte, como as estruturas complexas da Gramática Gerativa se comportam, quando aplicadas ao português brasileiro.

CONCLUSÃO

O problema da predicação complexa tem sido um dos tópicos mais controvertidos no estudo da Gramática Gerativa.

Dessas análises que acabamos de ver podemos concluir que Stowell defende a existência da Small Clause como uma relação uniforme entre sujeito e predicado, que se apresentam como um par de constituintes irmãos. Se seguirmos a análise do autor, a estrutura [PRO AP] constitui uma SC adjunta, visto que PRO é especificador de uma projeção máxima AP e não pode ser regido. Nesse caso, AP é uma barreira à regência, pois não é complemento e, portanto não é uma categoria L-marcada.

A questão do PRO assume um caráter bastante polêmico e foi alvo de muitas críticas, já que é difícil encontrar suporte empírico sobre ser ou não ser regido, o que gera assuntos para pesquisas futuras. Embora existam vários argumentos contra a constituição da SC adjunta apresentados por Rothstein, McNulty e Foltran, assumimos, segundo Stowell e Chomsky, que a estrutura [PRO AP] constitui uma SC. Esta estrutura, teoricamente possível, explica satisfatoriamente a relação

existente entre um DP da sentença matriz e um AP predicado secundário, sem violar os princípios básicos da Gramática Gerativa, modelo de Princípios & Parâmetros.

Podemos observar que a escolha da categoria do predicado está relacionada com a propriedade expressa pelo adjetivo. Se o contexto permite predicativo com o traço [+ inerente], admite APs e DPs no predicado; se ao contrário, o contexto permite predicativo com o traço [- inerente], admite somente APs no predicado.

Constatamos que as SCs complementos constituem um modelo de predicação primária. Esses complementos só aparecem em construções conhecidas como “marcação excepcional de Caso (ECM)”: o DP da oração mais baixa não é excluído pelo *Filtro de Caso*, sendo, portanto, necessário concluir que recebe Caso do verbo da oração principal.

3. UMA ANÁLISE DAS SMALL CLAUSES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

As construções denominadas pela Gramática Tradicional de predicados verbo-nominais se distribuem na Gramática Gerativa - modelo de Princípios & Parâmetros - em três tipos de estruturas sintáticas. A seguir, analisamos cada estrutura.

(I) Estrutura com predicado secundário de (DP IP) em adjunção ao VP (1).

(1) a. Esse homem leu a carta [*ansioso*].

b. A aluna fez a dissertação [*entusiasmada*].

(II) Estrutura com predicado secundário de (DP VP) em adjunção ao VP (2).

(2) a. Sandra encontrou Paulo [*triste*].

b. João bebeu a cerveja [*gelada*].

c. Ele cortou o cabelo [*curto*].

d. Maria costurou a saia [*justa*].

(III) Estrutura em que o complemento verbal é uma proposição constituída por um [DP AP] ou um [DP₁ DP₂], ou seja, um DP sujeito e um AP ou DP predicado. O AP ou o DP₂ projeta a categoria sintagmática do predicado (3).

(3) a. Paulo considera [*essa hipótese fascinante*].

b. A Joana acha [*o João um gato*].

As estruturas predicativas (1), (2) e (3) constituem os diferentes tipos de predicados complexos: os predicados secundários de [DP IP] e de [DP VP] em (1) e em (2) constituem as SCs adjuntas de predicados secundários, e as estruturas proposicionais em (3) constituem as SCs complementos.

As construções denominadas pela Gramática Tradicional de predicados nominais são consideradas na Gramática Gerativa estruturas de alçamento. Os verbos copulativos, (também denominados predicativos ou de ligação), são verbos *inacusativos* que selecionam um argumento interno, ou seja, uma oração pequena, como podemos conferir em (4).

(4) a. A Maria é *corajosa*.

a'. [ec é [_{SC} Maria corajosa]].

a''. [_{IP} A Maria_i é_k [_{VP} t_k [_{SC} t_i corajosa]]].

b. A Maria é *uma heroína*.

b'. [ec é [_{SC} a Maria uma heroína]].

b''. [_{IP} A Maria_i é_k [_{VP} t_k [_{SC} t_i uma heroína]]].

c. A Maria é *de ferro*.

c'. [ec é [_{SC} a Maria de ferro]].

c''. [_{IP} A Maria_i é_k [_{VP} t_k [_{SC} t_i de ferro]]].

3.1 Estruturas com predicados secundários de [DP IP] e de [DP VP]

No PB, os predicados complexos encerram uma operação psicológica em que dois predicados se misturam ou se fundem em uma oração complexa. Assim como no inglês e no espanhol, esses predicados apresentam dois tipos de estrutura: predicados secundários e miniorações complementos. Os primeiros se dividem, ainda, em predicados secundários de [DP IP], orientados para o sujeito, ou seja, o AP refere-se ao DP sujeito; e predicados secundários de [DP VP], orientados para o objeto, ou seja, o AP refere-se ao DP objeto direto da sentença matriz. Seguindo Chomsky (1981), Rothstein (1983) e Rapoport (1988), podemos dizer que os predicados secundários de [DP IP] e de [DP VP] constituem as SCs adjuntas de predicados secundários, conforme mostramos em (5).

(5) a. Esse homem leu a carta *ansioso*.

b. A aluna fez a dissertação *entusiasmada*.

c. Sandra encontrou Paulo *triste*.

d. João bebeu a cerveja *gelada*.

Em (5a) e (5b), os predicados secundários *ansioso* e *entusiasmada* mantêm uma relação de predicação com o [DP IP], e os predicados secundários *triste* e *gelada* mantêm uma relação de predicação com o [DP VP], independente da relação que os DPs *a carta*, *a dissertação*, *Paulo* e *a cerveja* estabelecem com os verbos das sentenças matrizes.

Os predicados *ansioso*, *entusiasmada*, *triste* e *gelada* não são subcategorizados pelo verbo, não fazem parte da estrutura básica da sentença matriz e são elementos optativos, portanto, são predicados adjuntos.

No PB, os APs predicativos de [DP IP] e de [DP VP] recorrem a paráfrases com as cópulas *ser* e *estar* para dar conta das diferentes interpretações das sentenças. As paráfrases correspondem ao desdobramento da predicação que contém um AP predicativo secundário em duas predicações, entre as quais se estabelecem diversas relações semânticas. A possibilidade de inserir a cópula *estar* evidencia que o atributo conferido pelo AP adjetivo é independente da ação verbal, como em (6).

(6) a. Esse homem leu a carta *ansioso*.

a'. Esse homem leu a carta quando estava *ansioso*.

b. A aluna fez a dissertação *entusiasmada*.

b'. A aluna fez a dissertação quando estava *entusiasmada*.

c. Sandra encontrou Paulo *triste*.

c'. Sandra encontrou Paulo quando estava *triste*.

d. João bebeu a cerveja *gelada*.

d'. João bebeu a cerveja quando estava *gelada*.

O atributo expresso pelos APs *ansioso*, *entusiasmada*, *triste* e *gelada* em (6) não é o resultado da ação verbal, os APs são anteriores à ação verbal, por isso a possibilidade de inserir a cópula *estar*.

A concordância do AP predicativo com o DP ao qual se refere é a marca formal da função predicativa do adjetivo, como podemos observar em (7).

- (7) a. Ela chegou *cansada*.
 b. Ela falou *alto*.

A falta de concordância em (7b) mostra que *alto* não é um predicativo, mas um modificador do verbo. Ambos os elementos pós-verbais são optativos, mas (7a) é um predicativo, e (7b) é um adjunto circunstancial.

Como os APs dos predicados secundários se referem a um DP da sentença matriz, podemos dizer que existe um argumento implícito junto ao AP, representado por uma categoria vazia denominada PRO, que recebe uma interpretação específica, ou seja, é controlado pelo DP sujeito ou pelo DP objeto. Assim, a estrutura [PRO AP] repete o rótulo do VP porque se aplica a uma projeção fechada VP e a mantém com a mesma estrutura hierárquica que apresentava anteriormente: sujeito e predicado, como mostrado em (8).

- (8) a. O menino_i abriu a porta *ansioso*_i.
 a'. O menino_i abriu a porta_j [PRO_i *ansioso*].
 b. A mãe viu o filho_i *desanimado*_i.
 b'. A mãe viu o filho_i [PRO_i *desanimado*].

A análise em que o sujeito de um predicado secundário é representado por PRO evita a possibilidade de uma mesma posição- θ receber dois papéis- θ diferentes e impede que o DP controlador de PRO seja incompatível com a *Condição de Visibilidade*. Em (8a) e (8b), PRO está provido de *Caso* inerente, sendo a necessidade visível para a atribuição de papel- θ por parte dos APs *ansioso* e *desanimado*.

No PB, seguindo Chomsky (1986:15) e Haegeman (1995), assumimos que as estruturas predicativas complexas com predicados secundários de [DP IP] e de

[DP VP] são opacas à regência externa, ou seja, não são L-marcadas pelo verbo da sentença matriz, como em (9).

- (9) a. O menino chegou *decepcionado*.
 b. A professora encontrou o aluno *animado*.

Em (9a) e (9b), os APs *decepcionado* e *animado* são constituintes opcionais e não são subcategorizados pelo verbo da sentença matriz, portanto, não são L-marcados.

Podemos dizer que essas estruturas constituem SCs adjuntas de predicados secundários. O sujeito dos predicados APs *decepcionado* e *animado* é representado por uma categoria vazia PRO e é controlado em (9a) pelo [DP IP] *o menino*, e, em (9b) pelo [DP VP] *o aluno*.

Os APs predicativos resultativos são tipos especiais de predicados secundários que só se podem aplicar ao DP objeto direto. Esses predicados, apesar de serem optativos, não possuem a mesma liberdade paradigmática e sintagmática dos predicados secundários de [DP IP] e de [DP VP], uma vez que só podem ocorrer como atributos de [DP VP]. Tais predicados não podem ser fronteados porque não expressam um estado anterior do DP objeto, mas sim uma consequência da ação verbal, como em (10).

- (10) a. Ele cortou o cabelo *curto*.
 b. Maria costurou a saia *justa*.

Os predicados resultativos *curto* e *justa* referem-se ao [DP VP], ou seja, ao objeto direto da sentença matriz.

As construções com predicados resultativos, mostradas em (10), não admitem a paráfrase através de construções com o conetivo *quando*. Esses predicados pertencem a um grupo léxico de escassa comutabilidade, dado que os APs predicativos devem ser compatíveis com a precisão semântica da ação verbal, como vemos em (11).

- (11) a. *O cabelo estava *curto* quando ele o cortou.
 b. *A saia estava *justa* quando ela a costurou.

As paráfrases são agramaticais em (11) porque a função do AP predicativo é descrever o estado final do DP objeto direto, que só passa a existir a partir da ação verbal.

A ocorrência de predicados secundários resultativos é limitada no PB, pois não permite construções resultativas com verbos intransitivos como no inglês.

- (12) a. John laughed himself *sick*.
 b. *João riu-se *doente*.

Como podemos observar na sentença (12b), no PB não se permite o objeto mudo, que, conforme Rapoport (1986), tem a finalidade de hospedar o predicado. Assim, sem o objeto mudo, a sentença é agramatical.

Foltran (2000) sustenta que é razoável pensar que no PB existem outras formas de expressar ações que se aplicam a determinados DPs, produzindo neles certas características, como em (13).

- (13) a. Poliu o carro bem *polidinho*.
 a'. Poliu o carro_i [_{SC} PRO_i bem polidinho].
 b. Areou a panela bem *areadinha*.
 b'. Areou a panela_i [_{SC} PRO_i bem areadinha].

Em (13a) e (13b), o uso do advérbio *bem* reforça o resultado da consequência natural da ação verbal sobre os APs *polidinho* e *areadinha*.

Seguindo Chomsky (1981) e Rapoport (1987), assumimos que os predicados resultativos de [DP VP] fazem parte do significado do verbo e ocupam a posição de complementos, no entanto, podem ser eliminados da sentença sem causar agramaticalidade.

- (14) a. Poliu o carro.
 b. Areou a panela.

As sentenças em (14) são gramaticais, mesmo que os APs *polidinho* e *areadinha* sejam eliminados. Assim, concluímos que os predicados resultativos de [DP VP] também constituem SCs adjuntas de predicados secundários.

3.2 Propriedades distribucionais das estruturas predicativas de [DP IP] e [DP VP] no PB

Os predicados de [DP IP] e de [DP VP] ocupam as mesmas posições em espanhol, inglês e português, sendo que os predicados de [DP VP] precedem os predicados de [DP IP], como podemos observar em (15).

- (15) a. John ate the meat raw *angry*.
 b. Juan comió la carne cruda *enfadado*.
 c. João comeu a carne crua *brabo*.

Em (15), os APs de [DP VP] *raw*, *cruda* e *crua*, que se referem aos DPs *meat*, *carne* e *carne*, precedem os APs de [DP IP] *angry*, *enfadado* e *brabo*, que se referem aos DPs *John*, *Juan* e *João*.

Esses predicados podem ocorrer juntos, visto que os APs *angry*, *enfadado* e *brabo*, estão ligados à projeção AgrS, e os APs *raw*, *cruda* e *crua* estão ligados à projeção AgrO. Não existe m-comando mútuo entre os APs que se referem aos DPs sujeitos e os APs que se referem aos DPs objetos, não violando, assim, o Critério- θ e satisfazendo a LCXP. Lembramos que a LCXP foi proposta para explicar essencialmente que dois ou mais APs de [DP IP] ou de [DP VP] que se referem ao mesmo DP resultam em sentenças agramaticais.

Demonte (1982) postula que a presença de dois APs de [DP VP] que se referem ao DP objeto é agramatical, do mesmo modo que um AP resultativo de [DP VP] seguido de um AP secundário de [DP VP] são agramaticais porque não podem atribuir papel- θ e não encontram a LCXP, violando o Critério- θ . Diferentemente do

que afirma Demonte (1982), Rothstein (1983) observa que dois APs de [DP VP] ou um AP resultativo e um AP secundário de [DP VP] são possíveis em inglês.

No PB, seguindo Rothstein (1983), assumimos que podem ocorrer juntos tanto dois APs de [DP VP] como um AP resultativo e um AP secundário de [DP VP], como vemos em (16).

- (16) a. Milene comeu a carne cozida fria.
 b. Manuela esfregou os pratos secos quebrados.

Em (16a), o AP *cozida* faz parte do DP *a carne*, e em (16b), o AP resultativo *secos* forma um x^o complexo com o verbo, não sendo, portanto, um XP que atribui papel- θ . Nesses casos, os APs não violam o Critério- θ e satisfazem a LCXP.

Seguindo Demonte (1982), observamos que os APs dos predicados secundários de [DP VP] parecem, em algum sentido, selecionados pelo verbo da sentença matriz, sendo, portanto, semelhantes às SCs complementos subcategorizadas pelo verbo matriz, como em (17) e (18).

- (17) a. Mara só come o peixe fresco.
 b. Milene comprou as lagostas estragadas.

- (18) a. Mara considera o peixe fresco.
 b. Milene considera as lagostas estragadas.

Embora as estruturas de (17) e (18) sejam semelhantes, elas não apresentam a mesma estrutura sintática. Em (17) os APs *fresco* e *estragadas* são opcionais e não fazem parte da estrutura argumental do verbo; enquanto que em (18) os APs *fresco* e *estragadas* são subcategorizados pelo verbo da sentença matriz.

3.3 Estruturas predicativas com complementos proposicionais

Conforme proposto por Rapoport (1986), verbos de opinião selecionam um complemento proposicional, não existindo uma relação direta entre o verbo da

sentença matriz e o DP pós-verbal. Esses verbos não θ -marcam os DPs, mas sim toda uma proposição constituída por [DP AP] ou [DP₁ DP₂], como mostrado em (19).

(19) a. Paulo considera *essa hipótese fascinante*.

a'. Paulo considera [_{SC} *essa hipótese fascinante*].

b. A Joana acha *o João um gato*.

b'. A Joana acha [_{SC} *o João um gato*].

Nas sentenças (19a) e (19b), os verbos *considerar* e *achar* exigem um complemento proposicional ao qual atribuem um papel- θ interno. Essa proposição é formada, em (19a), por um [DP AP] e, em (19b), por um [DP₁ DP₂]. Como podemos observar, *essa hipótese fascinante* e *o João um gato* são constituintes sobre os quais incide uma predicação, independente de os DPs *essa hipótese* e *o João* serem marcados como objetos diretos dos verbos *considerar* e *achar*.

Ao contrário das estruturas predicativas secundárias de [DP IP] e de [DP VP], se o AP *fascinante* ou o DP₂ *um gato* for eliminado, a sentença é agramatical, como podemos verificar em (20).

(20) a. *Paulo considera *essa hipótese*.

b. *A Joana acha *o João*.

Os verbos *considerar*, em (20a), e *achar*, em (20b), exigem dois argumentos: a pessoa que *considera* ou *acha*, de um lado, e o objeto de *considerar* ou *achar*, de outro. Esse segundo argumento é expresso por uma oração, pois uma pessoa *considera* ou *acha* algo ou alguém (*essa hipótese*, *o João*) de tal modo (*fascinante*, *um gato*), por isso as sentenças (20a), sem o AP, e (20b), sem o DP₂, são agramaticais. Os DPs *essa hipótese* e *o João* recebem papéis- θ apenas do AP *fascinante* e do DP₂ *um gato*, respectivamente, portanto não são tematizados fora dessa relação de predicação, o que caracteriza esses constituintes como exemplos de predicções primárias.

No PB, seguindo Chomsky (1986) e Haegeman (1995), assumimos que as estruturas complexas com complementos proposicionais são transparentes à regência externa, isto é, são L-marcadas pelo verbo da sentença matriz. Verbos como *considerar* e *achar* selecionam uma proposição, independente de o verbo ECM atribuir Caso acusativo ao DP adjacente, como podemos ver em (21).

- (21) a. João acha *Pedro inocente*.
 b. Paulo considera *Maria simpática*.

Em (21a) e (21b), as proposições *Pedro inocente* e *Maria simpática* são complementos L-marcados pelos verbos *achar* e *considerar* das sentenças matrizes.

No PB, estamos propondo para esse tipo de construção a análise da SC complemento, posto que está incluída na proposição uma estrutura com os termos essenciais da oração, ou seja, um DP sujeito e um AP ou DP predicado.

3.4 Estruturas com predicados nominais DP cópula AP e DP₁ cópula DP₂

Rothstein (1991), Moro (1991), Heycock (1998), Bosque (1993) e Burzio (1986), entre outros, sustentam que a cópula é verbo de alçamento e que o sujeito da estrutura-S tem origem na estrutura-D, onde é sujeito de uma SC.

A cópula *ser* seleciona sentenças equativas e predicativas, e a cópula *estar* seleciona sentenças predicativas. Nas sentenças predicativas, *ser* e *estar* são funcionais: c-selecionam SCs, não atribuem Caso a seu argumento e não lhe dão papel- θ , como em (22).

- (22) a. A Maria é *corajosa*.
 a' [ec é [_{SC} a Maria corajosa]].
 b. A Maria é *uma heroína*.
 b' [ec é [_{SC} a Maria uma heroína]].
 c. A Maria está *decepcionada*.
 c'. [ec está [_{SC} a Maria decepcionada]].

O AP *corajosa*, em (22a), o DP *uma heroína*, em (22b), e o AP *decepcionada*, em (22c), estão em função atributiva porque modificam o DP *a Maria*, com o qual concordam em gênero e número, e estão em função predicativa porque concorrem para a formação do predicado, visto que as cópulas *ser* e *estar*, nessas construções, não têm significado próprio.

As cópulas em construções predicativas diferem dos verbos argumentais, pois são interpretadas como marcadores de asserção, ou seja, o predicado AP ou DP é uma verdade do DP sujeito. Os verbos copulativos não contêm em si mesmos uma significação precisa, somente ligam idéias, denotando o aspecto segundo o qual se relacionam o DP sujeito e o AP ou DP predicado. Esses verbos são vazios de conteúdo semântico e sua presença tem como função preencher uma posição, V, obrigatória dentro do constituinte oracional.

As cópulas *ser* e *estar* realizam um tipo de oposição aspectual que tem chamado a atenção dos lingüistas que se ocupam do PB. A cópula *ser* indica aspecto permanente (estado individual ou habitual), e a cópula *estar* indica estado transitório (adquirido, não inerente). Esses verbos são abstratos de acepção indeterminada, por isso funcionam como liame ou vínculo entre o DP sujeito e o AP ou DP predicado, e o estado ou qualidade que atribuem não passa além desse sujeito.

(23) a. Rafael é estudioso.

a' [ec é [Rafael estudioso]].

b. Rafael está animado.

b' [ec está [Rafael animado]].

Considerando que as cópulas *ser* e *estar* são verbos inacusativos, é possível afirmarmos que não é o verbo que está atribuindo papel temático aos DPs *Rafael* e *Rafael*, visto que os DPs que estão ocupando a posição de sujeito não são os argumentos externos dos verbos *ser* e *estar*, pois ocupam a posição de sujeito em estrutura-S para receber Caso nominativo. Os DPs *Rafael* e *Rafael* recebem papel- θ dos APs *estudioso* e *animado*, mas não recebem Caso. A Generalização de Burzio prevê que, se um verbo não atribui papel- θ para o seu argumento externo, ele não

atribui Caso acusativo para o seu argumento interno. Portanto, se os verbos inacusativos não têm Caso acusativo para o seu complemento, eles não podem ser ECM. Os DPs *Rafael* e *Rafael* não podem ficar sem Caso, então, são alçados da sua posição de base em estrutura-D para a posição de Spec IP em estrutura-S, onde recebem Caso nominativo da flexão finita.

Sabemos também que um sintagma nominal recebe Caso acusativo, se ele puder ser substituído por um pronome oblíquo correspondente, como podemos observar em (24).

(24) a. O Mateus está um homem.

a' *O Mateus o está.

b. O Mateus é um homem.

b' O Mateus o é.

A agramaticalidade de (24a') é evidência de que o sintagma nominal *um homem* na sentença com a cópula *estar* não recebe Caso acusativo; no entanto, com a cópula *ser* a sentença é gramatical. Concluímos que esse teste não é confiável no PB. O DP *um homem* em (24b), não é marcado com Caso pelo verbo inacusativo *ser*, mas carrega as marcas de número e gênero, atribuindo uma característica inerente ao DP sujeito e a substituição é aparentemente aceita.

Adotando a análise das SCs para os predicados adjetivais e nominais, estamos também supondo que existe uma projeção funcional do tipo AgrP, logo acima do AP ou NP, que é responsável pela concordância de número e, eventualmente, de gênero entre o DP sujeito e o AP ou DP predicado, como em (25).

(25) a. A Andressa_i está t_i alta.

b. *A Andressa_i está t_i alto.

Seguindo Kitagawa (1985), Raposo & Uriagereka (1990) e Haegeman (1995), podemos dizer que existe uma categoria funcional como AgrP dominando o AP que é responsável pela concordância de gênero, visível em (25a).

Em PB, as construções DP cópula AP selecionam SCs predicativas; ao passo que as construções DP₁ cópula DP₂ selecionam SCs predicativas ou sentenças equativas. A distinção entre as duas construções com DP₁ cópula DP₂ está relacionada a predicados definidos, nas sentenças equativas ou a predicados indefinidos nas sentenças predicativas, conforme (26).

- (26) a. A Raquel é Ø *médica*.
 b. A Raquel é *uma médica*.
 c. A Raquel é *a médica*¹.

As sentenças (26a) e (26b) são predicativas porque o DP nu, em (26a), e o DP indefinido, em (26b), funcionam como APs. O DP definido, em (26c), determina uma sentença equativa. Em (26a) e (26b), a cópula *ser* seleciona, em estrutura-D, uma SC.

- (27) a. [ec é [_{SC} a Raquel médica]]
 b. [ec é [_{SC} a Raquel uma médica]]

A cópula *ser* em (27a) e (27b) é um verbo inacusativo, portanto, o DP *a Raquel* não pode receber Caso na posição em que se encontra, mas como um DP não pode ficar sem Caso para ser visível em LF, ele é alçado para Spec IP, onde recebe Caso nominativo, satisfazendo assim o EPP e a *Condição de Visibilidade*.

Seguindo Stowell (1981, 1983), Chomsky (1981) e Mioto et alii (2004), observamos que as estruturas predicativas formadas por [DP AP] ou [DP₁ DP₂] apresentam diferentes estruturas sintáticas em português, como vemos nas sentenças em (28).

- (28) a. O professor considera *a Raquel estudiosa*.
 b. O professor considera *a Raquel um gênio*.

¹Assumimos, seguindo Nascimento & Kato (1995) e Heycock (1998), que as sentenças copulares se submetem ao *Efeito de Definitude*, pois não permitem que DPs definidos apareçam como predicados de SCs, visto que DPs definidos funcionam como argumentos.

- c. Rafael saiu do plantão *animado*.
- d. Maurício parece *competente*.

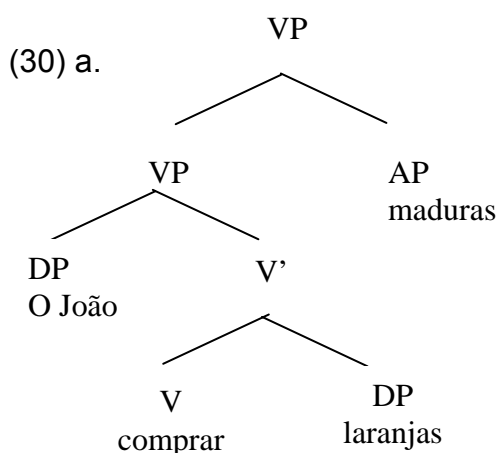
Sugerimos que, em (28a) e (28b), *a Raquel estudiosa* e *a Raquel um gênio* não são DPs únicos, o verbo *considerar* seleciona complementos proposicionais formados por um DP sujeito e um AP predicado em (28a), e por um DP₁ sujeito e um DP₂ predicado em (28b), ou seja, seleciona SCs complementos. Os DPs *a Raquel* e *a Raquel* recebem papéis- θ do AP *estudiosa* e do DP₂ *um gênio*. Ambos os DPs recebem marcação excepcional de Caso do verbo (ECM) *considerar*, deixando, assim, o papel- θ visível para a interpretação semântica. Em (28c), o AP *animado* constitui uma SC adjunta com sujeito PRO controlado pelo DP *Rafael* da sentença matriz. Em (28d), temos uma estrutura de alçamento obrigatório: o DP *Maurício* é alçado da posição de sujeito da SC para a posição de sujeito do verbo inacusativo *parecer*, onde pode receber o Caso nominativo e, assim, satisfazer a *Condição de Visibilidade*.

3.5 Small Clauses adjuntas de predicados secundários de [DP IP] e de [DP VP]

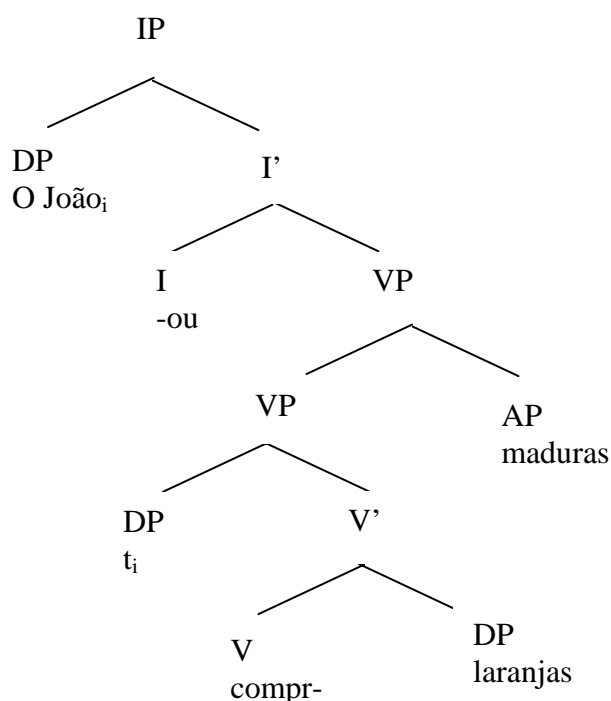
Os complementos predicativos APs sempre se relacionam com uma predicação verbal básica ou primária, logo é necessária a existência de algum tipo de predicação primária para que seja possível um predicado secundário. As sentenças podem conter constituintes que não são previstos como exigências dos predicados no léxico, como pode ser observado com o constituinte *maduras* na sentença (29).

(29) O João comprou laranjas [*maduras*].

O constituinte *maduras*, em (29), não ocupa nem a posição de complemento, nem a de especificador. Na verdade, ele ocupa na estrutura, a posição de adjunto, como podemos verificar em (30).



b.



Ao incluirmos o AP adjunto na estrutura, criamos uma projeção que repete o rótulo do VP, devido ao fato de que APs adjuntos não formam um novo nível hierárquico. Essa é a grande diferença sintática que existe entre argumentos e adjuntos. Quando argumentos são mapeados na sintaxe, o núcleo projeta um novo nível hierárquico; já quando um AP adjunto entra na estrutura, ele é somente um segmento da mesma categoria. Nas sentenças (30a) e (30b), a presença do AP *maduras* não se deve a uma exigência do verbo *comprar*. O AP *maduras* é um constituinte que se aplica a uma projeção fechada VP e a mantém com a mesma estrutura hierárquica que ela apresentou anteriormente. Essa é a razão pela qual dizemos que um AP adjunto é um segmento da categoria à qual ele se aplica. Considerando que esse tipo de

predicado complexo não forma um constituinte oracional, ele pode ser associado a duas projeções máximas: IP e VP, como vemos em (31).

(31) A menina sentou *desajeitada*.

O AP *desajeitada* não faz parte da estrutura temática do verbo matriz, mas se refere ao sujeito desse verbo; logo é necessária a existência de algum tipo de predicação primária para que seja possível um predicado secundário. Poderíamos postular que o AP *desajeitada* é um adjunto do DP *a menina*. No entanto, o AP não pode ser adjunto do DP *a menina*, pois, caso fosse, faria parte do DP *a menina desajeitada*, e a sentença seria como em (32).

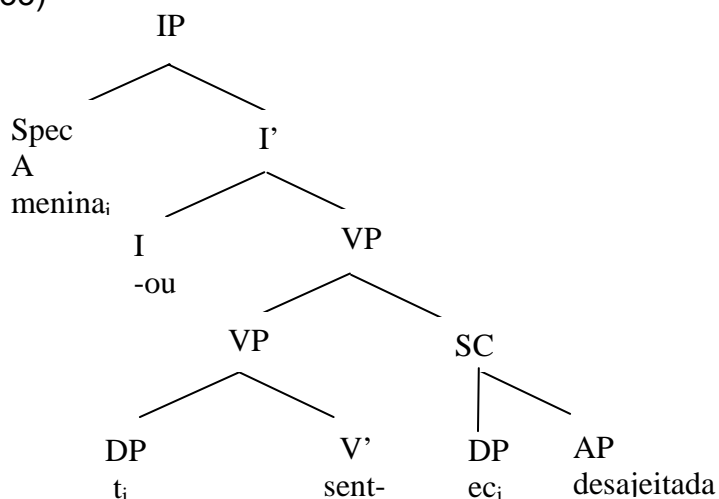
(32) *A menina desajeitada* sentou.

Assim, o AP *desajeitada* não poderia vir separado do DP *a menina*. Como admitimos que só existem duas possibilidades de inserir AP em uma sentença, o AP em (31) deve ser o predicado de uma SC.

A possibilidade de esta SC ter *a menina* como sujeito é descartada porque nos induziria a afirmar que o verbo *sentar* pode ter uma SC como argumento externo, o que não estaria de acordo com as propriedades de seleção desse verbo. O verbo *sentar* é intransitivo e o argumento externo deve ser um DP que em (31) é *a menina*, e em (32) é *a menina desajeitada*.

Visto que *a menina* não pode ser sujeito da SC, nesse caso, o sujeito é uma categoria vazia (ec), como podemos observar na representação arbórea em (33).

(33)



O AP *desajeitada*, como núcleo lexical, predica sobre o DP *a menina*, que está representado por uma categoria vazia (ec) sinalizada pelo mesmo índice referencial.

Como podemos observar, o AP *desajeitada* é um predicado adjunto adjacente a um argumento implícito representado por uma categoria vazia. Essa categoria vazia não é um vestígio (t), mas uma categoria argumental, em satisfação ao Critério- θ , denominada PRO. Tal categoria é um argumento independente, semanticamente selecionado pelo predicado da SC *desajeitada*, marcado com Caso inerente. PRO é uma variável do DP *a menina*, porque possui uma identidade referencial com esse constituinte, ao qual está submetido por uma relação de controle. A representação arbórea em (33) mostra que o AP *desajeitada*, por não ser θ -marcado pelo verbo principal e por pertencer a uma projeção máxima não argumental, é considerado um constituinte adjunto. Esse constituinte é o predicado de um sujeito PRO que tem valor referencial equivalente ao sujeito da sentença matriz. Assim, PRO e AP constituem uma SC adjunta de predicado secundário. O antecedente ao qual PRO se refere não está dentro do seu domínio de vinculação, não formando com ele uma cadeia, uma vez que ambos são argumentos e cada um ocupa uma posição temática independente, mas o antecedente pode c-comandar PRO fora desse domínio.

No espanhol e no PB, o sujeito PRO é co-indexado em LF, satisfazendo a exigência de concordância entre os sujeitos e seus predicados. Ele nunca pode aparecer como complemento de uma categoria léxica ou como sujeito de uma oração com tempo, pois essas posições são regidas, e ele não pode ser regido. PRO não é o resultado de uma regra de movimento, por isso a presença de um antecedente é automaticamente determinada para o constituinte. Como é um argumento, PRO tem representação em todos os níveis sintáticos em razão do Princípio da Projeção.

No PB, não existe um DP explícito com o qual o AP do predicado secundário seja co-indexado, então o DP recebe as características de PRO, ou seja, refere-se ao sujeito ou ao objeto da sentença matriz. O predicado secundário é co-indexado com o controlador de PRO [DP IP] ou [DP VP] na estrutura-S para que o AP receba as características de concordância.

- (34) a. A professora_i chegou [PRO_i satisfeita_i].
 b. A professora_i encontrou o aluno_i [PRO_i animado_i].

O AP *satisfeita* é co-indexado com o [DP IP] *a professora*, e o AP *animado* é co-indexado com o [DP VP] *o aluno* para receber concordância.

Em PB, os APs dos predicados secundários e dos predicados resultativos exibem concordância aberta com os DPs aos quais estão ligados. Os APs ligam-se a projeções AgrS, produzindo um adjunto predicativo relacionado com o sujeito, ou ligam-se a projeções AgrO, produzindo um adjunto predicativo relacionado com o objeto. O sujeito PRO dos predicados adjuntos deve ser co-indexado com um antecedente da oração matriz para os APs serem determinados como predicados. Dessa forma, os APs atribuem papéis- θ ao PRO em conformidade com o Princípio da Projeção, satisfazendo o Critério- θ e a LCXP, como podemos ver em (35).

- (35) a. A menina sentou [*desajeitada*].
 a' A menina_i sentou [PRO_i *desajeitada*]_i.
 b. Pedro encontrou Maria [*cansada*].
 b' Pedro encontrou Maria_i [PRO_i *cansada*]_i.
 c. João martelou o metal [*plano*].
 c' João martelou o metal_i [PRO_i *plano*]_i.

O AP predicativo *desajeitada*, em (35a), é co-indexado com o DP sujeito em estrutura-S, ou seja, co-indexa Agr-S com o AP *desajeitada*. Os APs predicativos *cansada* e *plano*, em (35b) e (35c), são co-indexados com os DPs objetos diretos em estrutura-S, isto é, co-indexam AgrO com os APs *cansada* e *plano*. O sujeito PRO das SCs adjuntas livra os DPs *A menina*, *Maria* e *o metal* de receberem dois papéis- θ e de serem incompatíveis com a *Condição de Visibilidade*.

O AP do predicado secundário que se refere ao sujeito [DP IP] será invariavelmente um termo acessório, ou seja, será normalmente expresso por adjetivo com traço [- inerente], como na sentença (36).

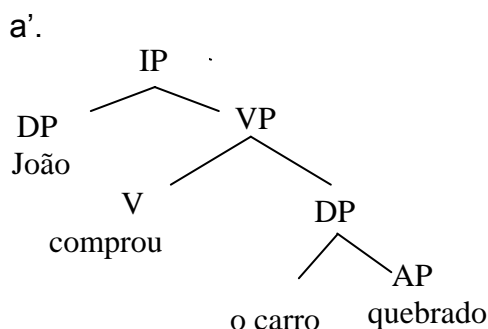
- (36) O rapaz chegou *preocupado*.

Embora nesse caso o AP seja um termo acessório como os adjuntos que fazem parte dos DPs, ainda assim não haverá problemas de ambigüidade, porque não há como o AP ser analisado como adjunto. Mesmo no caso de o predicativo seguir o sujeito imediatamente, ainda assim não haveria ambigüidade, pois a pausa necessária para expressar o predicativo elimina a análise de adjunto do DP, como pode ser verificado em (37).

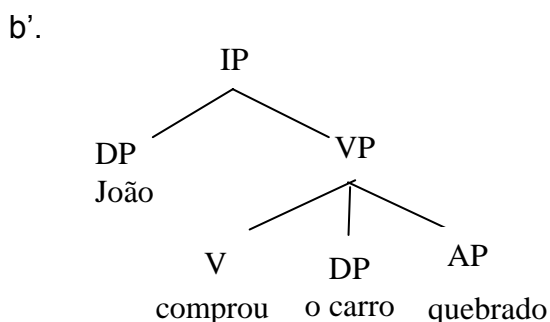
(37) O rapaz, *preocupado*, chegou.

No entanto, quando se trata de construções que envolvem APs referentes ao DP objeto do verbo matriz, poderemos ter estruturas ambíguas, pois o predicativo expresso pelo adjetivo pode concorrer com a função de adjunto do DP. Observemos as representações arbóreas dos seguintes exemplos de Foltran (2000), mostradas em (38).

(38) a. João comprou o *carro quebrado*.



b. João comprou o *carro quebrado*.



Em (38a'), o AP *quebrado* é analisado como adjunto do DP e forma um só constituinte com *o carro*. Como vimos no capítulo I, existem vários testes/ provas que permitem distinguir predicativos de adjuntos que fazem parte do DP, especialmente os chamados testes de constituintes, como os expressos em (39).

- (39) a. O carro quebrado foi comprado por João. → passiva
 b. Foi o carro quebrado que João comprou. → clivagem
 c. O carro quebrado, João comprou-o. → topicalização
 d. João comprou o carro que estava quebrado. → paráfrase por relativa

Os quatro testes aplicados mostram que o AP *quebrado*, em (38a'), de fato pode fazer parte do DP, formando o constituinte *o carro quebrado* e não podendo, nesse caso, ser separado de *o carro*. Isso nos indica que o AP *quebrado* pode ser analisado como adjunto que faz parte do DP objeto de *o carro* em *João comprou o carro quebrado*. Em (38b'), por outro lado, o AP *quebrado* é analisado como predicativo do objeto direto, não fazendo parte do DP objeto. Do mesmo modo que em (39), a aplicação de testes de constituintes também confirma a análise das sentenças em (40).

- (40) a. O carro foi comprado quebrado por João. → passiva
 b. Foi o carro que João comprou quebrado. → clivagem
 c. O carro, João comprou-o quebrado. → topicalização
 d. Quando João comprou o carro, ele estava quebrado. → paráfrase com
 nexu temporal

As sentenças em (40) mostram que o AP *quebrado* pode ser um constituinte separável do DP *o carro* em *João comprou o carro quebrado*; portanto, o AP *quebrado* pode ser analisado como um predicado adjunto do [DP VP].

A ambigüidade de uma sentença, que permite análise dupla de um AP ora como predicativo, ora como adjunto do DP, pode ser desmascarada por vários testes, como o da passiva, o da topicalização e o da clivagem. A ambigüidade se forma porque a PF interpreta duas estruturas da mesma maneira. Os dois sentidos se mantêm porque LF interpreta duas SSs distintas. Logo, os APs [- inerentes] podem ser termos acessórios e podem, portanto, ser analisados de maneira ambígua, sendo considerados adjuntos do DP ou predicativos secundários. Assim, as sentenças em (41) são ambíguas.

- (41) a. John found the teacher *sick*.
 a'. João encontrou o professor *doente*.
 b. John gave Mary the dog *sick*.
 b'. João deu a Maria o cachorro *doente*.
 c. Foi [o professor] que João encontrou doente.
 d. Foi [o professor doente] que João encontrou.
 e. Foi [o cachorro] que João deu a Maria doente.
 f. Foi [o cachorro doente] que João deu a Maria.

No inglês, os adjetivos *sick*, em (41a) e (41b), somente podem ser entendidos como predicados secundários de *the teacher* e de *the dog*, temas de *found* e *gave*, respectivamente; assim, a leitura de *sick* como predicado de *John* é inviável. No PB, as sentenças (41a') e (41b') admitem leitura ambígua, pois *doente* tanto pode se referir ao [DP IP] quanto ao [DP VP].

Com predicados adjuntos de [DP IP], não há em geral possibilidade de os APs serem analisados alternadamente, ora como predicativo, ora como adjunto do DP sujeito. Entretanto, quando se tratar de construções que envolvem predicados adjuntos de [DP VP], poderemos ter estruturas ambíguas, como podemos ver em (42).

- (42) a. Maurício encontrou os amigos *emocionados*.
 b. Maurício encontrou os amigos *emocionado*.
 c. Maurício encontrou o amigo *emocionado*.

Em (42a), o AP *emocionados* refere-se unicamente ao DP objeto direto *os amigos*; em (42b), o AP *emocionado* refere-se unicamente ao DP sujeito *Maurício*; em (42c), o AP *emocionado* é ambíguo, pois pode referir-se tanto ao DP sujeito, *Maurício*, como ao DP objeto, *o amigo*.

Em PB, o AP predicativo que se refere ao [DP VP] pode ser colocado antes ou depois do DP ao qual se refere. Colocado antes do DP, a construção é

clara e livre de ambigüidade; colocado depois do DP, pode ter significado ambíguo, como em (43).

- (43) a. Encontrei [*decepcionada*]² a menina.
 b. Encontrei a menina [*decepcionada*].

Em (43a), a construção está clara e livre de ambigüidade, já em (43b) não se pode saber se uma pessoa ficou *decepcionada* ao encontrar *a menina*, ou se uma pessoa encontrou *a menina* quando esta estava *decepcionada*.

Em sentenças com verbos como *querer*, o adjetivo [-inerente] pode ser termo integrante da proposição: a sentença em (44a) pode ser parafraseada, como mostrado em (44b). APs [-inerentes] podem também representar qualquer tipo de termo acessório: o AP em (44a) pode, portanto, ser um adjunto do DP, como na paráfrase em (44c), ou um predicativo acessório, como (44 d).

- (44) a. João queria o bife *bem passado*.
 b. João queria que o bife estivesse bem passado.
 c. João queria o bife que estivesse bem passado.
 d. João queria o bife, quando ele estivesse bem passado.

Portanto, o verbo *querer* possibilita uma leitura em que o AP [- inerente] é um predicativo triplamente ambíguo: poderá ser proposicional em (44b), adjunto do DP em (44c), ou, ainda, um predicativo acessório em (44d).

No PB, Foltran (1999) e Bisol (1975) argumentam que as sentenças com predicados secundários podem ser parafraseadas: o AP acompanhado da cópula *estar* fica na oração mais alta, e o conetivo *quando* é o mais apropriado para unir as duas orações. As autoras descartam a possibilidade de aceitar como paráfrase uma estrutura de coordenação, apresentada em (45), pois a coordenação não capta a relação que se estabelece entre o predicado primário e predicado secundário.

²Em (43a), é possível uma leitura em que o AP *decepcionada* tenha como antecedente um DP feminino, transformando a sentença em “Maria encontrou *decepcionada* a menina”. Nesse caso, a sentença passa a ser ambígua.

- (45) a. *Pedro chegou e Pedro estava *cansado*.
 b. *João comprou o carro e o carro estava *estragado*.

Como o predicado secundário é mediado pelo predicado primário, essa mediação é denotada de maneira mais adequada pela estrutura subordinada com o conetivo temporal *quando*, como vemos em (46).

- (46) a. Quando João chegou, ele estava *cansado*.
 b. Quando João comprou o carro, ele estava *estragado*.

Os APs *cansado* e *estragado* são constituintes separáveis dos DPs *João* e *o carro* por oposição aos APs modificadores que não podem ser separados dos DPs.

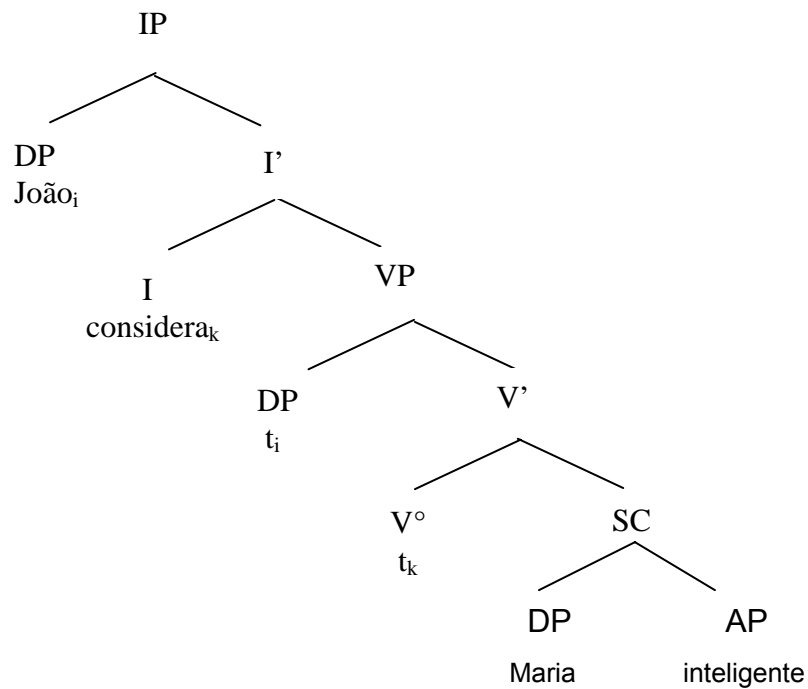
3.6 Small Clauses complementos

A SC é constituída de dois elementos tradicionais da oração, sujeito e predicado. O predicado, porém, predica mesmo não sendo verbo, o que está de acordo com as propriedades dos núcleos lexicais, como mostrado em (47).

- (47) João considera [*Maria inteligente*].

A expressão em itálico, como já vimos, é considerada um constituinte oracional, contendo um sujeito e um predicado, ao qual chamamos de *minioração*, conforme denominado por Raposo (1992). A estrutura temática do verbo *considerar* exige dois argumentos: a pessoa que considera de um lado, e o objeto de consideração de outro. O segundo argumento é expresso por uma proposição, isto é, uma pessoa considera *alguém de tal modo inteligente*. Nesse tipo de construção, a oração como um todo constitui o argumento, portanto o verbo atribui papel- θ à oração e não a um elemento específico dentro da oração. Em (47), o DP *Maria* recebe o papel- θ apenas do AP *inteligente* e não é tematizado fora dessa relação de predicação, o que caracteriza *Maria inteligente* como um exemplo de predicação primária. Podemos verificar essa relação de predicação na representação arbórea (48).

(48)



Em (48), o verbo *considerar* aceita na estrutura-D um constituinte proposicional no VP, que é uma SC, ao qual atribui papel temático de Tema. O predicativo *inteligente* é um termo integrante/essencial, já que não pode ser omitido. *João considera Maria* não é aceitável com *considerar* tendo o mesmo significado de “julgar”. Portanto, pode-se dizer que, quando o adjetivo é [+ inerente], aparentemente ele sempre será um predicativo integrante, e não será ambíguo, pois, nos casos em que o predicado exige um predicativo complemento, ele será necessariamente este predicativo, e nos casos em que o predicado não exige tal complemento, ele será necessariamente um adjunto que faz parte do DP.

O AP *inteligente*, em (48), não pode ser omitido, já que faz parte da estrutura temática do verbo principal, sendo considerado um elemento da proposição. Isso pode ser comprovado através das paráfrases em (49).

- (49) a. João considera [*que Maria é inteligente*].
 b. *João considera Maria [*quando ela é inteligente*].
 c. *Quando João a considera [*Maria é inteligente*].

A sentença (49a) pode ser parafraseada por uma estrutura em que *Maria inteligente* pode ser substituída por uma oração subordinada [*que Maria é inteligente*], sendo o AP *inteligente* um predicativo do DP *a Maria*, ou seja, um termo essencial segundo a GT. Assim, (49a) sugere que o AP *inteligente* expressa uma predicação necessária ao significado do verbo principal *considerar*. De fato, paráfrases em que alguns elementos de (49a) são substituídos por nexos temporais resultam em frases agramaticais, como vemos em (49b) e (49c). Com o verbo *considerar*, podemos dizer que o predicativo é um termo integrante/essencial. Outros verbos com as mesmas propriedades são *julgar* e *achar*, no sentido de “julgar”.

- (50) a. A aluna [_{VP} julga [_{DPO} professor exigente³]].
 b. A aluna julga [_{SC} [_{DP} o professor [_{AP} exigente]]].
 c. A aluna julga [_{SC} [_{DP} o professor exigente [_{AP} prepotente]]].

O verbo *julgar*, assim como *considerar*, exige um complemento oracional.

Diferentemente dos predicados secundários, o AP ou o DP que aparecem nesse tipo de construção atribuem uma propriedade do tipo *individual*. Podemos ter DPs ocorrendo como predicado, o que comprova que DPs são predicados com propriedades de indivíduos, como vemos em (51).

- (51) A Marcelle considera o *Rafael* um gato.

O fato de o verbo atribuir um papel- θ ao constituinte oracional, que é o seu complemento, libera o DP *o Rafael* de receber uma dupla marcação temática, o que exclui esse tipo de sentença dos predicados adjuntos.

3.7 Uma diferença na predicação das Small Clauses

Distinções semânticas tais como as de predicado de *stage level* (SL) e de *individual level* (IL) desempenham um papel relevante na distribuição dos diferentes tipos de SCs. Para Bisol (1975) e Foltran (1999), há adjetivos que expressam

³Com o verbo *julgar* sem veredito, o AP *exigente* é adjunto do DP *o professor exigente*; com veredito, o AP é predicado da _{SC}[_{DP} *o professor* [_{AP} *exigente*]], pois é gramatical a sentença: A aluna julga _{SC}[_{DP} *o professor exigente* [_{AP} *prepotente*]].

propriedades inerentes, marcados com o traço [+inerente], e outros que expressam propriedades não inerentes, marcados com o traço [-inerente]. A escolha do adjetivo será fundamental na formação de sentenças gramaticais ou agramaticais, como podemos observar nos exemplos contidos em (52).

- (52) a. O rapaz respondeu *confuso*.
 b. *O rapaz respondeu *grande*.

O atributo expresso por um AP em função predicativa vem marcado no tempo, e, por essa relação cronológica entre o atributo e o DP, o responsável é o verbo que liga o AP ao DP. A sentença mostrada em (52b) é agramatical porque o AP expressa uma propriedade [+inerente], e nessa posição deveria ocorrer um AP com traço [-inerente], como em (52a). É possível a paráfrase com nexos temporais da sentença em (52a), mas não em (52b), conforme vemos em (53).

- (53) a. João respondeu *confuso*.
 a' Quando João respondeu, ele estava *confuso*.
 b. *João respondeu *grande*.
 b' *Quando João respondeu, ele estava *grande*.

A paráfrase com nexos temporais explícitos conserva a gramaticalidade de (53a), não ocorrendo o mesmo com (53b).

Existe a possibilidade de correlacionar a oposição de SCs adjuntas e SCs complementos com os sentidos dos dois principais verbos copulativos da língua portuguesa: *ser* e *estar*.

- (54) a. Os guardas encontraram o vizinho *amordaçado*.
 a'. Os guardas encontraram o vizinho que **era/ estava amordaçado*.
 b. João considera Maria *corajosa*.
 b'. João considera que Maria *é/ ?? está corajosa*.

Podemos observar que a cópula *ser* é usada em (54b') porque o predicado expressa uma propriedade duradoura do sujeito, enquanto que *estar* é usado em (54a') porque o predicado expressa uma propriedade transitória, um estado do sujeito.

Segundo Raposo e Uriagereka (1995), alguns núcleos selecionam tipos de SCs diferentes, isto é, enquanto SCs *individual level* devem ser diretamente associadas ao núcleo que as selecionam, SCs *stage level* podem ser deslocadas do domínio de regência de seu núcleo. Os predicados *individual level* e *stage level* nem sempre são tão distintos assim, visto que no PB há vários adjetivos compatíveis com as duas construções, como podemos observar com o adjetivo *bonita* em (55).

(55) a. A Maria é *bonita*.

b. A Maria está *bonita*.

O adjetivo *bonita* é compatível tanto com a morfologia *stage level*, do verbo *estar*, quanto com a morfologia *individual level*, do verbo *ser*. Para resolver o problema, seria possível argumentar que existem dois adjetivos *bonita*, ou seja, duplicar as entradas lexicais: uma com argumento de evento para predicados *stage level*, e outra sem argumento de evento para predicados *individual level*. Tal entendimento é problemático, porque, intuitivamente, o sentido de *bonita* é sempre o mesmo. Assim, é possível que um AP [+inerente] ocorra com as cópulas *ser* e *estar* no mesmo ambiente sintático e apresente significados diferentes.

A diferença entre predicados de *individual level* e *stage level* não aparece só com as cópulas *ser* e *estar*, mas com outros verbos também, como mostra (56).

(56) a. Eu considero [*a Maria inteligente*].

b. *Eu considero [*a Maria grávida*]⁴.

c. Eu vi [*a Maria grávida*].

d. *Eu vi [*a Maria inteligente*].

⁴Segundo Bisol (1975), em alguns contextos é difícil de precisar a característica semântica do verbo opinativo. Muitas vezes, o verbo é compatível com a semântica da cópula *ser* e da cópula *estar*. No PB, é possível dizer: "O médico considera a Maria estar grávida", embora o verbo *considerar* seja compatível com maior frequência com a semântica da cópula *ser*.

Aparentemente, as SCs complementos de verbos de opinião, como *considerar*, se comportam como SCs selecionadas pela cópula *ser*, enquanto as SCs complementos de verbos de percepção, como *ver*, se comportam como as SCs selecionadas pela cópula *estar*.

Constatamos também essa diferença em outras construções, uma vez que somente SCs de *stage level* podem pseudoclivar, como podemos ver em (57a), ou sofrer frontamento, como em (57b).

- (57) a. O que eu vi foi a Maria grávida.
 a'. *O que eu considero é a Maria doente.
 b. Até a Maria grávida eu vi!
 b'. *Até o João inteligente eu considero!

Diesing (1992), citado por Raposo e Uriagereka (1995), argumenta que em catalão todos os sujeitos são internos a VP, incluindo os sujeitos de predicados de *individual level*. O argumento está baseado nos quantificadores flutuantes que se originam dentro do VP, independente da natureza do predicado.

- (58) The pigs are all *stout*.
 /Os porcos são/estão todos *robustos*/

A posição do quantificador flutuante *all* mostra-nos a posição de base do sujeito, que deve ser interno a VP. Raposo e Uriagereka (1995) concluem que o sujeito do predicado *individual level* começa interno a VP e deve ser forçado a sair da projeção de seu predicado no processo de representação. O mesmo ocorre em PB, como vemos em (59).

- (59) [Os meninos]_i são [todos t_i *inteligentes*].

O sujeito do predicado *individual level* é topicalizado, possivelmente em LF, e o sujeito das SCs *stage level* é padrão. No entanto, aparentemente, os dois podem ser topicalizados em SS, como verificado em (60).

- (60) a. Os meninos, eles são todos *inteligentes*.
 b. As meninas, elas estão todas *grávidas*.

Os autores argumentam que os predicados de *individual level* e *stage level* são distintos também com relação à marcação de Caso. Observemos a construção de sentenças na língua irlandesa que corresponde a construções no PB, como as expressas em (61), citadas por Raposo e Uriagereka (1995).

- (61) a. *Is fhear e.*
 a'. Ele é um homem
 é-CAT homem ele-ACC
- b. *Ta se ina fhear.*
 b'. Ele está um homem (agora)
 Está – TET ele – NOM homem.

Enquanto no PB essa diferença é marcada pelos tipos de verbos *estar*, em (61b'), e *ser*, em (61a'), podemos observar que na língua irlandesa, em (61b), a SC *tética* recebe Caso nominativo e possui um elemento de concordância, a partícula *ina*, contendo um sujeito clítico e um auxiliar tético *ta*. Em (61a), a SC *categoria* é marcada por Caso acusativo, a concordância é abstrata e o auxiliar categórico é *is*. Com uma forma de predicação categórica, o sujeito é escolhido no próprio evento, e o predicado atribui uma propriedade a esse sujeito, que forma o tópico da oração. Com uma forma de predicação tética, o sujeito não é escolhido, pelo contrário, é introduzido como um dos participantes do evento. A forma de predicação *tética* pode ser vista como uma sentença de “descrição do evento”, que envolve a introdução de um evento no discurso. Em tais sentenças, os verbos auxiliares funcionam como marcadores de tópico. O sujeito em (61b) não é um tópico, pois tais orações são tipicamente consideradas como sem tópico, contendo informações totalmente novas. Assim, embora SCs sejam idênticas na estrutura, elas são associadas a dois tipos diferentes de INFL. A realização de Caso acontece de formas diferentes: em (61a), o sujeito se move para Spec FP (em LF) para ser realizado o Caso; em (61b), o Caso se realiza no Spec IP (em SS), onde não há topicalização. O DP *um homem*, em (61b'), pode ter interpretação semântica de adjetivos como: *crescido*, *maduro* e

possui uma característica não constante no sentido de que é *um homem* num dado momento, por isso, *stage level*, como mostramos em (62).

(62) O João_i está [_{DP} t_i um homem].

Em termos semânticos, a SC nominal *o João um homem* tem interpretação adjetival, levando em consideração que o constituinte *um homem* pode significar *maduro*, *adulto*, num dado momento. Esta SC introduzida pelo verbo *estar* atribui uma característica não constante ao predicado, fruto, segundo Raposo e Uriagereka (1995), do fato de sintaticamente comportar apenas sujeito e não um tópico. Estamos supondo uma projeção funcional AgrP dominando imediatamente o DP, responsável pela concordância de gênero e número entre o DP₁[*O João*] e o DP₂[*um homem*].

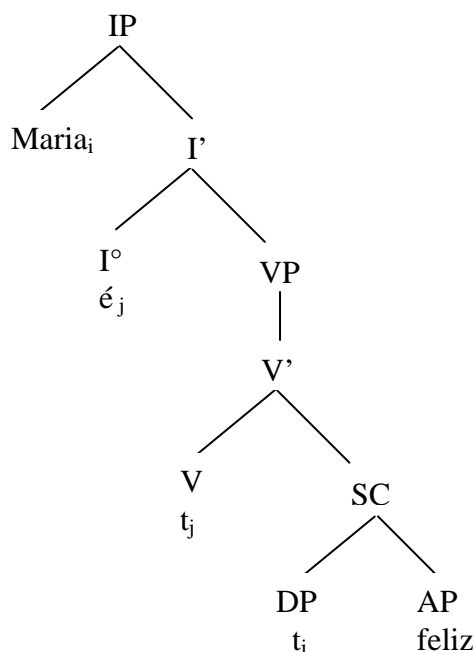
3.8 Small Clauses e construções copulares

A controvérsia com relação às construções copulares levou muitos lingüistas, como Rothstein (1991), Hoekstra (1992), Moro (1997) e Rapoport (1987), a assumirem que, em sentenças predicativas, as cópulas *ser* e *estar* são estruturas de alçamento e que o sujeito dessas construções em estrutura-S tem origem em estrutura-D, onde são os sujeitos de SCs nominais, como podemos ver em (63):

(63) a. *ec* é [_{sc} Maria feliz]
 b. *ec* está [_{sc} Maria feliz].

A representação arbórea de (63a) está expressa em (64).

(64)



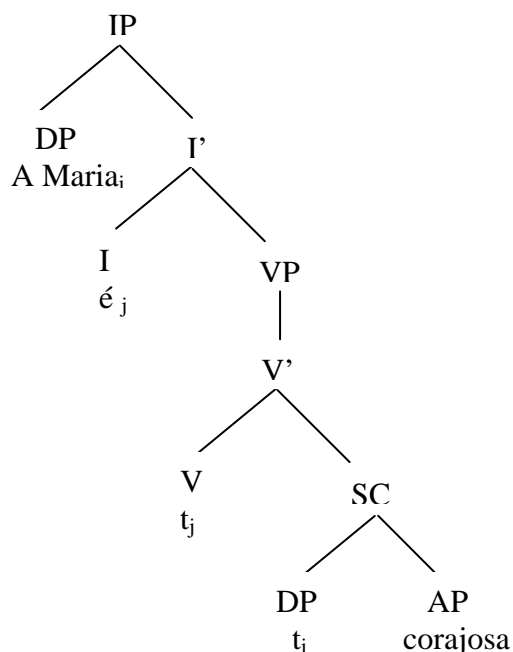
Em (63a) e (63b), as cópulas *ser* e *estar* selecionam SCs, não atribuem Caso ao argumento interno, porque são verbos inacusativos, e não atribuem a esse argumento papel- θ .

Para Mioto et alii (2004:157), a hipótese inacusativa se estende aos verbos copulativos, uma vez que as sentenças em que eles figuram aceitam predicados de vários tipos semânticos, tornando claro que o sujeito é argumento de outro predicado, no caso o predicado de uma SC, como em (64).

- (64) a. A Maria é *corajosa*.
 b. A Maria é *uma heroína*.
 c. A Maria é *de ferro*.

O predicado da SC na estrutura-D pode ser um AP, em (64a), um DP, em (64b), ou um PP, em (64c). A classe dos verbos copulativos engloba os verbos conhecidos no PB como de *ligação* (*ser, estar, parecer, ficar, permanecer, andar, continuar, etc.*). A SS, expressa em (64a), está representada na estrutura arbórea mostrada em (65).

(65)



Nesse caso, o AP *corajosa* está atribuindo papel- θ ao DP *A Maria*, que é, posteriormente, alçado para Spec IP para receber Caso nominativo, a fim de tornar-se visível em LF e, assim, satisfazer o EPP.

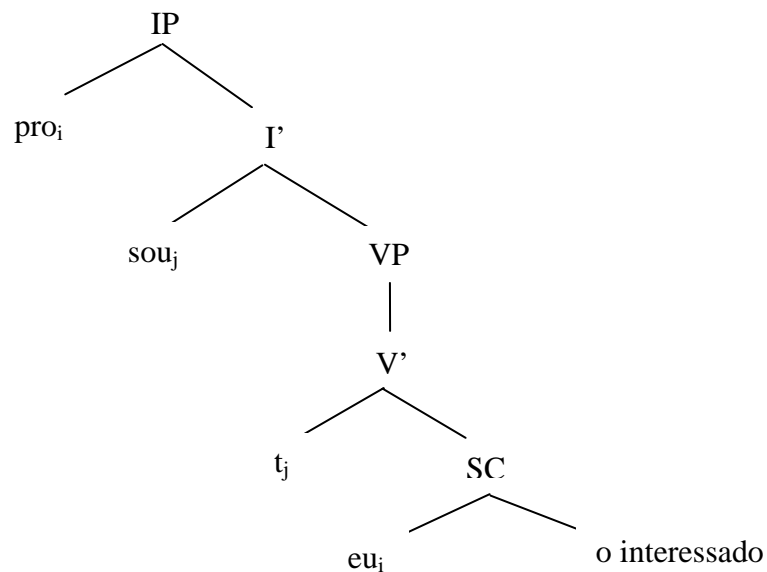
Para Chomsky (1986), a satisfação de EPP, que exige que todas as sentenças de uma língua nominativa tenham sujeito, em estruturas inacusativas depende do preenchimento da posição Spec IP, por um argumento ou por um expletivo. No primeiro caso, assume-se que o DP gerado como irmão do verbo inacusativo se move para Spec IP; no segundo caso, assume-se a inserção de um expletivo em Spec IP. Esse expletivo pode ser pronunciado como *there* em inglês, ou nulo como *pro* no PB.

No PB, quando não há alçamento do DP, a saída é inserir um expletivo como *pro* em Spec IP, como vemos em (66).

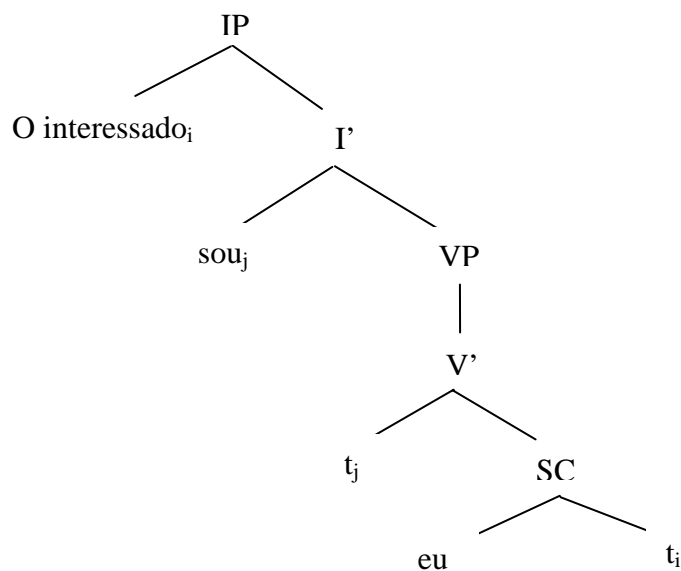
(66) a. O interessado sou eu.

b. pro_{expl} sou eu o interessado.

c.



d.



Em (66b), a categoria vazia *pro* e o DP pós-verbal formam uma cadeia A excepcional, de tal modo que esta categoria vazia em Spec IP transmite o Caso nominativo para o DP. A representação em (66c) mostra que o expletivo *pro* satisfaz EPP e é responsável pela transmissão de Caso ao DP que aparece depois do verbo. Seguindo a análise proposta para o inglês, podemos assumir que a categoria vazia *pro* recebe Caso nominativo da flexão de *ser*, e o Caso é transmitido ao DP *eu*, via cadeia. Assim, o Caso associado à categoria vazia pode ser atribuído sem que haja necessidade de se postular o movimento do DP. Em (66d), apresentamos a representação arbórea de (66a), em que o sujeito da SC figura à direita do verbo na

SS, e o predicado ocupa a posição canônica de sujeito em Spec IP. Nesse caso, o DP sujeito *eu*, que permanece *in situ*, copia o nominativo atribuído ao predicado a fim de suprir sua carência de Caso e adquirir visibilidade em LF. As sentenças em (66) confirmam que os DPs em relação predicativa apresentam o mesmo Caso. Para explicar a gramaticalidade dessas construções, consideramos a proposta de Moro adequada, pois o latim fornece evidências de cópia de Caso entre DPs em relação predicativa, como vimos no capítulo II, em (93).

Conforme Raposo e Uriagereka (1995), os predicados *IL* e *SL* atribuem Casos diferentes. Predicados *IL* seriam um subtipo de tópico, marcado com C-Agr (fraco), também chamado de Caso default em algumas línguas marcadas por tópico. Os predicados *SL* seriam marcados por A-Agr (forte). Poder-se-ia, dizer, então, que em português e em irlandês existem dois verbos copulares distintos, *ser-estar* e *is-ta*, respectivamente, para um único verbo *to be* do inglês. Nas sentenças predicativas, *ser* e *estar* são funcionais e c-selecionam SCs.

Em PB, podem ocupar a posição pós-cópula tanto APs quanto DPs nus e DPs indefinidos. Os DPs nus e os DPs indefinidos funcionam como APs, como podemos conferir em (67).

- (67) a. Rafael é \emptyset *médico*.
 b. Rafael é *um médico*.
 c. Rafael é *estudioso*.

Em (67a), temos um DP nu, e, em (67b), temos um DP indefinido, ambos com o mesmo valor do AP mostrado em (67c). As sentenças predicativas em (67) são SCs na estrutura-D. Assim como o inglês e o hebreu, o PB pode ter uma estrutura com V DP₁ DP₂ ou V DP AP.

Nas sentenças predicativas complemento de verbos como *considerar*, a cópula é facultativa em inglês; já em português não é possível a inserção da cópula na sentença correspondente, como podemos observar em (68). Em inglês, a cópula *to be* pode ser usada em sentenças onde o núcleo léxico do predicado não tem uma

brecha morfológica à qual Infl seja fixado, como, por exemplo, em sentenças cujo núcleo léxico é um AP ou um DP.

- (68) a. John considers Mary (to be) a good student.
 b. João considera Maria *(ser) uma boa estudante⁵.

Como podemos ver em (68), a inserção da cópula é impossível em português.

Em PB é possível alternar a ordem dos constituintes (sujeito e predicado) nas sentenças equativas e predicativas complemento de verbos como *considerar*. Em (69), mostramos a possibilidade de alterar tal ordem.

- (69) a. O povo considera *João o vencedor*.
 b. O povo considera *o vencedor João*.
 c. Eu considero *o anel lindo*.
 d. Eu considero *lindo o anel*.

Em inglês só é possível a inversão nas sentenças equativas em que a cópula está presente, como em (70).

- (70) a. John considers [a picture of the wall (to be) the cause of the riot].
 b. John considers [the cause of the riot *(to be) a picture of the wall].

Como podemos conferir nas sentenças em (70), na inversão, a cópula não pode ser opcional, só é opcional na sentença canônica.

Para Moro (1997), a cópula é considerada verbo de alçamento e, segundo ele, não só o sujeito mas também o predicado podem ser alçados para a posição de Spec IP. A posição dos constituintes sujeito e predicado tem ordem rígida dentro da

⁵Em português, a cópula *ser*, quando está presente em sentenças predicativas complementos de verbos epistêmicos, como *considerar*, precede os constituintes sujeito e predicado, como podemos ver na sentença “João considera ?? *ser Maria uma boa estudante*”.

SC, devendo o sujeito preceder o predicado. Moro afirma, ainda, que não existem sentenças equativas, e sim predicativas canônicas e inversas, em oposição a lingüistas como Rothstein (1983) e Rapoport (1988), que defendem a hipótese de que a cópula seleciona sentenças equativas e predicativas. Na análise do autor, segundo a qual todas as sentenças são predicativas, não é possível a extração de parte do DP na posição pós-verbal nas sentenças inversas, porque o DP que permanece *in situ*, após o alçamento do DP predicado, ocupa uma posição ramificada à esquerda dentro da SC, como mostramos em (71).

(71) A causa da revolta_i foi [_{DP1} uma foto do muro [_{DP2} t_i]]

Em (71) é impossível extrair o PP que faz parte do DP sujeito da SC, porque este ocupa uma posição ramificada à esquerda e nenhum DP pode ser extraído, como mostra (72).

(72) *[De que muro você acha que a causa da revolta foi uma foto?]

No PB, a ordem dos DP₁ (sujeito) e DP₂ (predicado) dentro da SC não é fixa. Tomemos por base exemplos de SCs complementos de verbos como *considerar* semelhantes ao inglês, mostrados em (73).

(73) a. Considero [_{SC}[_{DP1} uma foto do muro] [_{DP2} a causa da revolta]]
 b. Considero [_{SC} [_{DP2} a causa da revolta] [_{DP1} uma foto do muro]]

Ao contrário do inglês, é possível a inversão dos DPs dentro das SCs. Se considerarmos a cópula como verbo de alçamento, mas que c-seleciona SCs em que os DPs sujeito e predicado alternam a distribuição, não é possível explicar a impossibilidade de extração de parte dos DPs, como faz Moro. A sentença inversa seria a expressa em (74).

(74) Cópula [_{DP2} a causa da revolta _{DP1} uma foto do muro].

Ao extrair, nas sentenças inversas, o predicado *a causa da revolta*, o sujeito *uma foto do muro* não permaneceria *in situ*, mas ocuparia a posição de predicado. Dessa

forma, deveria ser possível a extração de parte dos DPs objeto, no entanto, tal extração é impossível, como podemos ver em (75).

(75) *De que muro você acha que a causa da revolta foi uma foto?

Na sentença canônica, a extração de parte dos DPs da posição de sujeito e de predicado sofre as mesmas restrições do inglês: é possível a extração da posição de predicado, mas não da posição de sujeito (76).

(76) a. A coluna do edifício foi a causa do desabamento.

b. De que desabamento você acha que a coluna do edifício foi a causa?

c. ??De que edifício você acha que a coluna foi a causa do desabamento?

No entanto, na sentença inversa, não é possível a extração de dentro do predicado, mas é possível a extração da posição sujeito, como podemos ver em (77).

(77) a. A causa do desabamento foi a coluna do edifício.

b. De que desabamento você acha que a causa foi a coluna do edifício?

c. ?? De que edifício você acha que a causa do desabamento foi a coluna?

No PB, com relação ao alçamento de DPs parece não haver as mesmas restrições aplicadas ao inglês, já que nessa língua é possível a extração de PPs encaixados na posição de sujeito. Desse modo, podemos concluir que a principal questão não é a *simetria / assimetria* das posições *sujeito/predicado*, como postula Moro, visto que a possibilidade de extração de parte dos DPs depende de sua estrutura interna.

Na sentença canônica em (76a), cujos PPs encaixados nos DPs sujeito e predicado são de diferentes estruturas argumentais, ou seja, há um PP adjunto e um PP complemento, só é permitida a extração do PP complemento encaixado no DP predicado. O mesmo procedimento acontece com a sentença inversa em (77a), na qual só é permitida a extração do PP complemento encaixado no DP sujeito. Os DPs *coluna* e *causa* são nomes de estrutura argumental diferente, posto que *coluna* não apresenta estrutura argumental, ao contrário de *causa*, que apresenta.

Existem sentenças copulativas em PB, como (78a), em que é possível a extração dos DPs ou partes dos DPs em posição pré- e pós-cópula. É importante ressaltar que não se pode, em (78), distinguir forma canônica de forma inversa.

- (78) a. A filha do general é a mulher do capitão.
 b. De que capitão você acha que a filha do general é a mulher?
 c. De que general você acha que a filha é a mulher do capitão?

Em (78), é possível a extração tanto do PP encaixado no DP sujeito quanto do PP encaixado no DP predicado. Os DPs *a filha do general* e *a mulher do capitão* são designações de um mesmo referente; sendo, portanto, DPs relacionais. A restrição de Moro à extração parece não prevalecer no caso da cópula estar unida a DPs de estrutura similar, ou seja, a DPs do tipo genérico ou relacional (causa/conseqüência). Tais sentenças contrariam a afirmação de Moro de que só línguas artificiais seriam simétricas. Ele afirma, a propósito da simetria (MORO, 1997: 26): “This is simply not true for the cause of natural languages⁶”

No PB, o comportamento sintático das sentenças copulares confirma que é possível a extração de PPs adjuntos encaixados nos DPs em posições pré- e pós-cópula, tanto nas sentenças canônicas quanto nas sentenças inversas, como podemos ver em (79).

- (79) a. A foto do muro é o pôster da campanha.
 a'. De que campanha você acha que a foto do muro é o pôster?
 a''. De que muro você acha que a foto é o pôster da campanha?
 b. O pôster da campanha é a foto do muro.
 b'. De que muro você acha que o pôster da campanha é a foto?
 b''. De que campanha você acha que o pôster é a foto do muro?

Em *uma foto do muro* e *o pôster da campanha*, os núcleos não apresentam estrutura argumental; e os PPs que seguem os núcleos são adjuntos. Em (79a) e (79b) é possível a extração do PP adjunto encaixado no DP sujeito e no DP objeto. Não há assimetria entre as posições de sujeito e de predicado.

⁶ Isso não é simplesmente uma causa verdadeira de línguas naturais. (tradução da autora)

De forma semelhante, não há restrição à extração dos PPs *complementos* encaixados nos DPs em posições pré- e pós-cópula, tanto nas sentenças canônicas quanto nas sentenças inversas. *A destruição da cidade e a causa da Revolta*, em (80), têm núcleos lexicais que apresentam estrutura argumental e selecionam PPs complementos.

(80) a. A destruição da cidade foi a causa da revolta.

a'. De que revolta você acha que a destruição da cidade foi a causa?

a''. De que cidade você acha que a destruição foi a causa da revolta?

b. A causa da revolta foi a destruição da cidade.

b'. De que cidade você acha que a causa da revolta foi a destruição?

b''. De que revolta você acha que a causa foi a destruição da cidade?

Não há restrição em (80a) e (80b) à extração dos PPs complementos encaixados nos DPs tanto na posição sujeito quanto na posição objeto. De acordo com as sentenças mostradas em (79) e (80), é possível a extração de constituintes da posição pré- e pós-cópula nas sentenças canônicas e inversas quando ambos os DPs têm a mesma estrutura argumental. Ao contrário do que afirma Moro (1997), o comportamento sintático das sentenças em PB confirma que a restrição à extração de constituintes está ligada à natureza dos PPs encaixados nos DPs, ou seja, à estrutura interna de cada DP. As estruturas com DP₁ cópula DP₂ constituídas com DPs argumentos não constituem SCs.

Conforme Miotto et alii (2004), o verbo *parecer* não tolera que se postule um argumento temático antes dele, visto que este não seleciona argumento externo. *Parecer* é um verbo inacusativo, e o DP na posição de sujeito da oração em estrutura-S não é argumento externo do verbo, como mostramos em (81).

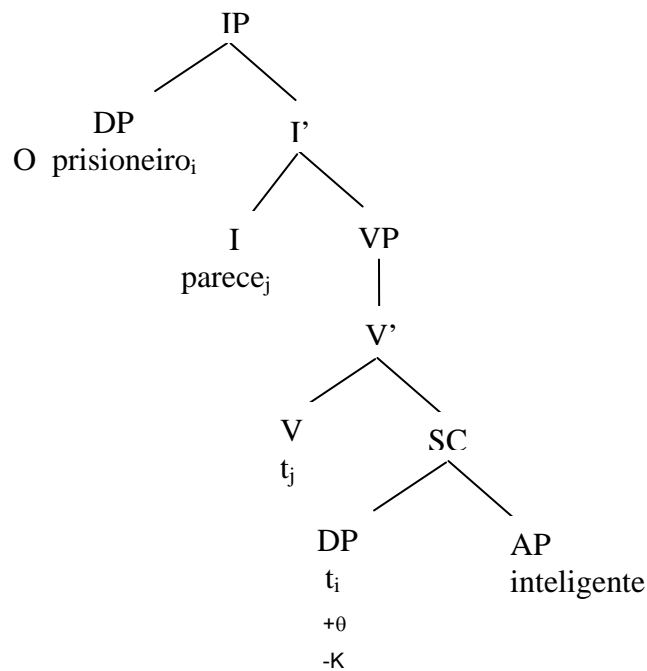
(81) O prisioneiro_i parece [t_i inteligente].

Os verbos inacusativos, conforme já vimos, não selecionam argumento externo, selecionam somente argumento interno ao qual são incapazes de atribuir Caso acusativo. O DP que se apresenta na posição de sujeito, *o prisioneiro*, em (81), não é argumento externo do verbo. O verbo *parecer* seleciona apenas um argumento

interno, no caso, uma SC. É possível, então, afirmarmos que não é o verbo que está atribuindo papel- θ para o DP que está ocupando a posição de sujeito na estrutura-S. Para ser visível em LF, o DP *o prisioneiro* é alçado de sua posição de base para receber Caso nominativo da flexão finita em Spec IP. Podemos observar esse movimento do constituinte DP na representação arbórea em (82).

(82) a. O prisioneiro parece inteligente.

a'



O DP *o prisioneiro* recebe papel- θ do AP *inteligente* na estrutura-D, mas não recebe Caso. Como o Filtro de Caso garante que todo DP pronunciado deve pertencer a uma cadeia com Caso, o DP *o prisioneiro* é alçado para Spec IP, formando uma cadeia $[\alpha, t]$, onde α é o elemento movido e t o seu vestígio. Além da busca de Caso, o alçamento do DP satisfaz EPP, que garante a boa formação da sentença. A cadeia $[\alpha, t]$ está representada em (83).

(83) [O prisioneiro_i, t_j]

- θ + θ

+K -K

O PB não exibe marcas morfológicas de Caso, mas, estruturalmente, essas marcas estão presentes nos DPs. O Caso acusativo é atribuído pelo verbo (V), e o

Caso nominativo pela flexão (Infl). Assim, com verbos inacusativos, o DP se move de Spec VP para Spec IP para receber Caso, resultando numa sentença bem formada.

CONCLUSÃO

Neste capítulo analisamos o comportamento da predicação complexa no PB, nos moldes do modelo de Princípios & Parâmetros. Nosso estudo revelou que as estruturas predicativas complexas com V [DP AP] ou V [DP₁ DP₂] apresentam diferentes possibilidades de realização e estão contidas na concepção de Small Clauses nominais. Há evidências de que os predicados complexos ocorrem em diferentes estruturas sintáticas e a cada uma corresponde um tipo de interpretação semântica resultando nas seguintes configurações: estruturas com predicados secundários de [DP IP], orientados para o sujeito em adjunção ao VP; estruturas com predicados secundários de [DP VP], orientados para o objeto em adjunção ao VP e estruturas com complementos proposicionais subcategorizados pelo verbo matriz.

Mostramos que a ocorrência de predicados resultativos de [DP VP] é limitada no português brasileiro, permite-nos dizer que nossa gramática não dispõe de uma regra para a formação de tais construções, já que não é um processo produtivo entre nós. Os predicados resultativos, em português, ao contrário do que mostram algumas análises do inglês, não têm a propriedade de alterar a característica aspectual do predicado principal.

Assumimos que as estruturas com predicados secundários de [DP IP] e de [DP VP], as estruturas com predicados resultativos de [DP VP] e as estruturas com complementos proposicionais constituem os diferentes tipos de Small Clauses, já que satisfazem os requisitos estudados no capítulo II.

Através de nossa análise concluímos que o sujeito PRO é válido para todas as situações em que um AP acrescenta uma informação adicional à predicação básica e se encontra em uma relação de predicação com o [DP IP] ou o [DP VP], pois oferece soluções para uma melhor compreensão dessas estruturas.

Constatamos que as estruturas proposicionais que se integram com o verbo matriz numa predicação complexa podem ser analisadas como SCs complementos, visto que possuem as propriedades dos termos essenciais da oração: sujeito e predicado.

O contraste que se estabelece em relação ao uso das cópulas *ser* e *estar* nas sentenças permite explicar satisfatoriamente a diferença entre SCs adjuntas e SCs complementos.

A SC é um fenômeno complexo entendido nas suas várias dimensões conforme os fundamentos dos diferentes lingüistas como Chomsky, Stowell, Rothstein, Haegeman, McNulty, Foltran, dentre outros.

CONCLUSÕES GERAIS

É incontestável a importância de uma gramática que perscruta as estruturas subjacentes das sentenças, permitindo discernir o processo por meio do qual os constituintes se organizam nas diferentes configurações sintáticas.

No capítulo I investigamos a diversidade de classificação na análise tradicional dos predicados complexos. Observamos que muitas gramáticas tradicionais referem-se ao predicado complexo de maneira discreta, não fazendo considerações mais detalhadas e não definindo explicitamente os termos que compõem esse tipo de predicado.

Com relação ao significado de predicado complexo, podemos ver que são divergentes as posições assumidas pelos gramáticos estudados neste capítulo. Constatamos que predicado complexo no início do século XX, referia-se ao número de elementos que compunha o predicado. No entanto, para os gramáticos contemporâneos como Celso Cunha (1971), Rocha Lima (1979) e Celso Luft (2002), predicado complexo significa predicado composto. Esses gramáticos consideram três tipos de predicado: nominal, verbal e verbo-nominal. Este último é também chamado complexo ou misto, sendo composto por mais de uma oração.

Os gramáticos diferem, portanto, no que se refere aos termos determinantes do predicado complexo. Bechara (2003) discorda da posição dos outros gramáticos, pois, para ele, só existe predicado verbal, ou seja, o núcleo da predicação é sempre um verbo. No que diz respeito aos tipos de predicativos, nossas gramáticas focalizam apenas dois casos: predicativo do sujeito e predicativo do objeto; e três situações possíveis: predicado nominal, verbal e verbo-nominal. Vimos, entretanto,

que existem outros casos que vão além daqueles previstos nas gramáticas, como, por exemplo, o predicativo do objeto indireto.

No capítulo II assumimos que uma forma de representação léxica [V DP AP] corresponde a várias construções de predicação secundária. Argumentamos que o estudo da predicação complexa não se limita ao nível da frase, nem se restringe aos aspectos normativos, uma vez que considera o âmbito do texto e contempla aspectos ligados à semântica e à sintaxe. Com isso, tal estudo proporciona ao leitor descobrir os mecanismos de funcionamento da língua e refletir sobre os diferentes níveis de representação da linguagem.

Vimos que os predicados adjuntos de [DP IP] e de [DP VP] devem ser co-indexados com um antecedente na estrutura-S para serem designados como predicados e que os vestígios dos DPs sujeitos recebem papéis temáticos em conformidade com o Princípio da Projeção.

Podemos verificar que os predicados APs e DPs possuem uma projeção funcional, cuja evidência está na marca visível de concordância para SCs adjetivas e nominais. A estrutura sintática das SCs adjuntas e SCs complementos é diferente: as primeiras permitem um sujeito PRO e não podem atribuir uma propriedade intrínseca ao DP ao qual se referem; já as segundas atribuem uma propriedade inerente à proposição e não admitem sujeito PRO.

Observamos que, apesar de os predicados secundários resultativos serem optativos na oração, eles não possuem a liberdade paradigmática e sintagmática dos predicados secundários de [DP IP] e de [DP VP] orientados para o objeto. Os predicados resultativos pertencem a um grupo léxico de escassa comutabilidade, uma vez que não podem sofrer fronteamento. Tais predicados não expressam uma ação anterior do sujeito, mas uma consequência da ação verbal.

Verificamos que os argumentos implícitos podem ser sujeitos de predicados secundários que compõem as SCs adjuntas. Nesse caso, o sujeito do predicado AP é uma categoria vazia, denominada PRO, marcada tematicamente, mas não marcada por Caso, o que gera um problema para o *Filtro de Caso*. Chomsky resolve

o problema postulando-lhe Caso inerente. A designação de PRO como sujeito de uma SC adjunta com predicado AP evita a possibilidade de um mesmo constituinte receber dois papéis temáticos diferentes, não deixando, assim de ser compatível com a Condição de Visibilidade.

Mostramos que Stowell (1981) defende a existência da SC com uma relação semântica uniforme entre sujeito e predicado, que se apresenta como um par de constituintes irmãos. A teoria da SC se aplica a todas as estruturas de sujeito e predicado, que não possuem nenhum tipo de flexão frasal. Segundo esse autor, o predicado AP combina com um sujeito nulo ou aberto em paralelo com construções Infl, envolvendo ECM com sujeito pronunciado, alçamento com um sujeito [DP, t] e o sujeito PRO controlado.

Nosso estudo revelou que para Chomsky (1980) não existe constituinte formado por [DP XP] em estrutura-D; porém, o DP é um argumento do predicado complexo formado pelo verbo matriz e pelo XP. Uma SC é o resultado de uma reestruturação no processo de representação até LF. Chomsky (1981) distingue dois tipos de SCs: SCs adjuntas opacas à regência e não L-marcadas, SCs complementos transparentes à regência e L-marcadas. Para ele, o Caso continua desempenhando um papel importante no licenciamento de DPs, que só podem checar seus traços casuais na posição de especificadores.

Constatamos que, quando não há movimento de DPs, a saída é inserir um expletivo em Spec IP. Esse expletivo pode ser pronunciado como *there*, em inglês, ou nulo como *pro* do PB. De acordo com Chomsky (1986), o expletivo satisfaz EPP e é responsável também pela transmissão de Caso ao DP sujeito que aparece depois do verbo.

Explicitamos que as SCs complementos de individual level (IL) devem ser diretamente associadas ao núcleo que as seleciona, enquanto as SCs adjuntas de stage level (SL) podem ser deslocadas do domínio de regência do núcleo.

Vimos que Raposo e Uriagereka partem do princípio de que, dentro da mais simples predicação sintática – a SC –, existem diferenças entre predicados IL e

predicados de SL, e essas diferenças aparecem na sintaxe, através de marcações morfológicas. Tal diferença é marcada pela estrutura de topicalização. Eles argumentam pela explicitação sintática para justificar que o *predicado categórico* (IL) introduz uma característica constante de uma categoria, enquanto o *predicado tético* (SL) introduz uma característica não constante de um argumento sujeito padrão. O sujeito de SC IL, para ser interpretado como tópico, deve ser alçado para Spec FP (projeção funcional acima de IP) para ter escopo sobre o predicado e em Spec FP receber Caso; já na SC SL, o Caso se realiza em Spec IP, ou seja, uma relação que não envolve topicalização na SS.

Mostramos que as construções copulares são estruturas de alçamento e que o DP sujeito da estrutura-S se origina como sujeito de uma SC em estrutura-D, conforme demonstram, Moro (1991), Burzio (1986) e Stowell (1978).

No capítulo III tratamos possíveis ambigüidades entre APs predicativos e APs que formam um x° com o DP no PB. Não há ambigüidade na análise do adjetivo quando se tratar de predicativos do sujeito [DP IP]. Entretanto, quando se tratar de predicativos do objeto direto [DP VP], o adjetivo pode ter dupla análise – ora como predicativo, ora como adjunto. Verificamos essa dupla análise do adjetivo aplicando os testes de constituintes, como o da passiva, o da topicalização e o da clivagem. Notamos que somente estruturas formadas com adjetivos de [DP VP] são ambíguas.

Raposo e Uriagereka (1995) usam a explicação sintática para justificar que o predicado categórico (IL) introduz uma característica constante de uma categoria, enquanto o predicado tético (SL) introduz uma característica não constante de um argumento padrão. No PB, temos marcas visíveis para diferenciar predicados IL e SL: as SCs adjetivas introduzidas pela cópula *estar* são predicados de SL, enquanto as SCs adjetivas introduzidas pela cópula *ser* são predicados de IL. Vale lembrar, entretanto, que existem vários adjetivos compatíveis com as duas construções. As cópulas *ser* e *estar* compõem um par que, em PB, corresponde ao verbo *to be* do inglês e às partículas irlandesas *is* e *ta*. Os autores argumentam, ainda, que a distinção entre predicados IL e SL está na marcação de Caso. Esta diferença é marcada pela estrutura de topicalização: enquanto o sujeito da SC IL, para ser interpretado como tópico, deve mover-se para Spec FP para ter escopo sobre o

predicado e receber Caso; na SC SL, o Caso se realiza em Spec IP, ou seja, uma relação que não envolve topicalização. No PB, aparentemente, pode haver topicalização na SS para sujeitos de predicados IL e SL, como vimos no exemplo mostrado em (33) do capítulo III.

As estruturas copulares com DP cópula AP selecionam SCs, e as estruturas copulares com DP₁ cópula DP₂ selecionam sentenças equativas e SCs. Por sua vez, DPs definidos na posição de predicado selecionam sentenças equativas, enquanto DPs nus ou indefinidos selecionam SCs. Segundo Moro (1997), não existem sentenças equativas. Para sustentar essa proposta, ele procedeu a exercícios de extração capazes de mostrar a assimetria de sentenças supostamente equativas. A conclusão a que o autor chegou é que a simetria só é possível em línguas artificiais. Ao contrário do que defende Moro, vimos que no PB o comportamento sintático das sentenças confirma que a restrição à extração de constituintes não está relacionada à assimetria, mas está ligada à estrutura interna de cada DP. Assim, as estruturas com DP cópula DP constituídas com DPs argumentos, não constituem SCs.

Nosso objetivo, nesta dissertação, foi justamente o de dar o primeiro passo, no estudo das Small Clauses nominais. Alguns fatores lingüísticos referentes à predicação complexa para os quais a Gramática Tradicional não tem resposta adequada, encontram explicações e soluções plausíveis no modelo da Gramática Gerativa. No entanto, a questão das Small Clauses é, ainda, um assunto muito fértil para pesquisas. Acreditamos ter oferecido subsídios para futuras discussões, que resolvam aprofundar essa questão.

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, L. M .H. A transitividade verbal – Uma revisão semântica – Pragmática. Disponível em <http://www.filosofia.org.br/viiientl/anais/caderno06-02.html>

BASÍLICO, David. The Topic of Small Clauses. **Linguistic Inquiry**. V.34, p. 1-33. Number 1.2003.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2003.

BELETTI, A. The case of inaccusatives. **Linguistic Inquiry**, New York, 19n.1, p. 1-34, 1988.

BISOL, Leda. **Predicados complexos do português**. Uma análise transformacional. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 1975.

CANÇADO, M. O papel do Léxico em uma Teoria dos papéis temáticos. **D. E. L. T. A.**, São Pulo, v. 16, p.1-17, 2000.

CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. **Syntax and Semantics** 28, p. 1-23. Academic Press, New York, 1995.

CASTRO, Pires de. **Lições Práticas de Português**. 18ª e., 1960.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo, Nacional, 1976.

CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática do Português Contemporâneo**. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1971.

CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CONTRERAS, Heles. **Small Clauses and complex predicates**. In: CARDINALETTI, A e GUASTI M. T. (eds) **syntax and semantics** 28, p. 135-152. Academic Press, 1995.

DEMONTTE, Violeta. Remarks on secondary predicates: c-command, extraction, and reanalysis. **The Linguistic Review**, v.6 p. 1-39, MIT Press, Cambridge, 1986/ 1987.

DUBOIS, Jean et alli. **Dicionário de Lingüística**. São paulo. Cultrix, 2000.

ESPINEIRA, Maria José Rodrigues. Los adjetivos incidentales como subtipo de adjetivos predicativos. **Verba: anuário galego de filosofia**. Santiago de Compostela, v.18, p. 255-74, 1991.

FÁBREGA, Rodrigo Him. Complementos predicativos Y la distribuicion de PRO. **Revista de filosofia Y lingüística XVIII**: 139-161, 1992.

FARACO, C. E.; MOURA, F. M. **Gramática**. São Paulo: Ática, 1987.

FIORIN, José Luiz. **Introdução à Lingüística**. São Paulo. Contexto, 2003.

FOLTRAN, Maria José. Predicados complexos. **Revista Letras**, Curitiba: Editora da UFPR, n.53, p. 127-139, 2000.

GUÉRON, J.; HOEKSTRA, T. **The temporal interpretation of predication**. In: CARDINALETTI, A e GUASTI, M. T. (eds) *Syntax and Semantics* 28, p.77-103. Academic Press, New York, 1995.

GÓIS, Carlos (1957). **Método de Análise** (Léxico e Lógico). Rio de Janeiro, Editora Paulo de Azevedo Ltda.

HAEGEMAN, L. **Introduction to government and Binding Theory**. Oxford, Blackwell, 2ª ed ,1994.

HAUY, Amini Boainain. **Da necessidade de uma gramática – padrão da língua portuguesa**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

ILARI, Rodolfo. **A lingüística e o ensino da língua portuguesa**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KURY, Adriano da Gama. **Lições de Análise Sintática**: teoria e prática. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1963.

LIMA, Mário Pereira de Souza. **Gramática Expositiva da Língua Portuguesa**. 1973.

LIMA, Rocha. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 21 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1980.

LOFRANO, Lando. Complemento predicativo em português: uma nova dimensão. *Letras – Revista do Instituto de Letras da PUCAMP*. V.1, n.2, p.157-168. dez, 1982.

LUFT, C. P. **Novo Manual de português**: gramática, ortografia oficial, redação, literatura, textos e testes. 5ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

_____. **Moderna Gramática Brasileira**. 2ª ed. ver. e atual. São Paulo: Globo, 2002.

LYONS, J. **Introdução à Lingüística Teórica**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1979.

LYONS, J. **Introdução à Lingüística**. Rio de Janeiro. Editora S.A., 1987.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura morfo-sintática do português**. São Paulo. Pioneiro, 1998.

MIOTO, C. Lingüística e ensino da gramática. In: SEMINÁRIO DE LINGUISTICA E ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 1995. Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1995.

MIOTO, C. SILVA, M. C. F e LOPES, R. **Novo manual de sintaxe**. Florianópolis. Insular, 2004.

MORO, A. **Small Clause with predicative nominals**. In: CARDINALETTI, A. e GUASTI, M. T. (eds) *Syntax and Semantics* 28, p. 109-132. Academic Press, New York, 1995.

_____ **The raising of predicates**. Predicative noun phrases and the theory of clause structure. Cambridge, (MA): MIT, 1997.

PEREIRA, Eduardo Carlos (1934). **Gramática Expositiva** (curso elementar). São Paulo, Editora Nacional.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo. Ática, 2000.

RAPOPORT, T. R. **Secondary Predication and the Lexical Representation of verbs**. Department of Linguistic and Philosophy, Massachusetts, Institute of Technology and Ben-Gurion University of the Negev, Beer-Sheva, Israel.

RAPOPORT, T. R. **Specificity, objects and Nominal Small Clause**. In: CARDINALETTI, A. e GUASTI, M. T. (eds) *Syntax and Semantics* 28, p. 153-172, Academic Press, New York, 1995.

RAPOSO, Eduardo Paiva. **Teoria da Gramática**. A faculdade da linguagem. 2ª ed. Lisboa: Caminho, 1992.

_____ **O programa minimalista**. Lisboa: Caminho, 1999.

RAPOSO, E.; URIAGEREKA, J. **Two types of small clause (toward a syntax of theme / rheme relations)**. In: CARDINALETTI, A. e GUASTI M. T. (eds). *Syntax and Semantics* 28, p. 197-198. Academic Press, New York, 1995.

_____ Long – Distance Case Assigment. **Linguist Inquiry**, 21: 4 IT. Press: 1990, p. 505-538.

RIBEIRO, Dr. Ernesto Carneiro. **Serões Gramaticais**. 4ª Ed. Bahia, 1890.

RIBEIRO, Julio. **Gramática Portuguesa**, 1919.

ROTHSTEIN, S. **Small Clause and copular constructions**. In: CARDINALETTI, A. e GUASTI, M. T. (eds). *Syntax and Semantics* 28, p. 27-46. Academic Press, New York, 1995.

_____ The syntax forms of predication. **The linguistic review**. Volume 05, number 2, p. 162-172, 1985/ 1986.

SAID ALI, Manoel. **Gramática secundária da língua portuguesa**. 8. ed. ver. e com. Edições Melhoramentos; São Paulo, 1969.

SAFIR, Ken. On Small Clauses as constituents. **Linguistic Inquiry**, p. 730-735, 1983.

STOWELL, Tim. **Small Clause restructuring**. In: FREIDIN, Robert (ed), 1991. *Principles and Parameters in comparative grammar*, Cambridge-Mass, MIT Press, p. 182-218.

_____ Subjects across categories. **The linguistic Review**. V.2 n. 3, p.285-311, New York, 1982/ 1983.

_____ **Remarks on clause structure**. In: CARDINALETTI, A. e GUASTI, M. T. (eds) *Syntax and Semantics* 28, p. 271-285, Academic Press, New York, 1995.